



Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Ciências Sociais

## **Mineração em serra tanto bate até que seca**

A presença da Vale em Itabira para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais



“Vista do Rio Doce” Acervo Vale, 1944. Fonte: VALE, 2012: 61.

ANA GABRIELA CHAVES FERREIRA

BELO HORIZONTE

NOVEMBRO/2015

**ANA GABRIELA CHAVES FERREIRA**

**Mineração em serra tanto bate até que seca**

A presença da Vale em Itabira para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréa Luisa Zhouri  
Laschefski (DAA – UFMG)

**Belo Horizonte**  
**Novembro/2015**

**ANA GABRIELA CHAVES FERREIRA**

**Mineração em Serra tanto bate até que seca**

A presença da Vale em Itabira para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado pela banca examinadora em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Profª Drª Andréa Zhouri Laschefski (Orientadora – DAA-UFMG)

---

Profª Drª Raquel Oliveira Santos Teixeira (Examinadora – GESTA-UFMG)

Dedico este trabalho a meu filho João Gabriel em reconhecimento a seu companheirismo e escusa por todos os constrangimentos, sobretudo por adiar seu desejo de ir para um lugar melhor.

Dedico também a minha irmã Amanda Kássia, em reconhecimento de que foram os constrangimentos na universidade a causa da depressão que a levou abandonar a graduação em geografia.

Dedico ainda a meu irmão Pedro Henrique, a comadre e tia Teca, ao compadre e tio Tadeu, a vó Fina e tia avó Gina, a tia Cica e a tia avó Estelina por todo apoio e estímulo.

Em memória a meu pai José Ílidio, a minha avó Naná, aos meus avôs Nonô e Ninquinho aproveitando o ensejo para agradecer a paz e guia!

"Vem por aqui" — dizem-me alguns com os olhos doces  
Estendendo-me os braços, e seguros  
De que seria bom que eu os ouvisse  
Quando me dizem: "vem por aqui!"  
Eu olho-os com olhos lassos,  
(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)  
E cruzo os braços,  
E nunca vou por ali...  
[...]  
Como, pois, sereis vós  
Que me dareis impulsos, ferramentas e coragem  
Para eu derrubar os meus obstáculos?...  
Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,  
E vós amais o que é fácil!  
Eu amo o Longe e a Miragem,  
Amo os abismos, as torrentes, os desertos...  
[...]  
Ah, que ninguém me dê piedosas intenções,  
Ninguém me peça definições!  
Ninguém me diga: "vem por aqui!"  
A minha vida é um vendaval que se soltou,  
É uma onda que se levantou,  
É um átomo a mais que se animou...  
Não sei por onde vou,  
Não sei para onde vou  
Sei que não vou por aí!  
(Cântico Negro, José Régio, 1901).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, aos ancestrais e guias pela inspiração, oportunidade e realização deste trabalho, que encerra um ciclo abrindo outros!

Agradeço a meu pai José Íldio, cujos ensinamentos e espírito foram sempre meu estímulo, apoio, inspiração e guia em todas as horas, sobretudo nas tomadas de decisão, momentos de tensão, tristeza e angústia destes longos anos de graduação!

Agradeço a João Gabriel pelo companheirismo, paciência, cuidado e muitas alegrias que arejaram e deram fôlego ao meu caminhar nos últimos três anos, desta longa graduação! Agradeço aos meus irmãos Pedro e Amanda, a comadre e tia Teca, ao compadre e tio Tadeu, a minha avó Josefina e tia avó Gina pelo apoio em todas as horas, mesmo nas de incompreensões! Agradeço a minha tia Cica e minha tia avó Estelina por todo apoio inicial que foi fundamental a esta longa graduação!

Agradeço a professora e orientadora Andréa Zhouri por todo aprendizado, pela experiência profissional e acadêmica, pela vivência e inspiração, pela paciência com minhas ausências e também com meus momentos de altivez, pelo carinho e compreensão com minhas limitações, pelo exemplo de conduta ética transmitida em disciplinas, atividades de extensão e pesquisa no GESTA, e no processo de elaboração e escrita desta monografia! Agradeço ainda pela oportunidade de ser sua orientanda rebelde!

Agradeço a professora Raquel Oliveira por todo aprendizado, inspiração, disponibilidade a orientação, e apoio no período em que fui bolsista do GESTA! Sendo uma grande alegria pra mim seu aceite para avaliar este trabalho!

Agradeço ao professor Paulo Henrique de Queiroz Nogueira pela oportunidade de ser monitora em suas disciplinas na Faculdade de Educação. Pelo apoio, estímulo, confiança, aprendizados, conselhos, vivências, inspiração, conduta ética e amizade oferecidas em um ano e meio de trabalho. Pelos livros de Foucault e as trocas sobre Spivak, Derrida, Laclau e Mouffé. Por ter disponibilizado o computador do seu gabinete no qual realizei as pesquisas para a monografia e parte de sua escrita. Gratidão, principalmente pela escuta e companhia em meus muitos momentos de aflição e dor!

Agradeço ao pro<sup>o</sup> Tarcísio Mauro Vago por ter me emprestado o notebook sem o qual esta monografia não teria sido concluída! Faz-se necessário também incluir a prof<sup>a</sup>

Licinia Maria Correa, para agradecer todo apoio recebido da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), pela escuta acolhedora e amiga dos nobres pró-reitores para que eu equacionasse os problemas financeiros e também com a UMEI Alaíde Lisboa!

Agradeço as e os assistentes sociais da FUMP Kely, Beth, Genesis, Walmyr e Josenise por terem ao longo de sete anos, cada um em um determinado período, “burlado” regras da instituição para que eu tivesse a assistência estudantil adequada as minhas necessidades!

Agradeço ao apoio das pessoas amigas das Ciências Sociais e do GESTA (Tiago Grama, Natália Santana, Luísa Mesquita, Laura Moura, Leon Patrick, Laís Maia, Max Vasconcelos, Lídia Morais e Alcides Lopes) que pelas desventuras da caminhada se fazem presença-ausente nesta chegada! Com um agradecimento mais que especial a Maria Letícia por sua disponibilidade em revisar o texto deste trabalho!

Agradeço aos amigos da Faculdade de Educação Silvia Miranda, Gizelle Rodrigues, Gabriel Prado, Glauciane Santos, Quequeu Viana, Saulo, Sr. Valdir, Geraldo, Neidinha, Adriana Teodoro, Flávia Tunes, Nayara e Wanessa pelos sorrisos, lutas, tristezas, palavras, cafés e lanches compartilhados! Com um agradecimento mais que especial a Franz Galvão pelas indicações bibliográficas sobre Carlos Drummond Andrade! Agradeço ainda a Aline Neve pelo companheirismo e cumplicidade nas lutas!

Agradeço as itabiranas e itabiranos de nascimento e coração pelas contribuições diretas e indiretas a este trabalho, sem as quais este teria sido apenas mais um sobre Itabira e mineração!

Agradeço a Deus, aos ancestrais e guias pela alegria de concluir o longo bacharelado em Ciências Sociais com a apresentação deste Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado pela costura da minha experivivência, com os aprendizados da academia. Em cinco anos e meio de graduação muito bem aproveitados em disciplinas, trabalhos de extensão, iniciação científica, trabalho de campo, monitoria, seminários, conferências, debates e construção de eventos. Num percurso acadêmico determinado pelas minhas escolhas e aproximação com o melhor da docência da Universidade Federal de Minas Gerais: prof.º Antonio Fernando Mitre Canahuati, prof.<sup>a</sup> Andréa Luisa Zhouri Lachesfki, prof.<sup>o</sup> Klemens Augustinus Laschefski, prof.<sup>a</sup> Ana Flávia Santos, prof.<sup>a</sup> Karenina Viera Andrade, prof.<sup>a</sup> Lilian Cristina Bernardo Gomes, prof.<sup>o</sup> Paulo Henrique de Queiroz Nogueira – docentes com os quais aprendi a amar as Ciências Sociais e a docência!

## **Mineração em serra tanto bate até que seca:**

**A presença da Vale em Itabira para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais.**

**Resumo:** Trabalho sobre a territorialização da mineração na cidade de Itabira – Minas Gerais e os conflitos ambientais advindos do confronto com outras territorialidades e apropriações ambientais. Visa uma abordagem crítica: do imperativo de desenvolvimento que forjou Itabira como cidade mineradora, das narrativas que legitimam este imperativo, e dos discursos e seus efeitos de verdade sobre a subjetividade da população, as relações socioambientais, a política econômica e a expansão urbana.

**Palavras-chave:** Mineração, Territorialidades, Conflitos Ambientais, Desterritorialização, Produção de Subjetividades, Resistência Poética.

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACT – Acordo Coletivo de Trabalho

APM – Arquivo Público Mineiro

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBMS – Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia

CEFEM – Compensação Financeira sobre Produtos Minerais

CEFVM – Companhia Estrada de Ferro Vitória Minas

CSN – Companhia de Siderurgia Nacional

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DNIT – Departamento Nacional

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil

EFRS – Estrada de Ferro Recife São Francisco

EFVM – Estrada de Ferro Vitória Minas

EMOP – Escola de Minas de Ouro Preto

FCCDA – Fundação Cultural Carlos Drummond Andrade

FJP – Fundação João Pinheiro

FUNCESI – Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

LOC – Licenciamento Operacional Corretivo

PASA – Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale

PMI – Prefeitura Municipal de Itabira

PR – Participação nos Resultados da Produção

SGMG – Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHC – Secretária de Patrimônio Histórico Cultural

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

VALIA – Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Vista Panorâmica da Cidade em 1889. Fotografia de Brás Martins da Costa. Fonte: BARROS, 2012. ....	33
Figura 2: Vista Panorâmica da Cidade em 1899. Fotografia de Brás Martins da Costa. Fonte: BARROS, 2012. ....	34
Figura 4: Mapa: Traçado do território de Itabira, 1848. Elaborado sob referências históricas. Fonte: IBGE. ....	34
Figura 3: Localização de Itabira no Mapa do Brasil de 1894. Fonte: Observatório Nacional. ....	34
Figura 7: Garimpo no leito de córrego. Fonte: Arquivo Público Mineiro. ....	34
Figura 10: Fotografia do Pico do Cauê em 1912. Arquivo Nacional. Fonte: VALE, 2012:16. ....	34
Figura 11: Fotografia do Pico do Cauê em 1942. Acervo Vale, 1944. Fonte: VALE, 2012:40. ....	34
Figura 12: Ação número 757 da Cia. União Itabirana. Fonte: MAGALHÃES, 2006:63. ....	34
Figura 13: Fotografia da Fábrica da Pedreira. Fonte: FERREIRA, D. 1999:56. ....	34
Figura 14: Croqui do núcleo fabril da Fábrica da Gabiroba. Fonte: MAGALHÃES, 2006: 97. ....	34
Figura 15: Mapa da Comissão Geológica do Brasil de 1894. Fonte: FISCHER, 2014. ....	34
Figura 18: Homens quebrando pedra de minério. Fonte: Acervo da Vale, 1944. Apud VALE, 2012: 70. ....	34
Figura 17: Homens trabalhando dentro da mina. Fonte: Fotografia de Marc Ferrez apud VALE, 2012:21. ....	34
Figura 16: Encostados no carro os técnicos da Companhia Raymond-Morrison Knudsen do Brasil S. A. Responsáveis pelos trabalhos de conclusão da EFVM. Próximo ao cavalo um trabalhador. Sentado na lateral do carro duas crianças, que possivelmente também trabalhavam na construção da ferrovia. Fonte: Arquivo Nacional, 1942 apud VALE, 2012:58. ....	34
Figura 21: Alojamento dos trabalhadores nas encostas do Cauê. Ao fundo, do lado esquerdo, o pavilhão da sede da Vale, ao fundo a Vila operária do Campestre. Do lado direito a nucleação da primeira colonização. Fotografia de 1951. Fonte: Arquivo Público Mineiro. ....	34
Figura 22: À frente a Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo), ao centro os pavilhões da sede da Vale, atrás deles, a Vila Santana e ao fundo o bairro Campestre. No declive à direita a primeira Itabira e no horizonte as áreas povoadas nas décadas de 1970 e 1980. ....	34
Figura 23: Crianças da Chacrinha colocam fogo na linha férrea em protesto contra a Vale. Fonte: Site ÁTILA LEMOS, 2003. ....	34
Figura 24: Crianças da Chacrinha protestando contra as dinamitações da Vale que colocaram em risco suas casas. Fonte: Site ÁTILA LEMOS, 2003. ....	34

Figura 25: Bandeira e brasão de Itabira idealizada por Daniel Jardim de Grisolia em 1959 quando foi prefeito. A confecção da primeira bandeira foi feita pela esposa do prefeito, Luiza Machado Grisolia. Fonte: FERREIRA, D. 1999:290. ....	34
Figura 26: Fotografia do Cauê a partir do quintal da casa de Drummond. Fonte: PENNA, 2011 .....	34
Figura 27: Fotografia da ausência Cauê a partir do quintal da casa de Drummond. Fonte: Arquivo pessoal. ....	34
Figura 28: Montagem de autoria desconhecida mostra a destruição do Cauê. Fonte: Blog Revista Dois Pontos.....	34
Figura 29: Trem sendo carregado de minério de ferro. Fonte: Arquivo Público Mineiro .....	34
Figura 31: Barragem de rejeitos do Pontal sobre a antiga Fazenda do Pontal. Fonte: Arquivo Pessoal.....	34
Figura 30: Fazenda do Pontal ou dos Doze Vinténs propriedade da família Drummond Andrade. Fonte: PENNA, 2011. ....	34
Figura 32: Vista do Pico do Amor para a degradação das montanhas pulverizadas.....	34
Figura 35: Montagem de autoria desconhecida. Fonte: Grupo Opinião de Itabirano ....	34
Figura 35: Área de mineração. Perímetro urbano. Barragens de rejeito. Elaborado pelo Google Earth.....	34

## SUMÁRIO

### **Introdução**

Desejo, Interesse e Poder.....	13
“Kit de Ferramentas” .....	20
Do Desejo ao Realizável.....	29

### **Primeira Parte: O pico, o Ferro, o Fogo e a Devastação da Calma**

A Vila de Itabira.....	33
Circuito Econômico Colonial e o Desenvolvimentismo.....	45
A Produção do Espaço.....	54

### **Segunda parte: Prática Imperialista em Novas Roupagens**

A Criação da Vale em Itabira.....	59
A Flor Carnívora e o Vale de Silêncios.....	65
A Produção de Subjetividades.....	81

### **Terceira parte: Para Além do Desenvolvimento dos Conflitos Ambientais**

As Narrativas Sobre Itabira.....	95
A Resistência Poética em Itabira.....	106

<b>Considerações Finais.....</b>	<b>122</b>
----------------------------------	------------

<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>126</b>
--	------------

## INTRODUÇÃO

### Desejo, Interesse e Poder

O desejo me diz para “entrar nesta ordem arriscada do discurso” (FOUCAULT, 1970), analisar as narrativas e expor os procedimentos de exclusão, de interdição, de efeitos de verdade a fim de demonstrar a razão de perenidade deste discurso através de autores e seus infundáveis comentaristas – manipulando saberes e controlando poderes. Ao enunciar a partir de espaços de privilégios, produziram e endereçaram discursos a sujeitos emudecidos pelo poder saber, pelo poder econômico e pela hegemonia do padrão mundial de poder.

O desejo é que este trabalho, ao examinar a territorialização da mineração na cidade de Itabira – Minas Gerais, a partir das narrativas sobre esta localidade que se misturam com as narrativas globais sobre mineração, desenvolvimento, urbanização, poluição, conflitos ambientais, licenciamento ambiental, resistência, produção de identidades e do espaço possa demonstrar como no território construído por, pelo e com minério de ferro da Pedra Alta que Brilha, ou brilhava, a apropriação ambiental territorial da mineração teve e têm seus efeitos sobre a subjetividade da população atingida para além dos conflitos ambientais gerados e conseqüente injustiça ambiental.

Itabira é constante tema de interesse acadêmico por ter sido berço de um grande poeta brasileiro, Carlos Drummond Andrade, e da primeira grande mineradora a explorar a primeira grande jazida de minério de ferro do Brasil. Poesia e mineração têm sido então boas categorias para se pensar e produzir conhecimento, perpetuar discursos em diferentes áreas de conhecimento, invisibilizar sujeitos e os processos de subalternização dos mesmos. Desta forma, poesia e mineração serão centrais neste trabalho!

No meu levantamento bibliográfico encontrei artigos, monografias, dissertações e teses sobre Itabira na literatura, na biologia, na geografia, na economia, na administração, na história, na antropologia, e nas engenharias. Algumas destas narrativas dizem respeito à relação de Drummond com sua cidade natal e sua oposição a mineração do pico do Cauê que quando criança ele contemplava do seu quintal, ao som

do badalar dos sinos da Igreja do Rosário. Outras são relativas aos “conflitos humanos”<sup>1</sup> advindos da segregação espacial e social produzida pela exploração predatória do minério de ferro. Há ainda as narrativas que tratam do sofrimento social produzido pela segregação socioespacial que já levou milhares de sujeitos ao suicídio. Todas as narrativas encontradas dizem a respeito da relação de poder e dominação entre a mineradora e a cidade, versando sobre os conflitos ambientais gerados e das tentativas de resolução do inconciliável, do incompatível, do inconcordável. Algumas destas narrativas abordam o enclave econômico e político que a dependência econômica, social, cultural e política ao projeto de sociedade desenvolvimentista circunscreveu Itabira.

Este será então mais um trabalho sobre a “cidade mineradora”? A inflação da produção de conhecimento me alerta que este é o momento de apresentar o diferencial desta monografia, a fim de que a banca examinadora tenha interesse em continuar a avaliá-lo, para então proferir um veredito sobre meu trabalho de conclusão de curso, que se aprovado me conferirá um título de bacharel em ciências sociais, com o qual ingressarei no mercado das trocas simbólicas com o rótulo de saber autorizado. Entretanto me interessa antes de apresentar a contribuição deste estudo às Ciências Sociais, fazer um parêntese para me localizar dentro da *ordem do discurso*.

Interesse, conforme a etimologia em latim é “estar entre, no meio, participar”. E nesta pesquisa me interessa participar da produção de conhecimento, não apenas como uma cientista social que analisa um objeto de estudo, mas também como parte mesma deste objeto de estudo. Itabirana de nascimento e coração me considero uma atingida pela mineração desde minha genealogia. Isto porque meu pai, primogênito de uma família de 10 filhos, veio para Itabira com minha avó, meus tios e tias em 1967 para se reencontrar com meu avô, que junto a algumas de suas irmãs e irmãos haviam migrado para a cidade em busca de um lugar melhor para viver. A propriedade rural em que moravam, na região de Santa Maria de Itabira – MG, havia sido invadida por garimpeiros para a exploração de ouro e pedras preciosas, sob o comando de membros da elite itabirana e proteção da polícia militar. Ante a impotência para lidar com as ameaças e violações que os familiares sofriam, tais como serem revistados ao entrar e sair pela porteira de sua propriedade, risco de estupro das mulheres, contaminação da

---

<sup>1</sup> “Conflitos humanos” é uma categoria do poeta e músico Milton Baiandeira, itabirano de coração, que admirava Drummond e, assim como o poeta fez inúmeros versos para Itabira e sobre a mineração em Itabira.

água com mercúrio e ameaça de morte, eles se viram obrigados a deixar o local. Meu avô carvoeiro se tornou metalúrgico e foi um dos muitos trabalhadores que ergueram a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a cidade mineradora. Após dois anos de trabalho meu avô comprou um terreno na periférica e estigmatizada Vila Luisa Martins, topônimo João XXIII, e construiu uma casa simples para abrigar sua família.

Em 1973 meu pai tornou-se ajudante de manutenção elétrica da CVRD, passando ao cargo de eletricista em 1975. Juntamente com meu avô, provia a família. Em 1981 se casou com minha mãe, cujo pai foi um dos operários a perder o lar pelo Decreto Expropriatório de 29/06/1975 que extinguiu, em 1976, a Vila Sagrado Coração de Jesus, topônimo Explosivo, entre outros bairros operários. Meu avô materno, também migrante da zona rural de Santa Maria de Itabira, trabalhava como auxiliar de topografia na CVRD. Após muitas mudanças passou a residir no bairro João XXIII com a família de nove filhos. Em 1978 meu avô sofreu um acidente de trabalho – uma pedra rolou sobre sua perna resultando em deformação na coluna – e, sem receber qualquer indenização, passou o resto de sua vida com uma aposentadoria por invalidez que equivalia a um salário mínimo. Minha avó materna liderou e proveu a família complementando a renda do marido (que se tornou alcoólatra) com o trabalho de servente na escola estadual do bairro, e com serviços de corte e costura num quartinho da casa, ainda mais simples que a dos meus avôs paternos.

A posição de técnico eletricista da Vale que meu pai alcançou conciliando trabalho e estudo possibilitou a mim, e ao nosso núcleo familiar desfrutar das benesses da “mãe Vale”. Entretanto alguns fatos sociais do cotidiano de uma *cidadezinha qualquer* modularam minha experiência, tais como: residir em um bairro não operário, mas de excluídos da mineração e conviver com pessoas – inclusive familiares – que não tinham os mesmos confortos materiais. Ouvia destes frases como: “você tem essas coisas porque é filha da mamãe doce”, entre outras acusações de privilégio. Transitar pelos espaços da cidade marcados por uma teia de significados perversa que dividia os sujeitos em trabalhadores da Vale ou não sujeitos foi outro fator modulador da minha perspectiva social. Sentir na pele a hierarquização funcional da mineradora que se refletia na segregação social ao ostentar – contra a minha vontade – material escolar da Faber Castell, subsidiado pela “mãe Doce”, numa escola pública em que a grande parte das crianças fazia sua primeira refeição do dia na hora do recreio; ou ao estudar numa escola particular subsidiada pela “mãe Vale” na qual os adolescentes me excluíam das

rodas de conversa no intervalo, porque eu morava no “João Pereco”, não me vestia e tão pouco falava como eles – foi outro fato social determinante da forma como experienciei minha condição de classe. Ver amigos e vizinhos tirarem a própria vida na década de 1990 soma-se aos fatos sociais do cotidiano de uma *cidadezinha qualquer* que marcaram profundamente meu olhar, meu modo de olhar, meus sentimentos, minha identidade e meu posicionamento em relação à “mãe Vale” e a degradação da serra do Esmeril contemplada da varanda da minha casa, ao som do apito do trem que passa(va) às cinco da tarde, a três km de distância transportando o minério de ferro da Mina da Conceição para o Porto de Tubarão no Espírito Santo, pela Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM).

Por conseguinte, esta será uma produção intelectual que explicita o posicionamento, os interesses, a ideologia da autora e pretende contribuir com o debate sobre o fazer científico e o papel da ciência em nossa sociedade. Assim adotar a abordagem crítica neste trabalho não se refere apenas a interlocução com a corrente da ecologia política, do neoextrativismo, da antropologia do conflito, e da discussão sobre o desenvolvimento e a questão ambiental, mas diz respeito também ao posicionamento da autora de se colocar “*entre*” as fontes de conhecimento do objeto de estudo, de estar “*no meio*” das vozes, e de “*participar*” de forma engajada no debate.

Para Lima (2013) a pesquisa nas ciências humanas, sobretudo na antropologia é “uma questão do trato e elaboração de linguagem heterodoxa sobre o que se fala, sobre do qual se fala e sobre aquele que fala” (LIMA, 2013:15). A fala posicionada da intelectualidade subalterna é uma fala sobre o outro que também é uma fala sobre si próprio e seu ângulo de observação. A heterodoxia metodológica refere-se à produção da pesquisa, e esta é “determinada pela realidade sociocultural exterior e passível de objetivação, mas aspectos relacionados à corporalidade e subjetividade do pesquisador orientam sua compreensão e método de pesquisa” (LIMA, 2013:15).

Assumindo minha identidade de itabirana que carrega no corpo, na mente e no coração os efeitos perversos da mineração, afetada pelo desenvolvimento dos conflitos ambientais ensejados pela mineração em Itabira, de cientista social comprometida com a crítica ao desenvolvimento, e interessada na justiça ambiental estarei em minha narrativa intermediando e articulando minha voz, a de itabiranas e itabiranos, sobretudo os excluídos da mineração, às vozes que contestam a exploração predatória e o desenvolvimentismo. Ao fazer uma intermediação entre a crítica científica à mineração,

e a vivência dos atingidos pela mineração, o discurso crítico aqui deseja intervir de forma engajada no debate sobre o desenvolvimento e o extrativismo. E oferecer, por esta intermediação, outra forma de ler, compreender, e agir neste campo de disputas.

Tal identidade, a de *atingida pela mineração*, não é aqui uma identidade política, mas sim uma *identidade em política* “que pensa, age e compreende fora da razão imperial”. Uma identidade de fronteira que “rompe com as grades da moderna teoria política”, para “revelar a identidade escondida sob a pretensão de teorias democráticas universais”. (MIGNOLO, 2008:297).

Ante o exposto, minha localização dentro da “ordem do discurso” é a de uma pessoa híbrida: atingida e de certa forma privilegiada pela mineração, com trânsito entre os excluídos da mineração e os operários da mineração. E em razão desta “ferida social”<sup>2</sup>, deste deslocamento de subjetivação moderno/colonial, minha “consciência é mestiça”<sup>3</sup>, minha posição é subalterna e minha epistemologia é decolonial. Por isto, a reflexão que este trabalho propõe deseja mais que a crítica ao desenvolvimento e o extrativismo, deseja o rompimento das vinculações destas críticas à colonialidade do poder mundial, à epistemologia e cosmologia ocidental, às “regras dos jogos impostos por razões imperiais” (MIGNOLO, 2008:290), pois ainda que a crítica da ecologia política seja radical o conhecimento produzindo através dela ainda mantém vinculações ao imaginário da modernidade ocidental, “com a matriz colonial de poder que cria exterioridades no espaço e no tempo”<sup>4</sup> (MIGNOLO, 2013:22).

Como exemplo, posso citar a eleição de tipos ideias (QUINTANEIRO, 2003:101-104) de resistência e sujeitos de resistência – modelos de situações em que fica explícita alguma forma de antagonismo. Os constructos elaborados para auxiliar a compreensão da realidade são modelos de interpretação/investigação que recortam a realidade a partir do que é considerado relevante, assim deslocam para fora da análise às assimetrias de poder e os mecanismos de emudecimento dos sujeitos que não os permite explicitar os antagonismos, entretanto onde há poder há resistência. Outro exemplo são as análises centradas nas violências do Estado e do capital que criam identidades políticas para visibilizar estas violências e reivindicar direitos, mas que invisibilizam as

---

<sup>2</sup> A expressão é uma alusão a “ferida colonial” de Mignolo (2008), conceito decolonial que diz respeito aos deslocamentos raciais, sociais e de gênero provocados pela mundialização do padrão hegemônico de poder.

<sup>3</sup> “uma questão de sentir a fratura entre ser e estar; uma sensação de estar fora do lugar” (MIGNOLO, 2008:303).

<sup>4</sup> Tradução Minha

situações de violência nas quais não é possível criar identidades políticas mobilizadoras dentro do enquadramento dado pelo Estado, ou seja, pelas regras do jogo imperial.

São dois exemplos de construtos que legitimam a narrativa da modernidade, colocam os sujeitos no lugar de “precária subjetividade” (SPIVAK, 2014:60) – sujeitos destituídos de agência e da capacidade de racionalizar e elaborar opiniões sobre sua condição de oprimido, e em razão disto não se articulariam para oferecer resistência ao opressor. De Itabira muito se diz que sua gente não se opõe a Vale. Assim colocam os itabiranos em posição de inferioridade como se vivessem sob um totalitarismo radical que impedisse a produção de oposição. Mas não seria o modelo utilizado para análise que impede a visualização da resistência à dominação da Vale?

Para pensar os efeitos da territorialidade da mineração sobre a produção de subjetividades – para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais – vou compartilhar (no sentido de tomar parte) da compreensão de Mignolo (2013) sobre o pensamento/sensibilidade/fazer fronteiro, que exige o questionamento do enunciado ocidental que inventou as categorias de desenvolvimento e progresso, e impôs a supressão da sensibilidade na produção de conhecimento, como forma de proclamar a geo-política do conhecimento como universais, postulando a exploração da natureza e das pessoas (supostamente inferiores, bárbaras, primitivas e subdesenvolvidas) como necessárias a um suposto bem comum.

Entendo como desenvolvimento dos conflitos ambientais, o único desenvolvimento gerado pela mineração: o aumento progressivo: de desigualdades de apropriação ambiental do território, de profundas assimetrias na utilização dos recursos naturais, e da expansão da degradação ambiental. Os resultados do antagonismo entre ambiente e desenvolvimento são conflitos ambientais (ZHOURI & LASCHEFKI, 2010): territoriais, distributivos, e espaciais, que nenhuma tecnocratização do paradigma da modernidade ecológica será capaz de equacionar, porque se trata da disputa de racionalidades e concepções de apropriação ambiental radicalmente distintas. O dissenso promovido por este antagonismo não pode ser eliminado via compensação monetária ou emprego de tecnologia. Seria possível alguma tecnologia devolver a Itabira a frescura das abundantes águas que as *montanhas pulverizadas* produziam? Seria possível alguma compensação monetária devolver a cidade o autônomo abastecimento de água?

Conforme Mignolo (2013), interrogar a enunciação *quando, por que, onde, para que e contra quem* constitui o cerne de qualquer investigação decolonial. Sendo que “el pensamiento fronterizo es la condición necesaria para pensar decolonialmente”. (MIGNOLO, 2013:14). “A decolonialidade se dedica a mudar os termos do discurso e não só seu conteúdo.”<sup>5</sup> A epistemologia fronteiriça é o desprendimento da teoria política ilustrada (o liberalismo e o republicanismo) e da economia política (capitalismo e comunismo), em direção ao “reservatório de formas de vida e modos de pensamento que foram desqualificados”<sup>6</sup> (MIGNOLO, 2013:11-12). Para Mignolo a pessoa que não aceita a inferioridade imposta pela colonialidade, nem a resignação de jogar um jogo que não é seu, tem uma terceira opção: o pensamento e a epistemologia fronteiriça. “La decolonidad requiere una desobediencia epistémica, porque el pensamiento fronterizo es por definición pensar en exterioridad, en los espacios y tempos que la autonarrativa de la modernidad inventó como su exterior para legitimar su propia lógica de colonialidad.” (MIGNOLO, 2013:22-23).

Mignolo assevera que a modernidade não é uma etapa ontológica da história, mas sim uma narrativa hegemônica da civilização ocidental, de modo que se faz urgente despertar do devaneio segundo o qual está fora da história o que não é moderno. (MIGNOLO, 2013:18) “A modernidade ocidental se construiu desde o renascimento baseando-se na dupla, simultânea e contínua colonização do espaço e do tempo”.<sup>7</sup> Projetando para fora da história e da modernidade o *anthropos*, o “outro” criado no processo de sua construção. Estabeleceu uma projeção sobre o espaço e o tempo do sujeito individual ou coletivo definido como *outro* pra fora da história, e junto a estes sujeitos suas formas de governo, organização social, política, cultural e econômica não-moderna. (MIGNOLO, 2013:21-22).

---

<sup>5</sup> Tradução minha

<sup>6</sup> Tradução minha

<sup>7</sup> Tradução minha

## **“Kit de Ferramentas”**

Apresento a seguir minhas credenciais para entrar nesta *ordem do discurso*. Como dito, este trabalho é sobre o processo de *territorialização da mineração* na cidade de Itabira e, fundamenta-se na análise dos *efeitos da territorialidade* da mineração *na subjetividade da população atingida*, a partir das narrativas sobre Itabira e sua mineração. Com intuito analítico de abarcar a complexidade do objeto em análise será mobilizado um “kit de ferramentas”, uma combinação de conceitos, categorias, ideias e teorias em caráter transdisciplinar buscando diálogo com a geografia, a antropologia, a linguística e filosofia com o intento de formar um potente instrumento heurístico que *entrelaça territorialidade, estrutura de sentimento e teoria do poder*. Destarte, o objeto deste trabalho será examinado por diferentes objetivas, promovendo alteração nas escalas de análise e sobrepondo dimensões com o fim de alcançar sua complexidade.

### **Territorialidade**

*Territorialidade* é um conceito polimórfico derivado de território. Para defini-la se faz necessário retomar um dos muitos sentidos do seu conceito gerador. Facilmente confundido com espaço ou lugar, território está ligado à gestão ou domínio de um espaço, logo, relaciona-se a ideia de poder (RAFFESTIN, 1980; ANDRADE, 1998; HAESBAERT, 2011) num sentido de apropriação, assim não se reduz a posse, a propriedade (CORRÊA, 1998:251). A apropriação se refere ao controle de acesso e uso do território, e, a uma dimensão afetiva derivada das práticas espaciais sobre o mesmo. Segundo Raffestin (1980) a apropriação do espaço o territorializa, vindo desta ação a territorialidade, conceituada como a subjetivação das concepções de uso e processo de domínio de um dado território (RAFFESTIN, 1980; ANDRADE, 1998; CARA, 1998). A territorialidade surge da relação espaço-sociedade-tempo (RAFFESTIN, 1980:15; CARA, 1998:261), numa complexa disputa de significados os sujeitos interagem entre si e com o território produzindo “expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas” (CORRÊA, 1998:252).

Desse modo, a produção de territorialidades implica em processos de desterritorialização, e, por conseguinte na produção de novas territorialidades ou re-territorialidades (ANDRADE, 1998; CORRÊA, 1998; HAESBAERT, 2011). Ou seja,

na (re)criação da apropriação territorial pelos agentes em conflito, seja pela criação de novos territórios, seja pela reconstrução parcial do “velho território” ou recriação parcial em outro lugar que contenha características do “velho território” (CORRÊA, 1998:252). Tal e qual o território, a territorialidade se relaciona a ideia de poder e refere-se à mudança social, entendida como: “adoção coletiva de um projeto, ou a resultante de um sistema múltiplo de poder, com seus respectivos projetos e racionalidades” (CARA, 1998:264) condicionando identidades e modelos culturais dominantes (RAFFESTIN, 1986 *apud* CARA, 1998:267).

Para Raffestin (1980) a produção do território se dá a partir de representações sobre o espaço, que projetam limites, fronteiras, redes, códigos e sistemas sêmicos em acordo com a imagem desejada para o território – “correspondendo a um sistema de intenções de poder que se moldam sobre o espaço” (RAFFESTIN, 1980:4). De forma que o território não é a “imagem real” do espaço, mas uma construção “que comunica suas intenções de poder e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico”. (RAFFESTIN, 1980:5). Assim, a produção da territorialidade é acompanhada de práticas espaciais (enunciação de discursos e estratégias de apropriação), que visam garantir a permanência e o uso do território, com o fomento de ideias que favoreçam as condições de produção e consumo do território em longa duração (CORRÊA, 1998:254).

Território e territorialidade são conceitos mobilizados pelas diferentes áreas de conhecimento das Ciências Sociais (RAFFESTIN, 1980; SANTOS *et al*, 1998; HAESBAERT, 2011). Neste trabalho o esforço será de um diálogo transdisciplinar entre a geografia e a antropologia. Na geografia o uso mais comum recai sobre a análise dos *processos de territorialização do Estado-nação* e de corporações com ênfase na territorialização do espaço. Já na antropologia o conceito é mais mobilizado para analisar os *processos de territorialização na perspectiva de grupos contra hegemônicos*, com ênfase na identidade territorial, mas sem se restringir à identidade. Notadamente as etnografias e análises se debruçam sobre povos indígenas, quilombolas, povos de terreiro, geraizeiros, açorianos, babaçueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos, varzeiros, entre outros povos tradicionais. Estas são identidades tradicionais oriundas da territorialidade, ligada ao uso, aos significados e aos conhecimentos sobre o território. (LITTLE, 2002; ALMEIDA, 2008).

Como se pode ver nas citações abaixo, a definição de territorialidade nas duas disciplinas é muito próxima, entretanto conforme Little (2002) a expressão hegemônica da territorialidade na geografia está vinculada as práticas territoriais do Estado-nação, que numa *razão instrumental*<sup>8</sup> (QUIJANO, 1988:16-24) divide o território em privado e público, o que provoca a invisibilização das outras formas de territorialidades movidas por *razão histórica*<sup>9</sup> (QUIJANO, 1988:16-44) – que a antropologia busca trazer a baila. (LITTLE, 2002).

A territorialidade, por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas. (CORRÊA, 1998:251-252).

Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland* (cf. Sack 1986: 19 apud LITTLE, 2002).

Ademais, o processo de territorialização é entendido como *mudança social* na geografia, e como *reorganização social* na antropologia, ou seja, com compreensão teórica similar.

A análise territorial desempenha importante papel na compreensão da mudança social de um modo geral; seria interessante representar a mudança social (e seu contrário, o bloqueio) sob a forma de uma dinâmica territorial, pois a mudança social é vista aqui como um movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. (BAREL, 1986:138 apud CARA, 1998:264).

Como argumentei anteriormente (Oliveira 1993), "a atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui em um ponto-chave para a apreensão das mudanças por que ela passa, isso afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais". Nesse sentido, a noção de *territorialização* é definida como um *processo de reorganização social* que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 1999:20).

Raffestin (1980) assevera que “a análise da territorialidade só é possível pela

---

<sup>8</sup> Razão instrumental é a racionalidade predominante nos países saxões, se autodefine moderna, em oposição a razão histórica. Fundamenta-se na necessidade de se construir uma sociedade racional pela relação entre os fins e os meios. Postula o racional como sendo o útil, e a utilidade é significada pela perspectiva dominante, o poder, como produtividade e eficiência dos meios para os fins impostos pelo capital e pelo império. (QUIJANO, 1988:16-24). Tradução minha.

<sup>9</sup> Razão histórica é a racionalidade específica das culturas dominadas. Tem sua modernidade específica: a promessa de uma existência social racional fundamentada na liberdade, na equidade, na solidariedade e no melhoramento contínuo das condições materiais. Emana da organização social solidária e coletiva, que repõe a reciprocidade como o fundamento da solidariedade e da democracia, emerge da experiência vital das populações da América Latina em sua busca dramática de organizar a sobrevivência e a resistência a crise e a lógica do capitalismo, agindo contra o poder hegemônico. (QUIJANO, 1988:16-44). Tradução minha.

apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto socio-histórico e espaço-temporal” (RAFFESTIN, 1980:16). Little (2002) tem a mesma compreensão ao afirmar que “qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado.” (LITTLE, 2002:3-4).

### **Estrutura de Sentimento**

Como ferramenta para analisar o processo histórico de territorialização da mineração na cidade de Itabira, ou seja, o sistema sêmico que projetou sobre o espaço a construção simbólica, política, econômica, cultural e social de Itabira como “Cidade do Ferro”, e, por conseguinte projetou uma subjetividade própria aos sujeitos da cidade mineradora; vou mobilizar o conceito de *estruturas de sentimento*, elaborado pelo teórico cultural Raymond Williams (1977), para analisar as narrativas sobre Itabira e sua mineração presentes nas poesias, nas monografias, dissertações e teses selecionadas para exame.

Descobri em meu próprio trabalho que eu tinha que desenvolver a ideia de uma estrutura da experiência... Mas aí descobri Goldmann partindo... de um conceito de estrutura que continha em si mesmo uma relação entre os fatos social e literário. Essa relação, insistia ele, não era uma questão de conteúdo, mas de estruturas mentais: **“categorias que simultaneamente organizam a consciência empírica de um grupo social específico e o mundo imaginativo criado pelo escritor”**. Por definição, essas estruturas não são individualmente criadas, mas sim coletivamente. (WILLIAMS, 1971:12 *apud* HALL, 2013:151 *grifos meus*).

Para Williams as descrições sobre a cultura e a sociedade são expressas, em sua maioria, no tempo passado convertendo as ações, as relações, as experiências e as instituições em produtos acabados, fixos. “Fixado o social o que escapa – ou parece escapar – ao fixo, ao explícito e ao conhecido é definido como individual – subjetivo.”<sup>10</sup> (WILLIAMS, 1977: 150-151). Tal compreensão implica na rejeição do presente e tudo o que é mobilizador, tudo que é capaz de modificar a cultura e a sociedade. As atualizações da cultura e das instituições sociais ocorrem no tempo presente. A oposição entre o social e o indivíduo, entre o objetivo e o subjetivo, entre pensamento e sentimento, entre a experiência e a crença, entre a estrutura e a agência é um equívoco, pois reduz o social as formas fixas. Tal redução deixa todas as complexidades

---

<sup>10</sup> Tradução minha

conhecidas, as tensões experimentadas, as mudanças, as incertezas e as formas intrincadas da desigualdade fora da análise social. (WILLIAMS, 1977: 152).

Obviamente, as formas sociais são mais reconhecíveis quando são articuladas e explícitas. Temos observado esta situação na sequência que se desenvolve desde as instituições até as formações e tradições. Podemos observá-la novamente no transcurso que se opera desde os sistemas dominantes de crenças e educação até os sistemas mais influentes de explicação e argumentação. Todos eles têm uma presença efetiva. Muitos são formados e deliberados, e alguns são extremamente fixos. No entanto, quando todos foram identificados não constituíram um inventário pleno nem sequer da consciência social em sua acepção mais simples, já que se converte em consciência social só quando vividos ativamente dentro de verdadeiras relações, e além do mais em relações que são algo mais que intercâmbios sistemáticos entre unidades fixas. [...] E esta consciência prática é sempre algo mais que uma manipulação de formas e unidades fixas. [...] A consciência prática é quase sempre diferente da consciência oficial; e esta não é só uma questão de liberdade e controle relativos, já que a consciência prática é o que verdadeiramente se está vivendo, não só o que se pensa que se está vivendo. [...] Um tipo de sentimento e pensamento que é verdadeiramente social e material, mas cada um em uma fase embrionária antes de converter-se no intercâmbio plenamente articulado e definido. (WILLIAMS, 1977: 152-153 – *tradução minha*).

Estrutura de sentimento refere-se à contiguidade geracional entre as formas fixas da consciência social – das estruturas organizadoras da consciência – e a percepção da experiência social – as realidades de experiência vivida. São mudanças na experiência social antes de ser experiência individual. Williams reconhece que estruturas da experiência seria uma alternativa melhor e mais ampla para nomeação do conceito, entretanto insiste no sentimento, porque um dos sentidos da experiência envolve o tempo passado colocando dificuldades para o reconhecimento da experiência social como um processo. São sociais por serem institucionais e formais, e por exercerem pressão palpável e estabelecerem limites efetivos a experiência e a ação, mesmo sendo (pré)emergentes. São mudanças na estrutura de sentimentos, na forma como os significados e valores são vividos e sentidos ativamente. (WILLIAMS, 1977: 150-152).

Estamos falando dos elementos característicos do impulso, restrição e tom, elementos especificamente afetivos da consciência e das relações, e não sentimento contra pensamento, mas sim pensamento tal como é sentido e sentimento tal como é pensado; uma consciência prática de tipo presente, dentro de uma continuidade vivente e inter-relacionada. Em consequência estamos definindo estes elementos como uma “estrutura”: como um grupo com relações internas específicas, entrelaçadas e às vezes em tensão. No entanto, também estamos definindo uma experiência social que ainda está se encontra *em processo*, que frequentemente não é reconhecida verdadeiramente como social, mas sim como privada, idiossincrásica e inclusive isolada, mas que na análise [...] tem suas características emergentes, conectoras e dominantes e, certamente, suas hierarquias específicas. (WILLIAMS, 1977: 155 – *tradução minha*).

Deste modo, estrutura de sentimento é toda categoria estruturante da

consciência social que rege os sentimentos, as práticas e as relações sociais perpassando temporalidades em mudanças sociais que podem ser concebidas como adições, supressões e modificações em seus sentidos e significados ao longo do tempo, contudo tais mudanças são mais atualizações do que modificação das estruturas. Resultando numa categoria analítica que permite associar o *poder disciplinador* de Foucault, o *habitus* de Bourdieu e a *hegemonia* de Gramsci. (FILMER, 2009:372).

A consciência prática é a alternativa de Williams para *habitus*, pois embora o conceito de Bourdieu seja flexível, estruturado e estruturante ele é socialmente adquirido numa operação inconsciente sendo estruturalmente determinado pela trajetória das expectativas institucionais da ordem social, ou seja, reproduzem as condições socioculturais. Por outro lado as *estruturas de sentimento* são as manifestações (pré)emergentes da resistência, e da oposição às práticas e às ideologias hegemônicas. (FILMER, 2009:379).

Williams assevera que a sociologia da cultura deve compreender o hegemônico em seus processos ativos, formativos e transformativos. Define hegemonia como sendo um complexo entrelaçamento de forças políticas, sociais e culturais organizado por significados e valores dominantes. Formando “um vívido sistema de significados e valores – fundamentais e constitutivos – que na medida em que são experimentados como práticas parecem confirmar-se reciprocamente.”<sup>11</sup> (WILLIAMS, 1977: 131). Assim é um sentido da realidade absoluto devido à realidade experimentada pela maioria das pessoas, mas pela qual a movimentação de muitos membros da sociedade se torna extremamente difícil. Uma “vívida dominação e subordinação de classes particulares.”<sup>12</sup> (WILLIAMS, 1977: 132). A hegemonia é um processo contínuo que não se dá de modo passivo, sendo continuamente renovada, recriada, definida e modificada em razão de pressões externas que podem ser definidas como contra-hegemonia ou hegemonia alternativa. O que torna as alternativas políticas e culturais, as numerosas formas de oposição e luta importantes não só em si mesmas, mas como indicativos de que na prática o processo hegemônico exerce seu domínio controlando, ou transformando, ou incluindo as alternativas e oposições. De forma que a hegemonia limita as formas de contracultura. (WILLIAMS, 1977: 134-135).

A sociologia da cultura deve compreender a produção cultural como parte do

---

<sup>11</sup> Tradução minha

<sup>12</sup> Tradução minha

processo social e material total, conectados. Deve se propor a análise das interrelações entre os elementos do social que atuam na formação ativa dos leitores, da audiência e das características dentro das quais se conduz na prática as formas particulares da atividade cultural. Análise atenta às relações de poder que nelas se inscrevem, que nelas se escondem ou se exprimem. (WILLIAMS, 1977: 161-164). Portanto, atenta às estratégias da hegemonia para penetrar num dado contexto, promover atualizações e inserir a enunciação que deseja estabelecer.

### **Teoria do poder**

Retomando alguns pontos já ditos pra dizer o não dito. Um dado sistema de intenções de poder projetou sobre um dado espaço – conhecido como Itabira – um sistema sêmico, e por ele tornou enunciável a territorialização da mineração; mantendo-a dominante ao logo dos anos por atualizações no enunciado que, reiteradamente, apregoam o extrativismo como caminho racional e único em direção ao melhor de uma sociedade.

Analisar o processo de *territorialização da mineração* na cidade de Itabira requer uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que foi estabelecido o sistema de intenções de poder e o sistema sêmico, e dos contextos em que tais estruturas de sentimento foram defendidas e/ou reafirmadas. Logo, requer “revelar as interseções entre cultura, poder e economia política” (RIBEIRO & FELDMAN-BIANCO, 2003:11); “entender a relação entre cultura e poder” (RIBEIRO & FELDMAN-BIANCO, 2003:14); “atenção à interação entre história local e relações históricas em nível global” (RIBEIRO & FELDMAN-BIANCO, 2003:15); “decifrar os processos de poder que criaram os atuais sistemas culturais e as ligações entre eles” (RIBEIRO & FELDMAN-BIANCO, 2003:41); demanda a análise da relação entre o *poder tático* e o *poder estrutural* (WOLF, 2003[1989]:327) – requer “compreender as consequências do exercício do poder.” (WOLF, 2003[1989]:340).

Eric Wolf (2003[1989]) conforma a polissemia sobre o poder em quatro definições a fim de se restringir às questões que a noção de poder traz para a antropologia. Poder como atributo, potência ou capacidade do sujeito. O poder como a capacidade de uma pessoa impor sua vontade sobre outra na ação social – nas relações interpessoais. O poder tático ou organizacional como a instrumentalidade de um agente

para “circunscrever as ações de outros dentro de determinados cenários” controlando como as pessoas mostram suas potencialidades e interagem umas com as outras. E por fim, “o poder estrutural que molda o campo social de ação de forma a tornar possível alguns tipos de comportamento, enquanto dificulta ou impossibilita outros”. Poder capaz de “organizar e orquestrar os próprios cenários e especificar a distribuição e direção dos fluxos de energia.” (WOLF, 2003[1989]:326).

Eric Wolf defende que “é tarefa da antropologia tentar uma explicação e não somente a descrição, a integração descritiva ou a interpretação” (WOLF, 2003[1989]:327) do mundo em que vivemos. Uma antropologia sobre o poder que revisite os *velhos insights* para levantar novas questões a partir da relação entre o *poder tático* e o *poder estrutural* é o caminho proposto por Wolf para explicar como as forças no mundo influenciam os povos em diferentes localidades, como esses povos recebem e reagem às transformações provocadas em sua organização social pelas forças globais, em suma como pessoas reais são afetadas e afetam a realidade no mundo – uma “busca de explicações sobre os fenômenos culturais” (WOLF, 2003[1989]:340).

Wolf elenca três velhos insights da antropologia que levantaram questões sobre poder tático e estrutural: o projeto de Julian Steward em Porto Rico, o projeto de Godfrey Wilson – continuado por Max Gluckman – na África Central, e o projeto de Richard Adams na Guatemala. As questões são a *atenção à história dos processos* de forma a ver as unidades de investigação como moldadas, remoldadas e mutáveis ao longo do tempo. O que traz a importância da *análise da organização* “– os arranjos estruturantes da vida social – vistos como em processo e mudança” (WOLF, 2003[1989]:332). E o entendimento de que os *processos ocorrem simultaneamente em macroescalas e microcenários*. Wolf destaca a relação do poder tático e estrutural na organização e na significação.

A organização é essencial porque estabelece relações entre as pessoas por meio da alocação e do controle de recursos e recompensas. Ela baseia-se no poder tático para monopolizar ou partilhar penhores e direitos, canalizar a ação para certos caminhos, enquanto interdita o fluxo de ação de outros sentidos. Algumas coisas tornam-se possíveis e prováveis, outras ficam improváveis. Ao mesmo tempo, a organização está sempre em risco. Uma vez que o equilíbrio do poder está sempre mudando, seu trabalho nunca é feito: ela funciona contra a entropia (Balandier, 1970). Até mesmo a organização mais bem sucedida não fica sem contestação. A ratificação do poder sempre cria fricção – descontentamento, relutância, escapismo, sabotagem, protesto ou resistência aberta, uma variedade de reações bem documentadas com materiais malaios por James Scott em *Weapons of the weak* (1985). (WOLF, 2003[1989]:333).

Para Wolf ver a organização como processo é “olhar para o ‘fluxo da ação’ perguntando o que está acontecendo, por que está acontecendo, quem está envolvido, com quem, quando e com que frequência, [...] para que e para quem isto está acontecendo e – por que não – contra quem? (WOLF, 2003[1989]:334). Perguntas que “exigem um conjectura conceitual sobre as forças e os efeitos do poder estrutural que dirige a organização e ao qual a organização deve responder em todos os níveis.” (WOLF, 2003[1989]:334). Pensar a organização como processo implica entender que todos os elementos da organização “podem ser agregados, enganchados, articulados sob diferentes tipos de poder estrutural” (WOLF, 2003[1989]:335).

Quanto à significação Wolf aponta para a necessidade de compreender como são formadas as estruturas de equivalência da vida social, como a produção de significados ocorre na vida real, como as estruturas de significado são perturbadas pelas divergências, polissemias e polaridades?

[...] situações em que a sinalização mútua de expectativas é perturbada, em que interesses opostos e contraditórios vêm para primeiro plano ou em que esquemas culturais são contestados. Torna-se então claro que, para além da lógica e da estética, é o poder que garante – ou fracassa. O poder está implicado no significado por seu papel na sustentação de uma versão de significação como verdadeira, fecunda ou bela contra outras possibilidades que possam ameaçar a verdade, a fecundidade ou a beleza. Todas as culturas estabelecem significações e tentam estabilizá-las contra possíveis alternativas. (WOLF, 2003[1989]:337).

Há diferentes modos de poder estrutural, que funcionam por meio de governança, e cada um estabelece as maneiras de conceber e classificar as pessoas. Wolf define três modos de classificação das pessoas: as *formações sociais* – que distribuem o trabalho definindo as formas, as regras e os critérios, as *formações tributárias* – que hierarquizam as formações sociais e estabelecem distintos estratos sociais, e, as *formações capitalistas* – que promovem a individualização dos sujeitos. “Quando um modo entra em conflito com o outro há a contestação de suas categorias fundamentais, o poder é invocado para atacar as pretensões categoriais rivais. Assim, o poder jamais é externo à significação – ele habita o sentido e é seu paladino na estabilização e na defesa.” (WOLF, 2003[1989]:338).

## Do Desejo ao Realizável

Uma vez exposto o desejo, o interesse e o poder do kit de ferramentas envolvidos neste trabalho é chegada a hora de mostrar a narrativa sobre a Vila de Itabira e as mudanças ocorridas ao longo do tempo que a transformaram em Cidade do Ferro. Revelar o processo de territorialização da mineração em perspectiva histórica para demonstrar como o sistema de intenções de poder em macroescala (transnacional) interagiu como as instâncias de poder nacional, regional e local para definir Itabira como cidade mineradora – eliminando e inviabilizando outras alternativas.

Desvelar como uma sociedade formada por sujeitos plurais foi homogeneizada e hierarquizada a ponto de não reconhecer<sup>13</sup> a diferenciação das apropriações territoriais que coexistem no mesmo espaço – localidades rurais, centros de mineração, e localidades urbanas como parte de um único campo social. Dar a conhecer os conflitos e tensões existentes entre os distintos sujeitos e suas formas de apropriação territorial e produção de significado sobre o mesmo espaço social. Mostrar que para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais, a territorialização da mineração produziu subjetividades e circunscreveu condições de possibilidade para o desejo, o interesse e o poder dos sujeitos.

A produção da escrita deste trabalho se dá a partir das narrativas sobre Itabira encontrada na bibliografia levantada. Com a leitura comparada dos livros, monografias, dissertações e teses que tiveram como recorte temático Itabira tecei cada linha desta monografia com perspectiva crítica, questionando os enunciados: *quando* foram produzidos, *por que* foram pronunciados, *onde*, ou melhor, de que posição foram enunciados, *para que e contra quem* foram proferidos. Minha narrativa é uma colcha de retalhos sem forma definida – uma pluralidade de vozes, incluída a minha –, com recortes guiados pelo desejo de compreender como Itabira se tornou *Cidade do Ferro*, e explicar os efeitos da identidade forjada: o itabirano de ferro, de alma triste e postura política acomodada, alma sensível e sentimentos intensos. É também uma narrativa de muitas lacunas geradas pela falha contextualização histórica das narrativas analisadas.

---

<sup>13</sup> Reconhecer aqui tem sentido de reconhecimento, tal como definido pela filosofia: “Podemos dizer que o conceito filosófico de reconhecimento não significa simplesmente a identificação cognitiva de uma pessoa, mas sim, tendo esse ato como premissa, a atribuição de um valor positivo a essa pessoa, algo próximo do que entendemos por respeito.” (ASSY & FERES JÚNIOR, 2006:705).

Penso que para atender o desejo deste trabalho deveria ter feito uma exegese das narrativas selecionadas, um detalhamento maior do contexto dos processos históricos, o que não foi feito em razão dos limites colocados pelas normas do que deva ser um trabalho de conclusão de curso, mas, sobretudo por meus limites para produzir esta monografia.

No levantamento das fontes fiz pesquisa com a palavra *Itabira* no Sistema de Bibliotecas da UFMG, no Portal de Periódicos da CAPES, na Fundação João Pinheiro (FJP), e na biblioteca da Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira (FUNCESI). Fiz uma pesquisa iconográfica nos sites do Arquivo Público Mineiro (APM), do Observatório Nacional, e, do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Fiz também uma busca sobre a formação do município, seus bairros e sua gente no Arquivo Público da Secretária de Patrimônio Histórico e Cultural de Itabira, da Prefeitura Municipal de Itabira (SPHC/PMI), além da consulta ao acervo da Biblioteca Pública Municipal Luiz Camilo de Oliveira Neto, da Fundação Cultural Carlos Drummond Andrade (FCCDA).

Deste levantamento identifiquei oitenta produções sobre Itabira. Dado a impossibilidade de analisar todos, estabeleci o seguinte recorte: pertinência da narrativa para a compreensão dos processos de subjetivação em Itabira, ordem cronológica crescente, análise de conteúdo dos resumos, número de citações em referência bibliográficas, e discussão aprofundada ou diferencial de pesquisa. A partir deste recorte defini a análise das obras de autoria de Cecília Oliveira (1992), e as Marias (SOUZA, M. 2003; SILVA, M. 2004 & MINAYO, M. 2004). Das oitenta obras, que tratam sobre Itabira, encontradas no levantamento bibliográfico, cinquenta e nove tem as autoras como principais referências. Se descontarmos das oitenta, as cinco obras literárias e as onze obras produzidas antes de 1992 temos as autoras influenciando os discursos de 92% das obras que eu encontrei sobre Itabira. Ademais elas apresentam uma discussão crítica sobre o processo de territorialização da mineração em Itabira com perspectiva da história, da geografia, da sociologia e da antropologia. Discutem as marcas da mineração na subjetividade das e dos Itabiranos na organização política econômica (OLIVEIRA, C. 1992), na organização social (SOUZA, 2003), na organização política trabalhista (MINAYO, 2004), e na produção dos espaços políticos, econômico, social e ambiental (SILVA, 2004).

O processo de análise consistiu na leitura comparada dos trabalhos,

confrontando as narrativas, com atenção aos processos e recursos de enunciação utilizados. A apresentação destas análises será feita através de uma colcha de retalhos. Isto porque, todos os trabalhos seguem a ordem do discurso acadêmico apresentando metodologia, contextualização do objeto do discurso, seguido do desenvolvimento dos objetivos. Este trabalho não foge a essa regra, e vai aproveitar dessa estrutura para discutir os processos de territorialização em Itabira e suas marcas na subjetividade dos sujeitos.

As fontes orais são cinco entrevistas realizadas em 2011 para o trabalho final da disciplina Ecologia Política, *Itabira quo vadis*. As questões levantadas neste primeiro trabalho foram a principal inspiração para esta monografia. Ademais, as doze perguntas feitas a um trabalhador da Vale, a um trabalhador terceirizado, a um aposentado da Vale e a dois músicos de Itabira, permanecem atuais e pertinentes. Atendendo ao pedido dos músicos enviei as perguntas por e-mail, e eles me retornaram com as respostas. Um deles, Newton Baiandeira faleceu em 2012, por isso solicitei a sua esposa a permissão para nas entrevistas identificar o músico, e ela concordou. As demais entrevistas foram presenciais, gravadas seguindo o roteiro de doze perguntas. Intencionei fazer mais cinco entrevistas com moradores antigos da cidade, três do bairro João XXIII que nunca tiveram relação trabalhista com a Vale, e duas mulheres da extinta Vila operária Sagrado Coração de Jesus (Explosivo). Uma delas organiza um encontro anual dos ex-moradores das Vilas extintas pelo Decreto Expropriatório 29/06/1975. A outra mora no que restou da Vila Paciência. Cheguei a gravar uma entrevista com esta moradora. Com intuito de preservar sua identidade vou chama-la Dona Júlia. Ela nunca teve relação trabalhista com a Vale, e está sob ameaça de nova desterritorialização. Me emocionei muito com as respostas que Dona Júlia me dava e, sua altivez e segurança ao me contar sobre seu passado-presente. Em muitos momentos ela chorou, e me dei conta de que não estou em condições emocionais para ouvir os relatos de sofrimento e resistência dos excluídos da mineração. Logo em seguida fui à casa de um dos moradores do João XXIII, um lendário cafetão, ele estava acamado e me pediu que voltasse outro dia. Profundamente emotiva desisti da empreitada! As histórias, guardas na minha memória, que ouvi de meu pai, avos, tios, vizinhos e amigos também faz parte das fontes orais, serão a linha a alinhar está colcha de retalhos.

Este trabalho se divide em três partes. Na primeira, *O pico, o ferro, o fogo e a devastação da calma*, narro o período de 1705 a 1905 das narrativas sobre a história de

Itabira, sua economia, sociedade e cultura, além de uma breve pontuação sobre a produção do espaço pela territorialização da mineração, retomada na segunda parte. Nesta, *Prática imperialista em novas roupagens*, narro o período de 1905 a 2015 trazendo as narrativas sobre a história da Vale, o significado da presença da “flor carnívora” em Itabira, e a produção das subjetividades no confronto das diferentes formas de apropriação do território. Na terceira parte, *Para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais*, apresento a análise das narrativas selecionadas, e a resistência poética produzida no conflito ambiental ensejado pela territorialização da mineração. Nas *Considerações finais* recupero alguns pontos do contexto histórico no qual a mineração tornou-se o devir a ser de Itabira, comento as interseções entre cultura, poder e economia política, e ressalto sua influência sobre a vida de pessoas reais que fazem história em condições que não escolheram.

#### **Os urubus no telhado**

E virá a companhia inglesa e por sua vez comprará tudo  
e por sua vez perderá tudo e tudo volverá a nada  
e secado o ouro escorrerá ferro, e secos morros de ferro  
taparão o vale sinistro onde não mais haverá privilégios,  
e se irão os últimos escravos, e virão os primeiros camaradas;  
e a besta Belisa renderá os arrogantes corcéis da monarquia,  
e a vaca Belisa dará leite no curral vazio para o menino doentio,  
o menino crescerá sombrio, e os antepassados no cemitério  
se rirão, se rirão porque os mortos não choram.  
(ANDRADE, 2002:262).

## Primeira Parte

# O PICO, O FERRO, O FOGO E A DEVASTAÇÃO DA CALMA

É mais do que nunca crucial para os diferentes povos formar imagens complexas e concretas uns dos outros, assim como das **relações de poder e de conhecimento que os conectam**, mas nenhum método científico soberano ou instância ética pode garantir a verdade de tais imagens. (CLIFFORD, 2002:19 *grifos meus*)

## A Vila de Itabira



**Figura 1:** Vista Panorâmica da Cidade em 1889. Fotografia de Brás Martins da Costa. Fonte: BARROS, 2012.

A cadeia particular das montanhas de Itabira, que deve necessariamente prender-se à grande cadeia interior, apresenta declives brandos para o oriente e outros mais rudes pelo lado ocidental. Estende-se de norte a sul e a sudoeste, em uma extensão de duas léguas aproximadamente, desde o *Ribeirão de Sant'Anna* até o *Rio do Peixe*. Os morros de que se compõe são cruzados por oito vales principais, que a dividem de leste a oeste em outras tantas zonas alongadas. Dois picos muito elevados, um cônico e outro piramidal, revelam a extremidade da cadeia a dez léguas e até mais. O do norte tem o nome de *Itabira*, e pelo de *Itabirussú* designa-se o mais meridional. Os cumes da cadeia e todos os morros isolados apenas apresentam vegetação magra; mas suas encostas são cobertas de boa terra vegetal, em que se desenvolvem madeiras de lei e várias plantas interessantes, tais como a *copaiba* (*copahifera*), as *jaboticabeiras* de frutos negros e amarelos (mirtáceas), o mate (*ilex paraguariensis*, Aug. de S. Hil.), a *japacanga* (*smilax*), a *butua* (*cocculus*), o *ipêmirim*, a *cinco folhas* bignoniáceas, etc., etc. (SAINT-HILAIRE, 1938[1817]:234-235).

Muito já se escreveu sobre a história de Itabira para falar de mineração ou de poesia. Muitos recortes na historiografia de Itabira produziram narrativas em que “se contam, se repetem, e se fazem variar um conjunto ritualizado de discursos” (FOLCAULT, 2011[1970]), com vistas a proferir novos discursos articulando o dito e o não dito, na repetição disfarçada que conjura o destino da cidade como sendo a mineração. Na historiografia sobre Itabira a periodização inicia-se com a exploração não havendo registros sobre a população, geografia, cultura e economia anterior ao

“desbravamento dos sertões” pela empresa colonial. Um silêncio que faz crer num território vazio sendo tudo erguido pela e para a mineração.

Itabira é uma das poucas cidades mineiras que se originaram da mineração e sobrevivem até hoje da mesma atividade. Sua povoação se deu no início dos setecentos com a corrida pelo ouro, mas somente no século XIX, o vilarejo progrediu com a formação de companhias de mineração e a fundição do minério de ferro em pequenas forjas. (SOUZA, A. 2002)

Muitas autoras e autores apontam uma controvérsia (OLIVEIRA, C. 1992; FRANÇA, apud COSTA, B., 1988; FERREIRA, D. 1999; SOUZA, A., 2002; MINAYO, 2004; COSTA, M., 2008) sobre o início da cidade: se fora em 1705 quando Padre Manoel do Rosário e João Teixeira Ramos descobriram ouro de aluvião e construíram uma capela a Nossa Senhora do Rosário – como foi registrado pelo Padre Júlio Engrácia (ENGRÁCIA, 1898:333) –, ou se fora em 1720 quando a bandeira paulista chefiada pelo Sargento-mor Francisco de Faria Albernaz teria avistado do alto da Serra Cabeça de Boi<sup>14</sup> o cume do Pico do Cauê, cerca de 70 km de distância. “Sem outra bússola além do cume piramidal dessa montanha” (SAINT-HILAIRE, 1938 *apud* COSTA, B., 1988) teriam seguido caminho atravessando a garganta do Piçarrão e chegando ao morro onde hoje está edificada a cidade. Por terem encontrado grande quantidade de ouro de coloração argentina numa nascente que denominaram Fonte da Prata, levantaram uma casa e uma capela, sob invocação de Nossa Senhora do Rosário e deram origem ao povoado – como foi registrado pelo francês Saint-Hilaire em sua visita a cidade em 1817 (FRANÇA apud<sup>15</sup> COSTA, B., 1988:12). Há divergência de datas, entretanto há convergência sobre a ação colonialista na região: encontrado o ouro em quantidade relevante à extração ergueu-se um povoado e uma capela à Senhora do Rosário.

Tais recortes da historiografia de Itabira consideram irrelevantes a divergência de marco histórico, afirmam como possível que outros “aventureiros” possam ter passado pela região entre o final do século XVII e início do século XVIII, dado a forma itinerante de exploração do ouro. França (apud COSTA, B., 1988) chega a afirmar que: “o constante ataque dos índios pode ter dificultado a permanência desses primeiros colonos, forçando sua transferência para local de maior segurança.” (FRANÇA apud

---

<sup>14</sup> Localizada no município de Itambé do Mato Dentro

<sup>15</sup> A publicação do Centro de Estudos Culturais da Fundação João Pinheiro elege como autor Brás Martins da Costa, itabirano da elite tradicional cujas fotografias são o cerne do livro: “No tempo do mato dentro”, mas o texto “histórico” do mesmo tem autoria de Jussara França. A publicação traz ainda quatro poesias de Carlos Drummond de Andrade produzidas para o livro. É importante destacar que a publicação foi patrocinada pela, então, Companhia Vale do Rio Doce.

COSTA, B., 1988:12). Ferreira (1999) apresenta citação de 1885 que marca 1698 como a descoberta das minas “de Ouro Preto, de Morro de Ouro Branco, de São Bartolomeu, do Ribeirão do Carmo, do Itacolomi, do Itatiaia, de Itabira...” (FERREIRA, F. 1885<sup>16</sup> apud FERREIRA, D. 1999). As autoras e autores afiançam que a tradição local adotou a versão ditada por Saint-Hilaire. Entretanto o poder público municipal comemorou em 9 de outubro de 2006 os 158 anos de emancipação política e 300 anos de história da cidade, tendo como marco o ano de 1705. Ademais na publicação da prefeitura sobre a história do município a controvérsia é resolvida com o alinhar das duas narrativas:

Para não alongar o debate, citando as diversas fontes, podemos chegar a um consenso aceito pela maioria dos historiadores. O território foi percorrido pela primeira vez por uma bandeira paulista por volta de 1700, à mineração começa em 1705 e o povoamento e a colonização se iniciam em 1720, com a chegada dos irmãos Farias de Albernaz. É possível dizer que o marco zero da história de Itabira, de acordo com o relato do historiador Cônego Raimundo Trindade, é a chegada em 1705 do padre Manoel do Rosário e de João Teixeira Ramos, que descobrem ouro de aluvião e constroem uma pequena capela para Nossa Senhora do Rosário. Por outro lado a efetiva colonização e a constituição de um núcleo de povoamento, assim como vários outros no contexto da mineração do ouro em Minas Gerais do século 18, acontece a partir da chegada em 1720 da bandeira paulista dos irmãos Farias de Albernaz procedente de Itambé. (MARTINS, 2006:65)

Neste trabalho o central não é o marco histórico, mas o desejo de revelar o jogo de sombras da controvérsia. A historiografia de Itabira é assemelhada à historiografia das demais cidades mineiras, todas elas teriam sido povoações emergidas nos ciclos da economia colonial que adentravam os sertões para fortalecer o império português, incluir a Colônia no circuito econômico mercantil. Quando aparecem referências ao povoamento anterior ao imperial, as notas destacam índios resistindo à civilização, sendo assimilados ou mortos na fricção de mundos.

Julgo dever procurar a denominação somente na história dos selvagens, que aqui habitavam, não nos pertencendo indagar desde quando é que foram obrigados a recuar para os centros, pelas colônias militares que o poder público mandava postar, em defesa dos pequenos agricultores ou mineirantes. As hordas que aqui se estabeleceram devem ter vindo do Rio Doce e seus afluentes, não sendo provável de outros pontos como O. e N. porque, sendo campinas sem caça e sem abrigo contra o sol, eram um obstáculo insuperável para esses homens das florestas. (ENGRÁCIA, 1898:330).

Martins (2006) atribui a estes índios o nome de “Cataguases” que supostamente povoaram o centro, o sul e o oeste do que é hoje Minas Gerais – sem qualquer referência fidedigna. Assim, Minas teriam surgido da busca colonial por ouro e ferro, as

---

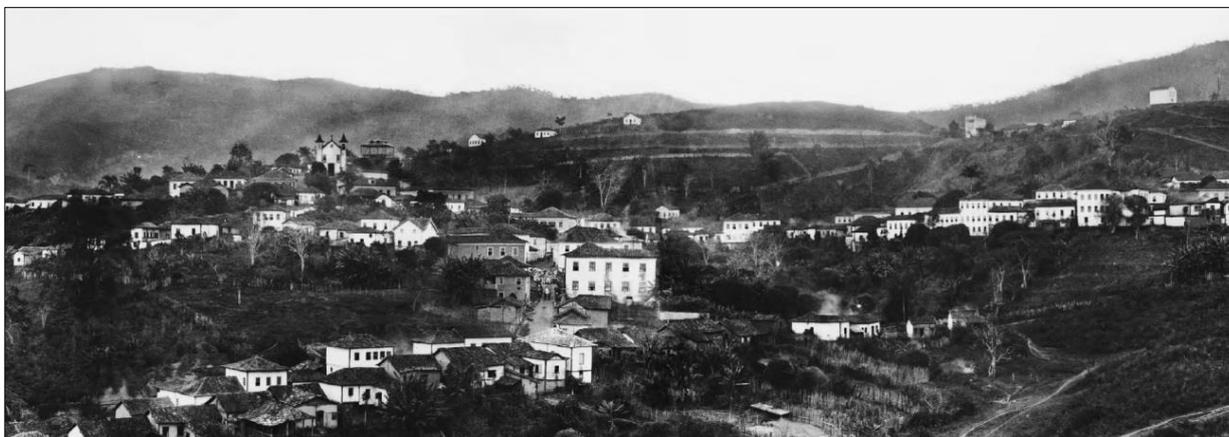
<sup>16</sup> “Descobriram-se em 1698 as minas gerais, as Ouro Preto, de Morro de Ouro Branco, de São Bartolomeu, do Ribeirão do Carmo, do Itacolomi, do Itatiaia, de Itabira...” escreve Rocha Pita, na sua História da América Portuguesa, citada por Francisco Inácio Ferreira, no **Dicionário Geográfico das Minas no Brasil**, em edição de 1885. (FERREIRA, D. 1999:30).

idades se estabeleceram com vocação à mineração, outras se diferenciaram economicamente com o fim da mineração, mas todas seriam mineiras por vocação natural das riquezas da terra.

Ao percorrer os caminhos históricos de Itabira do Mato Dentro, verifica-se que seus horizontes e suas circunstâncias são os mesmos do Brasil e de Minas, em menor escala. Sua vida começa com um dos ciclos econômicos mais significativos — o do ouro — que, como os outros, representava apenas a exploração de recursos em função do comércio internacional. (FRANÇA apud COSTA, B., 1988:11).

A historiografia oficial sobre as cidades mineiras adotaram o ponto de vista de sujeitos imperiais, que em línguas imperiais (MIGNOLO, 2008) descreveram a região apontando para a exuberância da natureza, para o horror da pobreza e não erudição dos negros da terra (MONTEIRO, 1994) ou de além mar – ambos escravizados – em contraponto, exaltam os colonos e mestiços que cultivavam a civilização europeia no Novo Mundo. Sobre a Vila de Itabira Saint-Hilaire registrou em 1817:

Durante minha demora em Itabira recebi a visita da maioria dos habitantes. Vi, entre outros, o capelão, que compreendia muito bem o francês, e que me surpreendeu pelo conhecimento que tinha de nossa literatura. Em geral, por todo o distrito encontrei muita gente que compreendia bem nossa língua, não obstante os escassos meios de que dispunha para aprendê-la; o que contribui para provar a facilidade que os habitantes de Minas têm para o estudo. Poder-se-ia ainda citar, como um exemplo da inteligência natural dos mineiros, a criação da fábrica de espingardas que fora estabelecida no valão da Penha, perto de Itabira. **O fundador dessa fábrica forjava o ferro em pó, e fabricava o carvão por ele empregado; imaginara e mandara construir máquinas hidráulicas para insuflar o ar nos fornos e bater o ferro; e ele próprio instruía os negros e mulatos que fabricavam as diferentes peças de suas armas. Devemos dizer, em louvor do governo, que ele procurou ajudar esse homem industrioso, adiantando-lhe algum dinheiro para pô-lo em condições de fabricar as espingardas de caça de que recebera encomenda.** (SAINT-HILAIRE, 1938[1817]:247 *grifos meus*).



**Figura 2:** Vista Panorâmica da Cidade em 1899. Fotografia de Brás Martins da Costa. Fonte: BARROS, 2012.

Tais descrições foram incorporadas às narrativas histórica e acadêmicas por ritualismo, entretantes conjuraram e criaram o contexto desejado para a enunciação que se desejou estabelecer: a exploração racional da abundante riqueza natural leva ao progresso, a civilização, transformando assim a região a norte e nordeste de São Paulo e Rio de Janeiro, em Minas Gerais: terras de mineiros vocacionadas a mineração. Tal e qual a “profecia” de Saint-Hilaire em 1817, retomada séculos depois por infundáveis comentaristas:

Apesar da diminuição que poderia ter sofrido nos produtos das minas, esse distrito era ainda, por ocasião da minha viagem, um dos que mais ouro produziam; assim a povoação de Itabira se achava numa fase de notável esplendor. Nada aí fazia lembrar esse ar de decadência que aflige o viajante quando percorre os arredores de Vila Rica, ou mesmo, quando atravessa as povoações de Inficionado, Camargos e Catas Altas. Havia aí muitas casas lindas de sobrado, e construíam-se novas, apesar dos enormes dispêndios que era necessário fazer para retirar madeiras dos morros vizinhos. Quase todas eram construídas de *baraúna* ou *braúna*, madeira que se conserva tão bem que se considera incorruptível; as peças que formavam o arcabouço das construções repousavam sobre alicerces de pedra; os tetos avançavam, talvez, um pouco menos que os de Vila Rica, e as janelas não se superpunham uma às outras, como no Rio de Janeiro. **Se três lavras, com trezentos operários, assim metamorfosearam um miserável povoado em uma importante povoação, o que será quando se explorarem os morros do Rio do Peixe, do Piçarrão, do Periquito e do Doze Vinténs, que, segundo todos os indícios, são abundantíssimos em ouro.** (SAINT-HILAIRE, 1938[1817]:239 *grifos meus*).

Ademais se produziu um total silenciamento das outras histórias, dos pontos de vista dos negros da terra ou de além-mar, e de colonos e mestiços que cultivaram outras formas de sociabilidade, cultura e economia a sombra do véu da civilização europeia no Novo Mundo. Os escravizados são descritos por Saint-Hilaire ora como peças de engrenagem da incipiente mineração de ouro e ferro, ora como oportunistas inconsequentes. Uma óbvia oposição à descrição dos colonos e mestiços que formavam a elite itabirana e teriam assimilado “o espírito do século, as ideias francesas, expressando-as no estilo de vida burguês, nas festas, bailes e saraus”, nos grupos de discussão sobre política, filosofia e literatura (FRANÇA apud COSTA, B., 1988:15). Notas sobre outras expressões da vida dos escravizados na historiografia de Itabira estão alinhavadas à história das Irmandades como se verá logo adiante.

Na jazida da montanha de *Itabira de Mato dentro* esmagavam-se, com maços de ferro, as matérias compactas que encerravam o ouro. Recolhiam-se, em seguida, os fragmentos obtidos, e punham-se em uma grande cuba quadrada, em que se vertia água. Dois negros sentavam-se no chão e cada um deles mantinha entre as pernas uma parte do recipiente. Neste estavam dois grandes pedaços de ferro imóveis: **cada negro empunhava um outro, e entre este último e a peça fixa triturava os fragmentos umedecidos do minério**, até

reduzi-los a uma espécie de pasta destinada a ser submetida à operação da lavagem. (SAINT-HILAIRE, 1938[1817]:214 *grifos meus*).

**Parece que os empregados e escravos cometiam, nessas minas, furtos contínuos. Para recobrar uma parte do que lhes era furtado, os proprietários estabeleceram, na própria montanha, vendas por eles mantidas, e aonde os negros levavam uma parte do que furtavam.** Seguros de poder roubar mais ainda, imitavam a prodigalidade de seus senhores, e dissipavam o fruto dos roubos. (SAINT-HILAIRE, 1938[1817]:243 *grifos meus*).

Nas narrativas sobre a história de Itabira registrou-se duas fases de exploração do ouro; a primeira (1705-1781) perdurou enquanto durou a lavra, de poucos frutos, nos leitos dos rios. O arraial formado por exploradores “aventureiros” e outros de maior posição que exploravam por meio de escravizados manteve-se pequeno com poucas casas em volta da igreja ou às margens dos rios. Na segunda fase (1781-1871) a exploração ocorreu nas serras de Conceição, Itabira (Cauê) e Santana<sup>17</sup>, extraía-se ouro e ferro em “companhias” organizadas pelos primeiros mineradores, com emprego de mão de obra escravizada.

O povoado de Sant’Ana do Rosário teria passado por “transformações de ordem econômica, social, administrativa, urbana e cultural. O comércio incrementou-se para atender as demandas da população que se enriquecia.” (FRANÇA apud COSTA, B., 1988:13). O que teria contribuído para Itabira ser representada no mapa da capitania em 1814. Neste período a economia era diversificada: agricultura, agropecuária, fundições e forjas de ferro, e comércio regional. Conforme Martins (2006) “de 3 mil habitantes no começo do século, o povoado salta para 6 mil em 1816 e para 23.421 em 1828.” (MARTINS, 2006:66)

Tropeiros chegavam trazendo escravos para os trabalhos das minas, gêneros alimentícios e artigos importados da Europa. A agricultura começava a despontar com a produção de gêneros para o consumo local. A sociedade adquiria nova estrutura, em classes mais definidas. Em posição privilegiada situavam-se os brancos — grandes mineradores, fazendeiros, altos funcionários públicos, comerciantes, eclesiásticos. Em nível intermediário, os mulatos, os mestiços e pardos, que exerciam atividades urbanas diversas; e, finalmente, os negros escravos, que exerciam as mais diversas atividades — produtivas ou domésticas — e representavam o sustentáculo do sistema sócio-econômico implantado nas Minas Gerais. (FRANÇA apud COSTA, B., 1988:13).

A freguesia de Sant’Ana do Rosário tornou-se distrito de Itabira do Mato Dentro subordinado a Vila Nova da Rainha, atual Caeté, por alvará régio em 25 de janeiro de 1825 (TRINDADE, 1945:123). Ante a grande produção de ouro – que teria

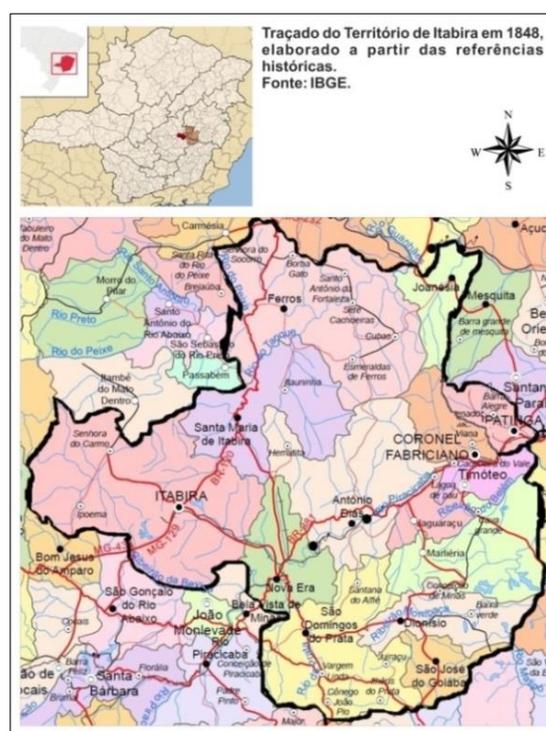
---

<sup>17</sup> A serra Santana se localizava onde é hoje o Pico do Amor que abriga desde 1998 o Memorial Carlos Drummond Andrade.

alcançado o patamar de 4,5 toneladas apenas da serra de Santana – e o crescimento expressivo da população – em 30 de junho de 1833 Itabira do Mato Dentro é desmembrada da Vila de Caeté e se torna Vila de Itabira. Em 9 de outubro de 1848 pela Lei 374 sancionada pelo presidente da província de Minas Gerais, Bernardino José de Queiroga, a vila é elevada a categoria de cidade de Itabira. (IBGE, 1959 & MARTINS, 2006:66). O município de Itabira em 1848 correspondia ao território que abrange as atuais cidades de: Ferros, Joanésia, Antônio Dias, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo, São Domingos do Prata, Jaguarauçu, Mariléia, São José do Goiabal, Dionísio, Nova Era, Santa Maria de Itabira, e Itabira – desde 1960 o município de Itabira se constitui pelos distritos de Itabira, Ipoema e Senhora do Carmo. (IBGE, 1959 & FRANÇA apud COSTA, B. 1988:16).



**Figura 4:** Localização de Itabira no Mapa do Brasil de 1894. Fonte: Observatório Nacional.



**Figura 3:** Mapa: Traçado do território de Itabira, 1848. Elaborado sob referências históricas. Fonte: IBGE.

Embora tenha perdido o status de freguesia, Itabira contava com quatro irmandades principais: Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rosário e Ordem Terceira de São Francisco de Assis, cada irmandade possuía igreja própria. As irmandades se atribuem as expressões culturais, lúdico-religiosas, manifestações artísticas presentes na arquitetura e na música, além da educação da Vila de Itabira nos séculos XVIII e XIX. França (1988) afirma que cada irmandade representava uma classe social, havendo competições expressas tanto na

arquitetura e decoração das igrejas, quanto na beleza e musicalidade dos festejos de Nossa Senhora do Rosário e do Divino Espírito Santo. (FRANÇA apud COSTA, B., 1988:13-14).

Quanto às festas religiosas, as mais significativas eram a do Divino Espírito Santo e a de Nossa Senhora do Rosário. De origem portuguesa, e tradicionalmente comemorada no Domingo de Pentecostes, a do Divino era promovida pela elite local, com eleição de um festeiro, o Imperador, responsável pela sua realização juntamente com a Imperatriz, por ele escolhida. Outros figurantes participavam dos festejos representando passagens litúrgicas e desfilando pelas ruas em procissão. Já a festa do Rosário, ou Congado, tem sua origem ligada ao escravo Chico-Rei, líder de tribo africana trazido para Vila Rica em princípios do século XVIII, que, se libertando e a outros de sua tribo, conseguiu formar um pequeno Estado congo organizado aos moldes do africano, dentro das Minas Gerais O congado, vinculado ao culto de Nossa Senhora do Rosário, é a reprodução simbólica da história tribal, com a coroação dos reis congos, a representação das lutas entre os negros e o escravizador branco, dentre outros detalhes expressivos. Originária de Vila Rica, esta festa alcançou grande representatividade em Itabira. (FRANÇA apud COSTA, B., 1988:13-14).

Para França (1988) a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário oferecia ao escravizado “condição de união e defesa, de agir como criatura humana e conviver socialmente com pessoas da sua própria raça e cultura”, embora os dirigentes brancos lhes negassem o enterro nos assoalhos da igreja (FRANÇA apud COSTA, B., 1988:13). Em contraponto Ferreira (1999) afirma que “no livro de Assentamentos dos óbitos e no assoalho da Capela, verificam-se forros. Também no livro de Assentamentos dos óbitos e no assoalho da Capela, verificam-se campas, onde foram sepultados esses mesmos escravos” (FERREIRA, D. 1999:201-202). Conforme Carlos Lima em 1799 “de pretos forros era a irmandade do Rosário de Itabira” (LIMA, 2000:127). Em sua análise sobre as irmandades no Brasil, afiança que se constituíam de espaço para emulação das divisões étnicas e sociais dos escravizados.

Ocorria tanto a emulação “profana” da religiosidade africana na devoção a Nossa Senhora – o que lhes garantia momentos de alegria, liberdade vigiada, sociabilidade corporativa e alento em meio ao inferno do cativo –, quanto à emulação das divisões étnicas com hierarquias internas “dotadas de poder repressivo”. Assim as irmandades representavam esquemas de organização social de amortecimento das pressões da sociedade escravista e “enraizamento da experiência na necessidade de formação da comunidade escrava no Novo Mundo” (LIMA, C. 2000: 124), nas quais os processos de identificação étnica eram ultrapassados por alianças políticas. Tais emulações propiciavam aos cativos inserção no tecido social, o que numa linguagem de historiografia mais recente, nomeia-se de estratégias de sobrevivência e de mobilidade.

Postos no ponto mais subordinado da sociedade e vendo esta posição cristalizada numa condição jurídica, escravos *obtinham uma identidade*, de tal modo que permanecer “em seu lugar” era ainda assim e por isso mesmo possuir um lugar (MULVEY, 1980, p. 255). Recentemente somou-se a isso a percepção da conformação de uma “identidade social” pelo manejo de símbolos, independentemente de sua origem (OLIVEIRA, 1996, p. 17-20). Apontando para uma *releitura* da hagiografia católica pelos cativos, mais que dirigir a atenção para sobrevivências culturais, sugere-se que as irmandades conformavam uma perspectiva original, dada pelo embate escravista e a interação de africanos com um meio novo. Além de apontar para a inserção no tecido social mediante concentração de recursos, esta análise chama a atenção para a elaboração simbólica necessária a tal processo. (LIMA, C. 2000:123-124).

Em relação à emulação religiosa Carlos Lima afiança que a devoção das irmandades a Senhora do Rosário e aos santos Benedito e Efigênia não se tratava de fachada para encobrir a religiosidade trazida da África, mas devoção sincera a Senhora que lhes possibilitava momentos de liberdade. Para Lima a ancestralidade não responde sozinha a formação das irmandades, esta obedecia às injunções impostas pela condição cativa, pelos mecanismos de pacificação impostos e a necessidade de interações marcadas por uma sociabilidade de cooperação.

Escravos e libertos estariam, afinal, resolvendo suas diferenças internas, concertando modos de conviver, aparando arestas. Para tanto, teriam à mão modelos africanos que não remetiam a pertinências irremediáveis e a afinidades constantes, mas antes a modos de dialogar e conviver no interior de unidades sociais destituídas de comandos centralizados. As irmandades negras remeteriam, portanto, aos mecanismos de formação da comunidade cativa no Novo Mundo, não no sentido de pressupô-la, mas no de inserir-se no processo de sua constituição. O que ficou dito permite, por fim, avançar no entendimento do lugar das diversas identificações reivindicadas por escravos e libertos na sociedade brasileira. Mais que substratos ou substâncias incidentes em suas experiências, elas representavam acima de tudo recursos com os quais jogavam para a definição de seus modos de conviver. (LIMA, C. 2000:153).

A capela do Rosário de 1705 foi substituída por uma igreja maior em 1775. A construção foi tombada em 1949 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tem pintura com elementos típicos da arte rococó com douramentos, rocalhas e pinturas imitando mármore. A pintura, concluída em 1812, é atribuída aos seguidores de Mestre Athaide, (FERREIRA, D. 1999:35), foi encomenda pela Irmandade dos Pretos de Nossa Senhora do Rosário, fundada em 1799 (GOUVEIA, 1950 apud LIMA, C. 2000:127). A igrejazinha está fechada desde 1985 quando se concluiu a construção da atual catedral, e na atualidade os grupos de congado, as guardas de marujos e folias de reis se retraíram no cenário cultural da cidade.



**Figura 5:** Altar Mor do Rosário Fonte: Portal Viva Itabira.



**Figura 6:** Igreja do Rosário dos Pretos. Fonte: Portal Viva Itabira.

Segundo Martins (2006), em 1832 haviam 2.772 pessoas escravizadas em Itabira. No ano de 1877 a população de escravizados passou para 7.464, decaindo para 5.305 em 1888. (MARTINS, 2006:69). Algumas autoras e autores (FRANÇA apud Costa, B. 1988:17; SOUZA, A. 2002:45; MARTINS, 2006:67) afirmam que em 1888 a abolição da escravatura retirou a principal força produtiva das atividades econômicas, impactando as condições da produção na agropecuária, nas indústrias têxteis, de fundição e armas, e até mesmo da exploração de ferro. Contudo, o próprio Martins (2006:69) afirma que a mão de obra escrava em Itabira foi eliminada, de fato, na década de 1930. Então, há que se perguntar que destino tomaram os negros libertos a ponto de afetar as condições de produção? Que reorganização os ex-escravizados elaboram para seguir a vida na nova ordem social? Por que atribuir à abolição a queda de produção das atividades econômicas?

O trabalho na lavoura era realizado pela mão de obra escrava sem qualquer princípio científico, causando o atraso e empobrecimento geral da região. [...] O fim da escravidão e a consequente implantação de uma economia de salários no Brasil estimularam a entrada de mão de obra estrangeira. Os imigrantes europeus além de ampliar o mercado consumidor, trouxeram os conhecimentos técnicos (know-how) necessários à produção industrial. (OLIVEIRA, C. 1992:11).

Embora tenha sido grande o contingente de pessoas escravizadas trazidas a Itabira para realizar o trabalho de exploração de ouro e ferro, de construção, as atividades agropecuárias, de fundição e têxteis, e serviços domésticos os registros sobre a vida dos (ex)escravizados é inexpressivo. Não encontrei sequer pesquisa sobre, a

história das irmandades e os grupos de congado em Itabira, apenas retalhos em França (apud COSTA, B.1988) e Ferreira (1999), além da nota em Lima (2000). Entretanto no arquivo do patrimônio, do extinto Museu de Itabira, encontrei inúmeras caixas com documentos diversos sobre os inventários das irmandades, censo e registro de óbito dos escravizados, certidões de alforrias, testamentos entre outros documentos que contam retalhos das histórias destas pessoas ainda inominadas na historiografia de Itabira. Há ainda uma centena de caixas de arquivos esperando pela descontaminação e catalogação, a espera da valorização da memória dos subalternizados – os sujeitos discursivamente emudecidos nos registros históricos. Ocasão em que convém trazer à baila um poema de Drummond:

Centenário do Rosário  
À beira do córrego, à beira do ouro,  
à beira da história,  
à beira da beira, os mais esquecidos  
inominados  
de todos os mortos antigos  
dissolvem a ideia de morte  
em ausência deliciosa,  
lembrança de vinho  
em garrafão translúcido  
(ANDRADE, (1968:7).

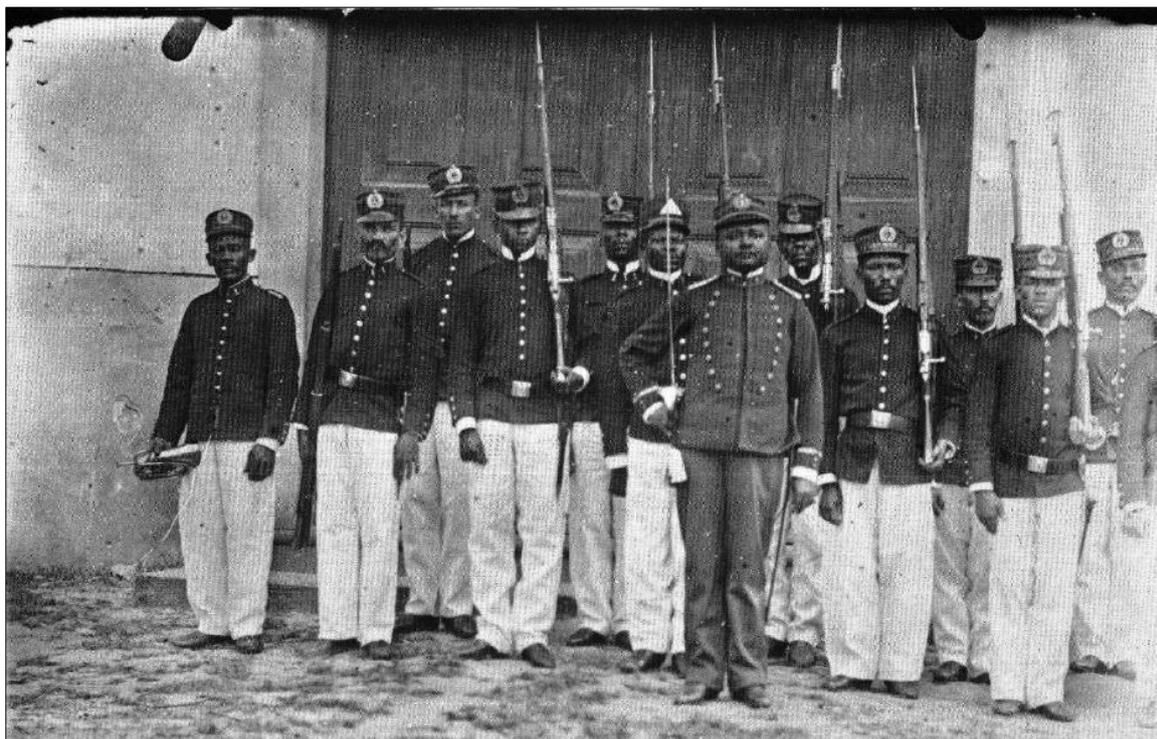


**Figura 5:** Garimpo no leito de córrego. Fonte: Arquivo Público Mineiro

“A Banda Euterpe Itabirana – com razão social “Sociedade Musical Euterpe Itabirana”, foi fundada em 1863, por Emílio Soares de Gouveia Horta, chefe da Guarda Municipal, sendo os primeiros músicos os soldados da guarda” (FERREIRA, D. 1999:193) – em sua maioria negros.



**Figura 8:** Fotografia Brás Martins da Costa. **Fonte:** COSTA, B. 1988:114.



**Figura 9:** Batalhão da Guarda Municipal. Fotografia de Brás Martins da Costa. **Fonte:** COSTA, 1988:115.

## Circuito Econômico Colonial e o Desenvolvimentismo

A segunda fase do ciclo do ouro em Itabira durou um centenário e elevou o mero povoado de Sant'Ana do Rosário a categoria de cidade. A elite itabirana gozou do esplendor de sua exploração, além de exportar ouro, também enviava seus herdeiros para estudar no convento da Serra do Caraça, no Rio de Janeiro, em Salvador e até Europa. As riquezas que ficavam eram investidas nos hábitos, sociabilidades e construções tidas como de alta cultura, civilizadas. (FRANÇA apud COSTA, B.1988). Dean (1996) afirma que “as descobertas de ouro e diamante no Brasil do século XVIII foram as mais importantes ocorridas no Novo Mundo colonial. De 1700 a 1800, 1 milhão de quilos de ouro foram oficialmente registrados e talvez outro milhão tenha escapado ao fisco real. [...] O impacto dessa fortuna sobre a colônia foi imenso.” (DEAN, 2002[1996]:108).

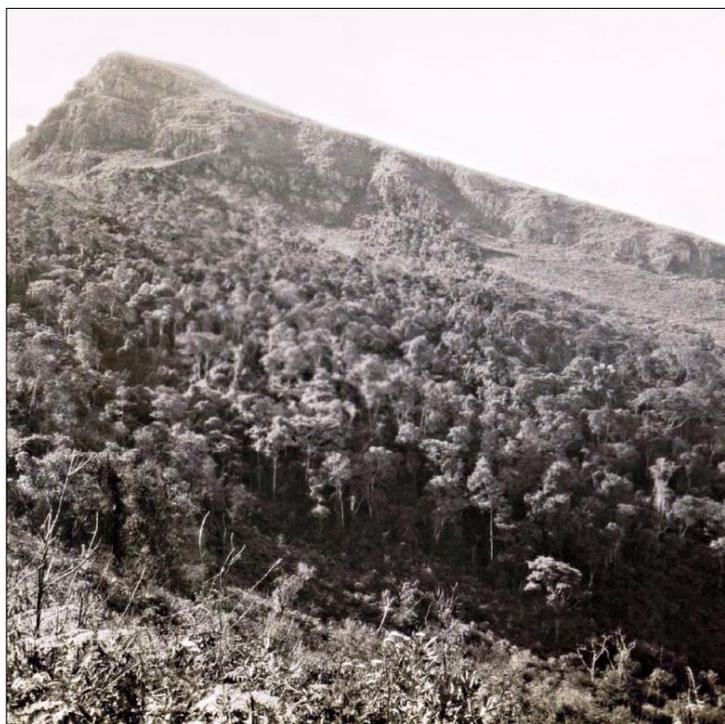
A história das minas de Itabira é também a da povoação desse nome. De 1720 a 1740 aumentou lentamente, e apenas se foi sustentando até a exploração das três minas de que fizemos particular menção. Essa exploração tornou-se para o país uma fonte de riquezas: os esbanjamentos dos proprietários de lavras, e os roubos dos trabalhadores fizeram circular ouro em abundância; e os próprios *fiscadores* participaram dessa prosperidade momentânea, pois recolhiam dos abundantes resíduos de lavagens, de uma *dracma* até duas onças de ouro por dia. (SAINT-HILAIRE, 1938[1817]:237-239).

A descoberta do ouro e diamante atraiu contingentes de portugueses para as regiões auríferas, e resultou na progressiva compra de escravizados e no aumento do preço dos mesmos (DEAN, 2002[1996]:108). Ferreira (1999) registra, além de portugueses, a presença de francêss, alemães e ingleses em Itabira entre os séculos XVIII e XIX. Para Dean a intensificação e interiorização da colonização representaram *pari passu* a escravização e domínio dos negros da terra e de além mar, a irreversível devastação da Mata Atlântica, que não foi refreada com o declínio do ouro, já que este significou o investimento na agropecuária e com ela o avanço para áreas de floresta intocadas. As mutações pelas quais passou a área de Mata Atlântica na região de Itabira foram descritas por Saint-Hilaire e podem ser comprovadas nas fotografias do Pico do Cauê:

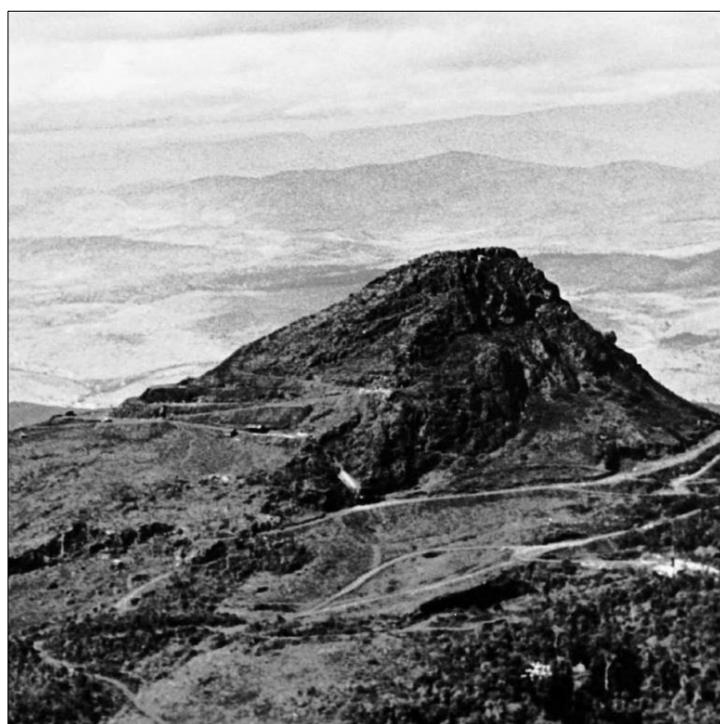
Os cumes da cadeia e todos os morros isolados apenas apresentam vegetação magra; mas **suas encostas são cobertas de boa terra vegetal, em que se desenvolvem madeiras de lei e várias plantas** interessantes, tais como a *copaiba (copahifera)*, as *jaboticabeiras* de frutos negros e amarelos (mirtáceas), o mate (*ilex paraguariensis*, Aug. de S. Hil.), a *japacanga (smilax)*, a *butua (cocculus)*, o *ipêmirim*, a *cinco folhas* bignoniáceas, etc., etc. (SAINT-HILAIRE, 1938[1817]:234-235 *grifos meus*).

Descendo ao fundo de um vale, vi-me perto de um regato, que corre ao pé do morro sobre o qual está construída Itabira. **As margens do córrego foram revolvidas em todos os sentidos pelos mineradores, e pelo meio desses terrenos convulsionados, veem-se choças e barracões que servem aos homens empregados na exploração de ouro.** Em plano menos próximo avistei diante de mim casas entremeadas de touceiras de bananeiras, e toda a parte do morro não construída, só me apresentava uma relva rasteira de um verde pardacento. (SAINT-HILAIRE, 1938[1817]:234 *grifos meus*).

Essas minas, entretanto, atualmente ricas, esgotar-se-ão como as de Vila Rica, Catas Altas, etc.; e **se a exploração do ferro, que abunda no distrito, não se tornar uma fonte mais durável de riqueza, nada poderá reter os habitantes sobre um morro árido, cujos arredores, despojados de terra vegetal pelos mineradores, serão pouco próprios para a agricultura.** Enquanto esperam, os lavristas de Itabira, confiantes em um futuro incerto, gastam seu ouro à medida que o retiram da terra. Mais de uma vez o produto de suas minas foi insuficiente para prover a suas necessidades e caprichos, e, antes do estabelecimento das forjas, várias deles tinham quebrado. (SAINT-HILAIRE, 1938[1817]:239-240 *grifos meus*).



**Figura 6:** Fotografia do Pico do Cauê em 1912. Arquivo Nacional. Fonte: VALE, 2012:16.



**Figura 7:** Fotografia do Pico do Cauê em 1942. Acervo Vale, 1944. Fonte: VALE, 2012:40.

Nas narrativas sobre a história de Itabira o povoamento se inicia e ganha estruturas de sociedade colonial em razão da exploração do ouro, e em menor medida do ferro, por efeito da proibição do Império Português da fundição de ferro e de criação de indústrias na colônia. Na historiografia de Itabira a vida econômica teria como centro a extração do ouro voltada para o mercado externo, estando as atividades de agricultura, pecuária e mercado local – via tropeiros – em função do que seria a atividade principal. Entre o fim do século XVIII e início do XIX Itabira teria vivido um boom na exploração do ouro, que somando a transferência da Coroa portuguesa para o Brasil, por

consequente a liberação da exploração do ferro e fundição (1808) e autorização para criação de indústrias têxteis (1870) engendraram em Itabira a “prosperidade econômica”, o “dinamismo sociocultural”, a “evolução administrativa”, e o “crescimento urbano” (FRANÇA apud COSTA, B.1988:14).

Todavia, quando o Brasil ainda gemia sob o regime colonial, era proibido a seus habitantes fundir a menor parcela de ferro, e os que, ao pisar calcavam esse metal, eram obrigados a receber dos comerciantes de Lisboa os instrumentos de agricultura e as ferramentas com que exploravam o ouro no próprio ferro. Com a chegada do rei D. João VI tudo mudou sob esse aspecto, e **foi permitido aos brasileiros aproveitar-se dos tesouros que lhes prodigalizara a natureza; estabeleceram-se forjas na província das Minas, e simples particulares construíram, em suas casas, fornos catalães em que se puseram a fundir ferro para seu próprio uso.** (SAINT-HILAIRE, 1938[1817]:249-250 *grifos meus*).

Em 1808, seguindo o exemplo de Domingos Barbosa, o Major Paulo José de Souza criou a Fábrica de Ferro do Girau, conforme Saint-Hilaire (1938[1817]) o Major teria montado a fábrica mesmo sem nunca ter visto uma, seguindo os desenhos deixados em Itabira pelo viajante inglês John Mawe, com britador acionado à água – encontrada em abundância na região – e martelo movido por roda hidráulica; construiu edifícios para alojamento dos operários e escravizados – maioria da mão de obra. A fábrica possuía oito fornos com capacidade para fundir uma arroba de metal (32 libras). A fábrica recebeu o nome do Rio Girau que lhe fornecia força motriz, encerrou as atividades em 1853, mas antes foi seguida como exemplo por pequenos e grandes empreendedores que nos quintais fabricavam e comercializavam foices, machados, enxadas ferraduras, esporas, freios, aparelhos de ferrar, ferragens para construção de pontes, prédios e outros utensílios. (SAINT-HILAIRE, 1938[1817]:128; FERREIRA, D. 1999:40-41; MAGALHÃES, 2006:50). Ferreira (1999) registra que em 1814 foi criada outra fábrica de fundição em Morro do Gaspar Soares, atual Morro do Pilar, encerrando as atividades em 1830. (FERREIRA, D. 1999:244).

Havia ainda duas fábricas de espingardas em Itabira, uma de Manoel Fernandes Nunes que produzia espingardas para o governo real, tendo recebido adiantamento para forjar armas que seriam utilizadas na Guerra do Paraguai (1864-1870). A outra fábrica era de Joaquim Martins Verçosa localizada nas proximidades da Rocinha – na saída para Santa Maria de Itabira, que fornecia armas para Santa Maria, Ponte Nova e outras cidades da região (FERREIRA, D. 1999:44-45). “Negros e mulatos, instruídos pelos proprietários fabricavam, as diferentes peças das armas.” (OLIVEIRA, C. 1992:12).

França (apud COSTA, B.1988:16) afirma que em 1820 “o Imperador Pedro I

abriu concessão a estrangeiros” a exploração do ouro, sendo este explorado, sobretudo por ingleses em Itabira. A razão da concessão seria a inserção de um “elemento modernizador” na colônia. (FRANÇA apud COSTA, B. 1988:16). Magalhães (2006) afirma que setores do governo imperial desejavam a “modernidade industrial” do Brasil e propagavam o ideário de “progresso e civilidade” que além da indústria defendia a racionalização, a higienização e o embelezamento da colônia. “O ideário nacionalista de modernidade pregava que para o Brasil se tornar moderno deveria deixar de ser rural e atrasado, se industrializar” (MAGALHÃES, 2006:13).

No segundo quartel do século XIX, sob o reinado de D. Pedro II e o ideário de civilidade e progresso, o governo imperial promulga a Lei nº 641/1852 garantindo isenções e juros sob o capital investido às empresas nacionais ou estrangeiras que construíssem estradas de ferro em qualquer parte do país. O Brasil tem a inauguração de sua primeira ferrovia em 30 de abril de 1854, a Estrada de Ferro Barão de Mauá, na sequência a Estrada de Ferro Recife – São Francisco (EFRS) em 8 de fevereiro de 1858, a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) em 29 de março de 1858, sendo inaugurada mais onze ferrovias até o final do século XIX. (DNIT-FERROVIÁRIO).

Além das ferrovias D. Pedro II fomentou políticas de urbanização e industrialização, tendo como principal investimento o sistema fabril-têxtil. Para tanto se estimulou a produção de algodão, a importação de maquinário e o recrutamento de técnicos ingleses para o trabalho especializado, a produção se apoiou sobre a força de trabalho escravizada e a criação do mercado consumidor – ensejado no âmago do ideário civilizador – e o transporte do maquinário, matéria prima e escoamento da produção era realizado pelas ferrovias. (MAGALHÃES, 2006:20-21).

Ao observar São João Del Rei, no final do século XIX, Duarte (1997) considerou que a ferrovia foi vista como exemplo de modernidade, progresso, civilização, em suma, da velocidade do homem desafiando o tempo e o espaço com sua máquina. A ferrovia possibilitava circulação de pessoas, coisas, mercadorias, modas, revistas, notícias, jornais, livros, entre outros. Muito mais do que significações econômicas, ponderou a autora, a ferrovia trazia uma ligação com as imagens que as mentes provincianas construíam do Rio de Janeiro, ou seja, a civilização, que aproximava a Corte brasileira da Europa, berço da modernidade aspirada para o período. (MAGALHÃES, 2006:23).

Em 1866 havia nove fábricas têxteis no Brasil, cinco na Província da Bahia, duas na Província do Rio de Janeiro e um na Província de Alagoas, e outra na Província de Minas – a Cana do Reino em Conceição do Mato Dentro. Em 1872 instalou-se em Sete Lagoas a Fábrica de Tecido do Cedro. Em 1874 a Companhia União Itabirana

(Fábrica da Gabiroba) instala-se em Itabira. Na década de 1880 havia cinquenta fábricas de tecidos no Brasil, treze delas em Minas Gerais. Já em 1908 as fábricas em Minas somavam quarenta e três, entre elas a Fábrica da Pedreira localizada em Itabira. Os principais investidores destas fábricas eram produtores rurais e profissionais liberais. Embora muitas das fábricas se constituíssem de sociedades anônimas as mesmas tinham traços de empresa familiar, dado a proximidade de parentesco dos acionistas. As fábricas movidas por turbina hidráulica eram instaladas próximas a rios, compunham-se por um núcleo fabril organizado para manutenção do trabalho e da produção. (MAGALHÃES, 2006:24-43).

A Companhia União Itabirana (Fábrica da Gabiroba) (1874-1964) idealizada pelo médico Domingos Martins Guerra Cabral, teve como primeiros acionistas o próprio Domingos, o Padre Monsenhor José Felicíssimo do Nascimento, Custódio Martins Guerra, Coronel José Batista Martins da Costa, e o principal acionista Antônio Camilo de Oliveira. (FERREIRA, D. 1999:48; MAGALHÃES, 2006:63). A fábrica recebeu o nome de Gabiroba em razão da abundância do fruto na região do Rio de Peixe onde foi instalada. O maquinário inglês veio pela Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) até Santa Barbará, sendo transportada em carro de boi até Itabira. (FERREIRA, D. 1999:48). A primeira matéria prima da fábrica veio da Inglaterra, posteriormente comprava-se algodão produzido em Belo Oriente, Joanésia, Curvelo, Montes Claros, Ponte Nova e Viçosa, a produção era vendida em São Paulo, Guanabara, Goiás, Espírito Santo e Curral Del Rei (Belo Horizonte) (OLIVEIRA, C. 1992); o transporte era realizado por tropeiros em carros de boi. (FERREIRA, D. 1999:51; MAGALHÃES, 2006:85) Em 1908 a fábrica operava com 48 teares e 72 operários, em 1927 possuía 152 teares. (MAGALHÃES, 2006:79). O grupo acionista teria como objetivo ampliar as alternativas econômicas e de emprego em Itabira, elevar o espírito de associação e indústria, únicos capazes de elevar o município do abatimento ensejado pelo declínio da extração de ouro e decadência das forjas de ferro (FERREIRA, D. 1999:48; MAGALHÃES, 2006:57).

Esse discurso da modernidade, manifestado nos ideais de progresso e de civilização, combinou a transformação dos espaços urbanos, a implantação de ferrovias, os investimentos de capitais para a industrialização do país e as exigências morais, higiênicas e estéticas, gerando na sociedade um desejo de “ser” e “parecer” moderno. (MAGALHÃES, 2006:59).

Para Magalhães (2006) o ideário modernizador atravessou o regime imperial e republicano. Tendo ganhado força no período abolicionista (1871-1888) com a

propagação de ideais de civilidade, ordem, progresso, valorização do trabalho com pretensão de se formar “um trabalhador disciplinado, racional e submisso de acordo com as ideias da modernização industrial” (MAGALHÃES, 200:59), incluída nestas ideias está à noção de eugenia (1883), a ideia dos bens nascidos e do higienismo, culminando na Sociedade Eugênica de São Paulo criada em 1918 (STEPAN, 2005).

Tais ideais estariam representados no título de ação nº 757 da Cia. União Itabirana por meio de cinco gravuras em suas margens: a primeira uma mulher sentada ao lado de ferramentas representa o trabalho das mulheres dentro das fábricas de tecidos, a segunda um feixe de cereal significa o cultivo de alimentos do núcleo fabril, a terceira uma colmeia exprime a organização e união do trabalho, a quarta uma locomotiva alude a modernidade industrial em contraponto a rusticidade dos carros de boi, e, a quinta imagem ferramentas utilizadas na agricultura refere-se à produção da matéria prima da fábrica têxtil. Conforme as conjecturas de Magalhães (2006) estas seriam simbologias do mundo do trabalho na transição à era do capital, e da civilização representada pela racionalidade técnica e do espaço adentrando o campo com o progresso. (MAGALHÃES, 2006:63-67).



Figura 8: Ação número 757 da Cia. União Itabirana. Fonte: MAGALHÃES, 2006:63.

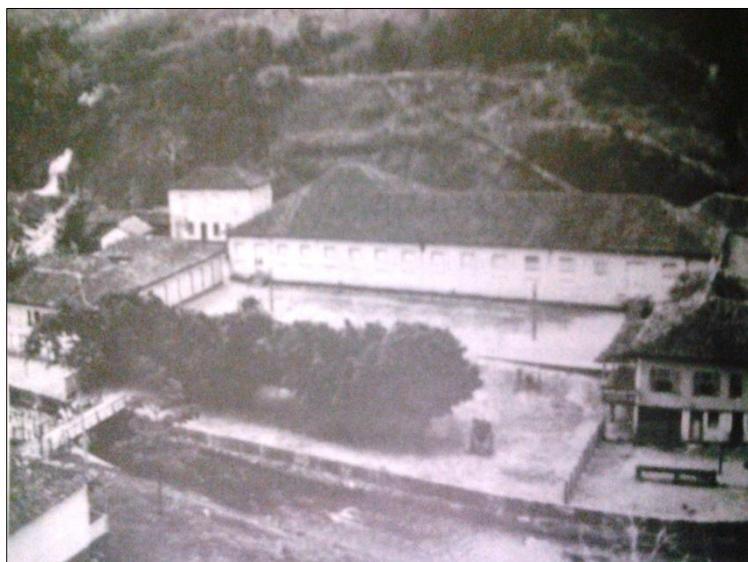
Em 1888 foi instalada a Fábrica de Tecidos da Pedreira, com razão social Andrade Guerra & Cia, vinculado ao Instituto Agrônômico, transformada em sociedade anônima em 1908 sob o nome de Companhia Fabril da Pedreira, tendo como acionistas: Antônio Linhares Guerra, Dr. Alexandre de Carvalho Drummond, Quintiliano de Carvalho Guerra, Pedro Martins Guerra, maior acionista. Inicialmente com 29 teares passou a 76 em 1927, possuía 120 empregados. Localizava-se na Pedreira próximo ao Rio Girau A matéria prima vinha de Montes Claros e a produção era vendida em Resplendor, Governador Valadares, Guanhães e Santa Maria do Suaçuí. (FERREIRA, D. 1999: 54-57). A Fábrica da Pedreira encerrou suas atividades em 1950. (MARTINS, 2008:34).

As fábricas têxteis de Itabira até o segundo quartel do século XX representavam a principal atividade econômica em Itabira, com oferta de emprego, circulação monetária, de pessoas e bens culturais, uma vez que o comércio era feito por tropeiros e estes além de mercadores constituíam-se como comunicadores do que acontecia nas outras regiões da província e do país. As fábricas da Gabiroba e da Pedreira se constituíam de núcleos fabris, nos quais o mundo do trabalho se misturava a vida privada. Tinham uma arquitetura que possibilitava visibilidade e vigilância. O espaço da fábrica abrigava os alojamentos dos operários – com separação de operários casados e suas famílias, mulheres e homens solteiros, viúvas e crianças – a casa do gerente, do administrador e dos técnicos. A fábrica, o depósito, o armazém, o rancho dos tropeiros, o paiol, o curral, a carpintaria, a escola agrícola, o pomar, a capela. Misturando no mesmo espaço: a cultura do trabalho, a vida doméstica e a religiosidade, estabelecendo relações paternalistas e de lealdade entre operários e patrões. (FERREIRA, D. 1999: MAGALHÃES, 2006:90-97).

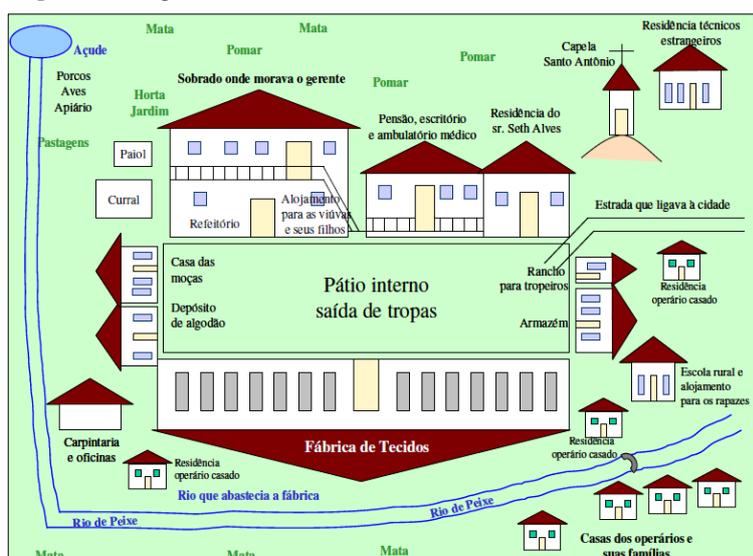
Essa distribuição espacial indica a complexidade de sua organização. Tudo estava disposto para que os operários não tivessem necessidade de sair dali. O armazém, a capela, a escola e as residências proporcionavam uma auto-suficiência quase completa para que os deslocamentos ao município não fossem necessários. Segregados num mesmo espaço, os operários compartilhavam o trabalho, o descanso, as celebrações e criavam laços de solidariedade. (MAGALHÃES, 2006:97-98).

A disciplina do operário submisso se dava no complexo contexto de mistura de mecanismos espaciais, funcionais e regimentais. Na arquitetura que possibilitava a visibilidade e vigilância sobre o trabalho e a vida privada, e, ao mesmo tempo, a representação da hierarquia funcional-social, visto que a residência do gerente e do administrador situava-se no andar de cima, viúvas com suas crianças, mulheres e

homens solteiros residiam em alojamentos, e apenas os operários casados e técnicos tinham residência privada para suas famílias. Tudo foi fabricado para que os operários não precisassem sair do espaço da fábrica, nem mesmo para atividades de lazer, religiosidade e educação, pois tudo acontecia no núcleo fabril. Uma estrutura patrimonialista que exercia seu domínio tanto coibindo o operário a se rebelar, pois sua família fazia parte do núcleo, quanto na ação paternalista que oferecia espaço para cultivo de alimentos, promovia as festas religiosas, o entretenimento e a educação dos operários. Um sistema de dominação que com laços de lealdade controlava o tempo do trabalho, o tempo do ócio, as relações de trabalho e as relações sociais dos operários. (MAGALHÃES, 2006:97-121).



**Figura 9:** Fotografia da Fábrica da Pedreira. Fonte: FERREIRA, D. 1999:56



**Figura 10:** Croqui do núcleo fabril da Fábrica da Gabiroba. Fonte: MAGALHÃES, 2006: 97.

Outro efeito do ideário modernizador foi o Instituto Agrônomo fundado em 1880 por Dr. Domingos Martins Guerra Cabral<sup>18</sup> com objetivo modernizar a produção agrícola de Itabira, uma vez que a produção local seria insuficiente para abastecer a cidade. Inicialmente a escola agrícola voltou-se ao ensino prático destinado aos filhos de fazendeiros da região, com vistas a aumentar a produção das lavouras. Eram realizadas conferências e demonstrações práticas na fazenda Palestina (atual fazenda da Bethânia) onde se instalará o Instituto. Foram contratados como professores um português para ensinar a cultura da vinha, e um técnico agrícola estadunidense, Mr. Adam Biowen, sendo oferecida oficina de ferreiro visando à fabricação de instrumentos agrícolas e a manutenção dos mesmos. Em 1892 o governo da Província de Minas concede financiamento a Escola Agrícola, tendo como objetivo a formação de engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, o engenheiro agrônomo Sr. Carl Brummemann assumiu a direção do Instituto, uma vez que o Dr. Guerra tornou-se vereador. Os problemas financeiros do Instituto não findaram com o apoio do governo da Província e o mesmo encerrou as atividades em 1898 com a formação de uma única turma. (BOTELHO, 2009).

As narrativas sobre a história de Itabira revelam o início do povoamento impulsionado pelas expedições bandeirantes em busca de ouro e pedras preciosas, expedições estas que atendiam a determinação da política expansionista de Portugal, para a manutenção de seu império colonial: localização e exploração de riquezas, aliada a demarcação do território colonial. Os viajantes como Saint-Hilaire descreviam as regiões em expansão inventariando tudo o que pudesse ser transformado em riqueza, além das descrições sociais que ofereciam ao império controle de informações sobre o que acontecia na colônia. Paralelo aos interesses do colonialismo havia os interesses dos dirigentes locais pela consolidação do povoamento e edificação de uma vida social que se assemelhasse a metrópole. Para tanto os membros da elite Itabirana, sob a retórica do desenvolvimento, não pouparam esforços para construir casa, igrejas, pequenas fábricas, cultivo de vinhedos e produtos agrícolas que lhes transformasse numa sociedade autônoma espelhando-se no elemento civilizador. Entretanto, os projetos de Portugal não coincidiam com estes interesses – o império queria extrair riquezas o quanto houvesse. Quanto aos mestiços e negros, porção pobre da população, ninguém se interessou em registrar seus projetos para o território no qual habitavam.

---

<sup>18</sup> Dr. Domingos Martins Guerra Cabral além de fundar o Instituto Agrônomo foi co-fundador e acionista das duas fábricas têxteis de Itabira.

## A Produção do Espaço

As mesmas narrativas sobre a história de Itabira que asseveram a centralidade da economia extrativista de ouro e ferro – voltada para exportação –, trazem elementos de suspeição à primazia do extrativismo no sistema econômico, sobretudo quando retratam seu período de declínio entre os anos de 1850 a 1910. Em alguns momentos de suas descrições informam sobre as atividades fabris e de fundição, nas proximidades dos rios e quedas d'água, mesmo no período da proibição, estas existiriam associadas às atividades agrícolas e forneceriam ferramentas de trabalho e vestuário, principalmente aos escravizados.

**Itabira fica à margem da economia voltada para o mercado externo.** Não lhe sendo possível integrar o ciclo cafeeiro, desenvolve uma economia mais interna, tirando proveito de suas potencialidades para o atendimento de necessidades locais. **Assim, extrai o minério de ferro e forja os instrumentos que utiliza na lavoura; tece o algodão e confecciona tecidos que vestem a sua população; fabrica arreios com o couro de seus animais.** (FRANÇA apud COSTA, B. 1988:16 *grifos meus*).

Ferreira (1999) enaltecendo os “homens de ferro” do passado diz:

**Homens e mulheres, que, no passado, encontraram caminhos para continuar se desenvolvendo mesmo com proibições de ofícios ou após a escassez do ouro,** descobrindo a utilização em grande escala do minério de ferro e criando suas forjas, fundando pequenas fábricas, gerando empregos e especializações. (FERREIRA, 1999:46 *grifos meus*).

Já Saint-Hilaire descreve o requinte das casas construídas com matéria prima local:

**Havia aí muitas casas lindas de sobrado, e construía-se novas, apesar dos enormes dispêndios que era necessário fazer para retirar madeiras dos morros vizinhos.** Quase todas eram construídas de *baraúna* ou *braúna*, madeira que se conserva tão bem que se considera incorruptível; as peças que formavam o arcabouço das construções repousavam sobre alicerces de pedra; os tetos avançavam, talvez, um pouco menos que os de Vila Rica, e as janelas não se superpunham uma às outras, como no Rio de Janeiro. (SAINT-HILAIRE, 1938[1817]:239 *grifos meus*).

Excetuando a narrativa de Saint-Hilaire as demais foram elaboradas em finais no século XX, não obstante todas as narrativas tem a perspectiva modulada pelo eurocentrismo (QUIJANO, 2005): veem a “vida social como acessório do sistema econômico” (POLANYI, 1980). Contudo, uma sociedade que além de produzir sua subsistência, produz suas casas, seus móveis e utensílios domésticos, fabrica suas próprias ferramentas de trabalho, curtia pele, trabalhava a lã e confeccionava o algodão, trocando o excedente no mercado local é uma sociedade que tem “a vida econômica

como acessório da vida social” (POLANYI, 1980).

Polanyi afirma que até o século XIX “o mercado nada mais era que acessório da vida econômica”, um local de encontro para a finalidade de permuta, ou da compra e venda, “o sistema econômico era absorvido pelo sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento predominante na economia, a presença do padrão de mercado sempre era compatível com ele” (POLANYI, 1980:81). A visão econômica ortodoxa diz que o aparecimento do mercado forçou a divisão do trabalho, a criação do comércio monetário local e posteriormente a longa distância, Polanyi assevera que o comércio a longa distância é que engendrou mercados. A transformação do mercado de *locus* para “satisfação de necessidades” a *locus* de “acumulação de capitais” foi possível na medida em que a sociedade foi modelada para permitir que o sistema de mercado controlasse o sistema econômico. As relações sociais passaram a estar embutidas na economia e não mais o contrário – um “efeito de estimulantes altamente artificiais administrados ao corpo social” (POLANYI, 1980:72), e não uma tendência inerente dos mercados. Trabalho, terra e dinheiro foram transformados em mercadoria e a organização do processo de produção voltada para o mercado. O mercado que unia as pessoas em relações diretas de produção e troca foi colocado entre as pessoas, e passou a mediar as relações sociais.

O processo histórico que criou o capitalismo conduziu-o ao encontro de racionalidades econômicas diversas, engendrando a transformação de todas as esferas da vida social em âmbito global. Quijano (2005) entende a globalização como o “padrão de poder mundial”, a culminação de dois processos históricos que se iniciaram com a empresa colonial: a ideia de raça e o capitalismo. Tais processos foram operados por uma “específica racionalidade, o eurocentrismo” (QUIJANO, 2005:126), cuja potência cognitiva desencadeada perdura ao longo do tempo subsistindo ao contexto histórico que o criou. A lógica eurocêntrica se reproduz em diversos âmbitos da vida social, com implicações em práticas culturais, sociais, ideológicas, políticas e econômicas que mesmo passando despercebidas pela maioria das pessoas tratam-se da continuidade da cultura colonial. Assim o eurocentrismo, a colonialidade do poder e o capitalismo, expropriaram as populações colonizadas, reprimiram suas formas de produção e conhecimento, e forçaram os colonizados a viver, ainda que parcialmente, segundo a cultura europeia – material, tecnologicamente e religiosamente.

As narrativas produzidas sobre a história de Itabira foram elaboradas por sujeitos com perspectivas cognitivas coloniais. Tantas por parte dos estrangeiros que em línguas

imperiais europeias (MIGNOLO, 2008:290) registravam suas subjetividades como fatos históricos, quanto por parte dos brasileiros que moldados no conhecimento eurocêntrico editavam o discurso colonial, retomando o dito para dizer o não dito, e na repetição disfarçada apregoaram ao longo dos anos o imperativo do progresso como caminho único a vida. O sistema econômico da Colônia e do Brasil Império foi engendrado pelo colonialismo, logo voltado para a exportação, contudo a nível local o sistema social tinha o mercado como assessorio, locus para satisfação das necessidades, e foi taxado de “insuficiente”, “atrasado”, “estagnado” em oposição ao mercado como locus de acumulação de capitais voltado a exportação, a acumulação monetária como um fim em si mesmo era defendida como “civilidade”, “progresso”, “desenvolvimento” e “modernidade” – num primeiro momento estes substantivos foram tratados como sinônimos. A economia para exportação é idealizada.

Padre Júlio Engrácia (1898) em sua descrição sobre a Comarca de Itabira foi taxativo ao significar a vida econômica de Itabira como estagnada, de práticas precárias, com culturas voltadas para as necessidades locais. E categórico ao significar os fazendeiros como incautos, chegando a condenar a insistência destes em diversificar os cultivos, e incorrendo em contradição ao lamentar que “se importa o que se deveria com vantagem exportar” (ENGRACIA, 1898:338). O intento do padre, em verdade, era defender a extração de minério de ferro como projeto de futuro para Itabira:

As terras de cultura não são de superior qualidade, mas afora os lugares de pura pedra, produzem cereais e há fogões que rivalisam com os melhores do Rio Doce. O terreno onde está a cidade seria apto a qualquer produção, se não o impedisse a saúva, que desanima os mais tenazes amadores de pomares e horta. No distrito há poucos fazendeiros, e os poucos que há, no estado em que se acha a lavoura por deficiência de braços que se queiram ocupar, vão em decadência e demais agravados de impostos tendem a piorar-se. A lavoura média e pequena não vão melhor, com a única diferença de ser maior o numero de indivíduos e precisarem dispor dos gêneros produzidos. É esta que abastece o mercado, podemos ajuizar de seu estado pelas faltas cotidianas, pelos preços elevadíssimos, e, por mais triste verdade, por importarmos o que deveríamos com vantagem exportar. O café é cultivado em pequena escala e nos parece que contra o clima. Há dois vinhedos que há anos já tem produzido vinho, mas pelo terreno ou pelo preparo imperfeito, não satisfaz o que significa a palavra em português; há outros em começo. Cultiva-se a mandioca na pequena lavoura e oxalá compreendessem todas quanto é proveitosa essa cultura: muito tempo e capital se aproveitaria que vão desperdiçados com manias de querer forçar a terra e o clima aquilo que é, sem duvida, vantajoso, mas alhures, porque a terra mesmo fértil não o é em tudo; outro embaraço é a inconstância em uma especialidade, mesmo nos gêneros de primeira necessidade: plantam quando há falta, porque eleva-se o preço; quando este desce, deixam de plantar. [...] **A exploração do ferro que, parece, devia ser a indústria privilegiada do lugar, para a qual deveriam ter convergido desde o princípio as vistas dos industriais e quiçá da província, está semimorta [...].** (ENGRACIA, 1898 p.338-340).

Magalhães (2006) ao analisar o registro de Engrácia, apoiada em Libby (1988), afiança que o tom pessimista do pároco e de outros estudiosos que produziram narrativas sobre a história de Itabira comunga de “uma visão tradicional de estagnação, decadência e atraso econômico” presentes na Província de Minas Gerais no século XIX, uma reverberação do “saudosismo dos tempos áureos do extrativismo no início do século XVIII”. (MAGALHÃES, 2006:52). Alguns autores e autoras, mesmo não tendo vivido nos tempos áureos do extrativismo, atuam como comentaristas do discurso presente em Engrácia, retomam o discurso em suas narrativas e sustentam o reiterado imperativo do extrativismo como caminho racional e único ao desenvolvimento de Itabira.

Se três lavras, com trezentos operários, assim metamorfosearam um miserável povoado em uma importante povoação, **o que será quando se explorarem os morros do Rio do Peixe, do Piçarrão, do Periquito e do Doze Vinténs<sup>19</sup>, que, segundo todos os indícios, são abundantíssimos em ouro.** (SAINT-HILAIRE, 1938[1817]:239 *grifos meus*).

[...] Itabira, um município mineiro que subsistia de pequenos empreendimentos industriais e que a partir de 1942 vê instalar-se em seu território uma indústria extrativa mineral, cujo maior acionista era o governo federal. Esta indústria, paulatinamente, gerará profundas transformações na vida econômica, política e social do município. (OLIVEIRA, C. 1992:9).

**A história de Itabira é cheia de heroísmo, tenacidade e luta por progresso e desenvolvimento.** A cidade, sem dúvida, foi beneficiada por uma natureza extremamente generosa. Nas entranhas das nossas gigantescas montanhas, sempre existiram inúmeros tipos de riquezas minerais. Tanto que, ao contrário das demais localidades que surgiram no século XVIII, Itabira vivenciou dois ciclos minerais. **Após a exaustão das minas de ouro, o município, já no início desse século, começou uma nova era com a descoberta das jazidas de minério de ferro.** Na época, com maior teor de que se tinha notícia no mundo. Vale lembrar que, ainda hoje, o nosso subsolo é depósito da maior mina de esmeraldas do planeta. (FERREIRA, D. 1999:15 *grifos meus*).

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a mineração foi interrompida pela abolição da escravatura e pelo esgotamento das jazidas auríferas, causando um período de grave estagnação econômica. Em 1940, a exploração do minério de ferro foi reativada com a criação da Companhia Vale do Rio Doce. **Então, a cidade retomou seu desenvolvimento econômico.** (SOUZA, A. 2002 *grifos meus*).

As narrativas sobre a história de Itabira apresentam uma sociedade colonial, de economia heterógena independente da economia extrativistas, entretanto, moduladas pelo eurocentrismo e o ideário de modernidade, com raras exceções, negam a sustentabilidade da economia de Itabira fora da economia extrativista. Temos assim a ação de dois poderes projetando sobre o espaço a apropriação ambiental da mineração no território de Itabira: o poder estrutural moldando o campo social, defendendo um

---

<sup>19</sup> Localização da fazenda da família Drummond Andrade.

sistema econômico enquanto dificulta ou impossibilita outras formas de economia. E, o poder organizacional circunscrevendo representações sobre o espaço que o limitam a apropriação territorial pela mineração, ao mesmo tempo, que por sistemas de significação delimitam o cenário de ação dos sujeitos. As disputas de significados sobre o território de Itabira é uma constante luta da territorialização da mineração com outras formas de territorialidades. Enunciação de discursos, estratégias de apropriação, atualização do ideário da modernidade tem favorecido a contínua produção e consumo do território de Itabira pela mineração.

### **Os bens e o sangue**

Às duas horas da tarde deste nove de agosto de 1847  
nesta fazenda do Tanque e em outras dez casas de rei, q<sup>20</sup> não de valete  
em Itabira Ferros Guanhões Cocais Joanésia Capão  
diante do estrume em q se movem nossos escravos e da viração  
perfumada dos cafezais q trança na palma dos coqueiros  
fiéis servidores de nossa paisagem e de nossos fins primeiros,  
deliberamos vender, como de fato vendemos, cedendo posse jus e domínio  
e abrangendo desde os engenhos de secar areia até o ouro mais fino,  
q dormem a paz de Deus entre santas e santos martirizados.

Por isso neste papel azul Bath escreveremos com a nossa melhor letra  
Estes nomes q em qualquer tempo desafiarão tramoia trapaça treta:

ESMERIL	PIÇARRÃO
CANDONGA	CONCEIÇÃO

E tudo damos por vendido ao compadre e nosso amigo e sr. Raimundo Procópio  
e a d. Maria Narcisa sua mulher, e a q não for vendido, por alborque  
de nossa mão passará, e trocaremos lavras por matas,  
lavras por títulos, lavras por mulas, lavras por mulatas e arriatas,  
q trocar é nosso fraco e lucrar é nosso forte. Mas fique esclarecido:  
somos levamos menos por gosto do sempre negócio q no sentindo  
de nossa remota descendência ainda mal debuxada no longe dos serros.  
De nossa mente lavamos o ouro como de nossa alma um dia os erros  
se lavarão na pia da penitência. E filhos netos bisnetos  
trataranetos despojados dos bens mais sólidos e rutilantes portanto os

[mais completos

irão tomando a pouco e pouco desapego de toda fortuna  
e concentrando seu fervor numa riqueza só, abstrata e uma.

LAVRA DA PACIÊNCIA  
LAVRINHA DE CUBAS  
ITABIRUÇU

(ANDRADE, 2012:76).

---

<sup>20</sup> Grafia do poema original.

## Segunda Parte

# PRÁTICA IMPERIALISTA EM NOVAS ROUPAGENS

## A Criação da Vale em Itabira

O ferro das montanhas de Minas Gerais pode de certo modo se considerar inesgotável. (SAINT-HILAIRE, 1938[1817]: 249).

Por mais de uma centena de anos Itabira esteve debruçada sobre si mesma. Ao engajar-se novamente numa economia voltada para o mercado externo, com a exploração do minério de ferro, Itabira serviu-se de algumas vantagens, mas, principalmente, sofreu as inconveniências de uma economia dependente e efêmera. Essa contingência desfigurou sua fisionomia urbana, sua organização econômico-social e sua própria identidade cultural [...] (FRANÇA apud COSTA, B. 1988:11).

Autoras e Autores que (re)contam a história da Vale pra falar de Itabira e sua mineração apresentam narrativas consoantes, variando apenas nos recortes e focos dados as narrações. Em 1876 foi fundada a Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), a motivação de Dom Pedro II teria sido as descobertas tecnológicas da chamada Segunda Revolução Industrial (1850-1870), pela qual o extrativismo voltou-se a exploração de minério de ferro e carvão mineral. A Escola de Minas organizou a Comissão Geológica do Brasil, sob a presidência do geógrafo estadunidense Orville Derby, entre os resultados apresentados a Comissão aferiu como cerca de 3 bilhões de toneladas as reservas de minério de ferro em Minas. (PIMENTA, 1981; VALE, 2012). A Escola de Minas participou de exposições mineralógicas internacionais para apresentar dados das pesquisas geológicas e amostras dos minerais encontrados, a procura de investidores na Exposição de Produtos Brasileiros em Berlim (1886), Exposição Universal de Paris Paris (1889), Expositión de Minería e Metalurgia em Santiago do Chile (1894), Exposições de Chicago (1893), e no XI Congresso Internacional de Geologia em Estocolmo (1908). (SANTOS & COSTA, 2005).

Os engenheiros da Escola de Minas influenciaram as mudanças na política mineral da Primeira República (1889-1930), o artigo nº 72 parágrafo 17 da Constituição de 1891 passou a considerar que os proprietários de terra eram também donos das riquezas do subsolo, como forma de estimular a livre exploração. Em janeiro de 1907 foi criado o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), substituído em 1934

pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). O Decreto nº 6.323/1907 que criou o SGMB estabeleceu como principal atribuição do órgão a realização de estudos prospectivos e econômicos das jazidas de minério de ferro dos municípios de Conselheiro Lafaiete, Mariana, Itabira e Sabará. A partir destes estudos estas cidades foram cartografadas no mapa geológico e econômico do Brasil de 1894. (PIMENTA, 1981; VALE, 2012).



**Figura 11:** Mapa da Comissão Geológica do Brasil de 1894. Fonte: FISCHER, 2014

Apesar das narrativas sobre a história de Itabira acentuarem uma controversa estagnação econômica com declínio da exportação de ouro entre os anos de 1870 a 1910, a economia extrativista se manteve ininterrupta através das companhias inglesas<sup>21</sup>, autorizadas a operar em Itabira desde 1820. As políticas de modernização iniciadas no Brasil Império se mantiveram no Brasil República demandando importações crescentes de ferro, aço e artefatos de metal. Os engenheiros da Escola de Minas pressionavam pela instalação de siderúrgicas no Brasil, e por um viés nacionalista da política mineral brasileira – que continuava a oferecer incentivos à exploração estrangeira das jazidas minerais, sobretudo de minério de ferro. Cientes dos resultados das pesquisas da Escola de Minas os ingleses Murly Gotto, Dawson e Robert Normanton compraram terras em Itabira, nas áreas já identificadas com minério de ferro

<sup>21</sup> The General Brazilian Mining Company Limited (1869) e Anglo-Brazilian Gold Syndicate Limited (1868-1874). Ver COSTA, M. 2008:34

de alta qualidade. Os proprietários das terras, desconhecendo o valor do seu subsolo, vendiam as terras a preço irrisório. (PIMENTA, 1981; VALE, 2012). A “velhacaria” dos ingleses para adquirir as jazidas de ferro em Itabira para a extração predatória foi tema à poesia de Drummond:

### **Itabira**

Cada um de nós tem seu pedaço no pico do Cauê.

Na cidade toda de ferro

as ferraduras batem como sinos.

Os meninos seguem para a escola.

Os homens olham para o chão.

Os ingleses compram a mina.

Só, na porta da venda, Tutu Caramujo cisma na derrota incomparável

(ANDRADE, 1930:39).

Conforme as narrativas sobre a história de Itabira-Vale estes ingleses organizaram a Brazilian Hematite Syndicate (1907) e compraram ações da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas (CEFVM). Após a apresentação de Orville Derby no Congresso de Estocolmo (1908) aumentaram para 73,3% sua participação no capital da Vitória a Minas e firmaram acordo com a Companhia Porto de Vitória para a exportação do minério. Em 1911 o Sydicate organizou a Itabira Iron One Company, autorizada pelo governo brasileiro a explorar e exportar o minério de ferro de Itabira, pelo decreto nº 8.787. (VALE, 2012:27). Segue o discurso do presidente da Itabira Iron:

Ora, dentre os recursos naturais de um país o que intervém poderosa e vultosamente sobre o seu desenvolvimento econômico, é o que se refere ao seu recurso em minério de ferro, cuja utilização é posta em valor pela indústria da siderurgia; indústria que o definirá, como potência industrial e militar, indústria que é o termômetro que dá o grau de desenvolvimento de um povo e que é a alavanca que lhe move as sociedades. (OLIVEIRA, Cl. 1934 – manteve-se a grafia do período).

Entre 1910 e 1942 uma complexa disputa política teria limitado a consolidação dos interesses do grupo inglês. Segue um recorte desta rivalidade. Os sujeitos envolvidos na trama eram ferrenhos defensores da economia extrativista, entretanto conflitavam quanto à extração exclusiva para exportação. A Itabira Iron se comprometeu com o governo republicano a instalar uma siderúrgica no país com capacidade de produção mínima de mil toneladas mês, mas adiava cumprir com o acordo em razão da ausência de recursos. A deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) aumentou as dificuldades financeiras do grupo inglês, em 1919 o estadunidense Percival Farquhar

comprou a companhia inglesa. No acordo de 1920 firmado entre Farquhar e Epitácio Pessoa, presidente da República, retomou-se a proposta de construção de uma usina siderúrgica sem ônus para os cofres públicos em troca da autorização para exportar quatro milhões de toneladas anuais de ferro. O acordo entre o governo brasileiro e Farquhar previa ainda a construção de um porto exclusivamente para minérios em Santa Cruz (atual Aracruz), e dois ramais ferroviários partindo da linha Vitória a Minas: um em direção a Itabira e o outro ao Porto de Santa Cruz. A EFVM e o porto seriam exclusivos da mineradora o que lhe assegurava o direito irrestrito da exportação do minério de ferro. (PIMENTA, 1981; VALE, 2012).

Os registros da história dizem da ação de sujeitos nacionalistas que se opunham a exploração das jazidas minerais por estrangeiros, sobretudo porque aspiravam a siderurgia como acertado caminho ao desenvolvimento do Brasil, e influenciavam a opinião pública contra a Itabira Iron. Alguns destes eram políticos mineiros que pressionavam e criavam impedimentos legais às operações da companhia, travando a efetivação dos termos do acordo entre a Itabira Iron e o Governo Brasileiro. Em 1919 o então presidente do Estado de Minas Gerais, Artur Bernardes, taxou a 3 mil réis por tonelada de minério de ferro as exportações estrangeiras, e ao assumir a presidência do Brasil em 1922 decretou o fim dos incentivos e empréstimos a empresas estrangeiras. Em 1926 fez uma reforma constitucional e proibiu a transferência a estrangeiros das “minas e jazidas necessárias à segurança e defesa do país”. O então presidente de Minas, Antônio Carlos, condicionou a aprovação dos planos da Itabira Iron à retirada do monopólio sobre os transportes da Estrada de Ferro Vitória a Minas, assegurada pelo contrato de 1920. (PIMENTA, 1981; VALE, 2012).

O enunciado uníssono da história de Itabira-Vale afirma que Farquhar no intento de contornar os impedimentos legais à extração-exportação da Itabira Iron, assinou, em 1928, termo de renúncia de alguns termos do acordo de 1920, desistindo da exclusividade da companhia sobre o transporte de minério de ferro pela EFVM, abrindo concessão ao transporte de outras mineradoras, pessoas e da produção agrícola da região por onde passa a EFVM. Não obstante os esforços de Farquhar, a maior limitação dos nacionalistas às atividades da Itabira Iron ocorreu após 1930 quando Getúlio Vargas, então presidente pelo golpe de Estado Novo, promulgou uma série de decretos que deram o baque de morte na Itabira Iron. (PIMENTA, 1981; VALE, 2012).

Em 1930 pelos decretos nº 20.223 e nº 20.799 Vargas suspendeu todos os artigos

que favorecessem a alienação de qualquer jazida mineral a estrangeiros. Pelo decreto nº 24.642 promulgou o Código de Minas e o Código de Águas, modificando o regimento jurídico pela Constituição de 1891, resultando que a propriedade do solo não equivalia mais a propriedade das jazidas e demais riquezas do subsolo. Ademais os incentivos às mineradoras só se efetivariam sob três condições: a admissão de dois terços de engenheiros e três quartos de operários brasileiros natos; a manutenção de escolas para os operários e filhos; e, a criação de hospitais ou oferta de atendimento a saúde dos funcionários e famílias. Em 1931 declarou a caducidade do contrato da Itabira Iron pela não conclusão das obras previstas dentro do prazo, 27 de maio de 1931. A Constituição de 1937 proibiu explicitamente qualquer novo aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais por companhias estrangeiras. E as novas concessões à extração de mineiros só seria dada a brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros. (PIMENTA, 1981; VALE, 2012).

A estratégia final de Percival Farquhar foi estabelecer sociedade com brasileiros. Tendo como sócios acionistas: Gastão de Azevedo Vilela, Álvaro Mendes de Oliveira Castro, José Monteiro Ribeiro Junqueira, Mário W. Tibiriçá, Aminthas Jacques de Moraes e Athos de Lemos, fundou a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. (CBMS), detendo 47% das ações da mineradora. Em 1940 a CBMS deu início à construção do trecho final da EFVM, de Desembargador Drumond até Itabira, concluído em 1943. Em 1941 a CBMS juntamente com o governo do Espírito Santo iniciou a construção do cais especial de minério, no Morro do Atalaia, cidade de Vitória – ES. (PIMENTA, 1981; VALE, 2012).

Com a deflagração da Segunda Guerra (1939-1945) Estados Unidos (EUA) e Inglaterra aumentaram o interesse pelas jazidas de minério de ferro brasileiras. Em 1942 por intermédio do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, os três países firmaram acordo nominado como Acordos de Washington. O Brasil recebeu dos EUA empréstimo para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, e compra de equipamentos, máquinas e serviços necessários ao prolongamento e restauração da EFVM, e ao aparelhamento das minas de Itabira e do Porto de Vitória. O governo britânico se obrigava a adquirir e transferir ao governo brasileiro, livres de quaisquer ônus, as jazidas de minério de ferro pertencentes à Itabira

Iron<sup>22</sup>. Em troca o Brasil devia fornecer 1,5 milhão de toneladas anuais de minério de ferro, arcando com os custos da produção, transporte e exportação. Terminado o contrato trienal Estados Unidos e Inglaterra mantiveram o direito de aquisição do minério, mas a preços de mercado livre. (PIMENTA, 1981; VALE, 2012).

Em junho de 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.352 é criada a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma sociedade anônima de economia mista com capital inicial de 200 mil contos de réis. A diretoria foi composta por cinco membros: um presidente e dois diretores de nacionalidade brasileira e mais dois diretores estadunidenses. A CVRD foi organizada em dois departamentos: o da Estrada de Ferro Vitória a Minas, administrada por diretores brasileiros, e o das Minas de Itabira, dirigido conjuntamente por brasileiros e estadunidenses. (PIMENTA, 1981; VALE, 2012).

Passados 70 anos, muita coisa mudou. Os 200 mil contos de réis se transformaram em um lucro líquido de 22,9 bilhões de dólares em 2011, a Estrada de Ferro Vitória a Minas multiplicou-se por novos caminhos, a antiga CVRD partiu de Itabira, conquistou Carajás e ganhou o mundo. Hoje é simplesmente Vale – ou “simplesmente” a segunda maior mineradora do planeta. [...] Com 139 mil empregados atuando em 37 países, a Vale produz ferro, cobre, níquel, carvão, fertilizantes e mais uma dezena de produtos; trabalha em conjunto com as comunidades; incentiva a cultura e fomenta a educação; aprendeu o significado da palavra sustentabilidade; preserva florestas; constrói seus navios e seus portos; investe em tecnologia e inovação; apoia e faz pesquisa científica com o Instituto Tecnológico Vale (ITV); apostou em Carajás; teve a inteligência de perceber as oportunidades que começavam a aparecer na China; enfrentou e venceu crises; atingiu recordes sucessivos e, por tudo isso, tem suas ações negociadas nas bolsas de valores de diversos países. (VALE, 2012:13).

De 1705 a 1942 temos os interesses econômicos e políticos imperiais circunscrevendo, inventariando, planejando, determinando e executando projetos para Itabira. Os modestos registros de viagem de Saint-Hilaire são substituídos pelas pesquisas e tecnologias científicas que localizam, classificam e quantificam as riquezas naturais, agora resumidas em jazidas minerais, já não mais interessa catalogar espécies da fauna e flora, até mesmo porque muito já havia sido devastado na fome imperial por ouro e ferro. Os membros da elite local viram mais uma vez seus interesses serem atropelados por agentes externos e centralizadores. Quanto aos mestiços e negros, agora livres, novamente ninguém se interessou em registrar quais seriam suas representações sobre o espaços, cujo território eles também produziam.

---

<sup>22</sup> Cauê, Serra da Conceição, Dois Córregos, Dirão e Onça, Itabiruçu, João Coelho, Borrachudo, Santana, Sumidouro, Campestre-Manuel Anastácio e Rio do Peixe. O conjunto somava mais de 74 milhões de metros quadrados. (VALE, 2012:50).

## A Flor Carnívora e o Vale de Silêncios

A Vale é como uma flor carnívora. Está devorando o povo de Itabira, sem o povo perceber. O povo acha a Vale muito boa, É uma instituição muito segura. Mas vai aos poucos devorando Itabira. Quase nada resta de Itabira. (Relato de Julieta Drummond, sobrinha de Carlos Drummond apud GONZALES CRUZ, 1980:74).

Sobre os efeitos da implantação da CVRD<sup>23</sup> em Itabira as narrativas fazem coro à sentença de que as transformações políticas, sociais, culturais, ambientais e econômicas foram profundas. Dado o compromisso de produzir 1,5 milhão de toneladas anuais de minério a oferta de emprego era intensa, e o regime de trabalho também dois turnos de oito horas, de 7:00 às 16:00 e de 16:00 às 23:00, nos quais “a marreta não para e o suor escorre, marcando cada rocha com o esforço sobre-humano que a pulveriza” (MINAYO, 2004:105). Os trabalhadores das minas trabalhavam sem qualquer cuidado com a segurança, era comum a presença de crianças fazendo trabalhos pequenos buscando água, levando comida<sup>24</sup> trabalhando nas minas e ferrovia, sendo os trabalhadores majoritariamente negros. “Quebravam pedra a muque, carregavam caminhão a unha e levantavam minério no braço” (MINAYO, 2004:99). Ganharam assim a fama de homens de ferro, fortes, corajoso, tenazes e de grande destreza. Aqueles que não se encaixavam neste perfil eram considerados “mão de obra desqualificada”. Os encarregados selecionavam os trabalhadores pelo físico. Deveriam ser fortes para o trabalho duro e braçal de furar rochas para dinamitação, marretar pedras de ferro, manejar os pesados e rudes instrumentos de trabalho para carregar e descarregar o minério, e transportar carrinhos de mão cheios de pedras de ferro. (MINAYO, 2004:101).

Escolhia pelo físico da pessoa. Tinha um tal de [...] que era administrador e escolhia os homens. “Ei! Aquele lá! Vem cá!” Então era fichado. Escolhia pelo físico, não era por sabedoria. Era tudo braçal, analfabeto, então escolhia pelo físico. (Relato colhido por Minayo, 2004:100).

É gente analfabeta. Tudo o que tinha era analfabeto só. Tinha uma pretaiada danada, preto e analfabeto. Não sabia fazer nada, só sabia trabalhar. (Operário da época da implantação apud MINAYO, 2004:89).

“fomos nós, analfabetos que levantamos a Companhia, não foi nenhum doutor não”; “a gente entrava, aprendia o ofício, e hoje ela está grande”. (Operário da época da implantação apud MINAYO, 2004:100).

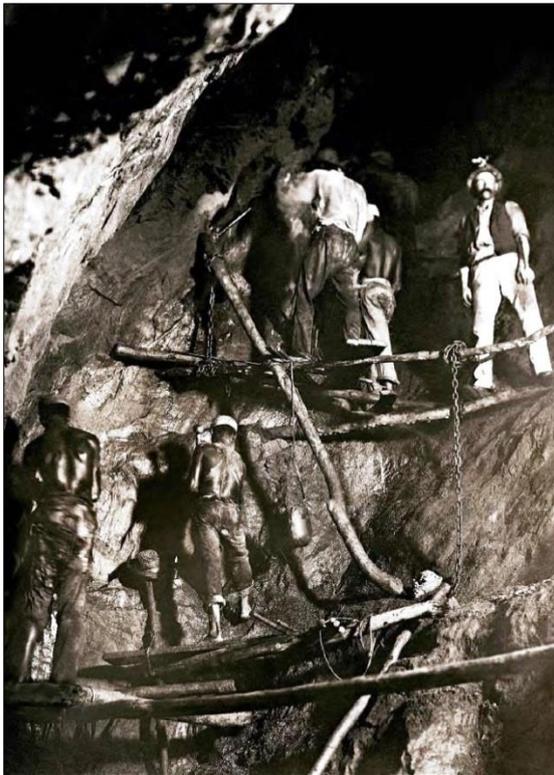
---

<sup>23</sup> Em 2009 houve alteração da razão social de CVRD para Vale S.A.

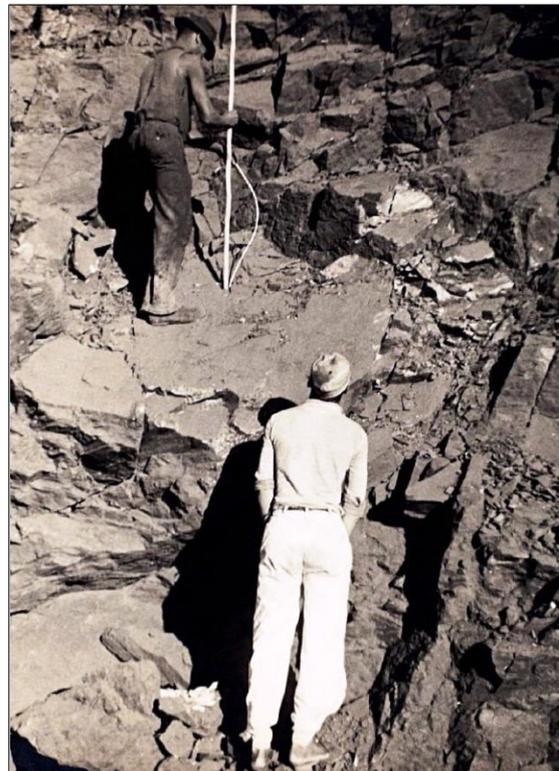
<sup>24</sup> Para maiores informações sobre o trabalho de crianças nas minas e ferrovias ver MINAYO, 2004 p.98 e p.106. e SARAIVA & CARRIERI, 2014 p. 146



**Figura 14:** Encostados no carro os técnicos da Companhia Raymond-Morrison Knudsen do Brasil S. A. Responsáveis pelos trabalhos de conclusão da EFVM. Próximo ao cavalo um trabalhador. Sentado na lateral do carro duas crianças, que possivelmente também trabalhavam na construção da ferrovia. **Fonte:** Arquivo Nacional, 1942 apud VALE, 2012:58



**Figura 13:** Homens trabalhando dentro da mina. **Fonte:** Fotografia de Marc Ferrez apud VALE, 2012:21.



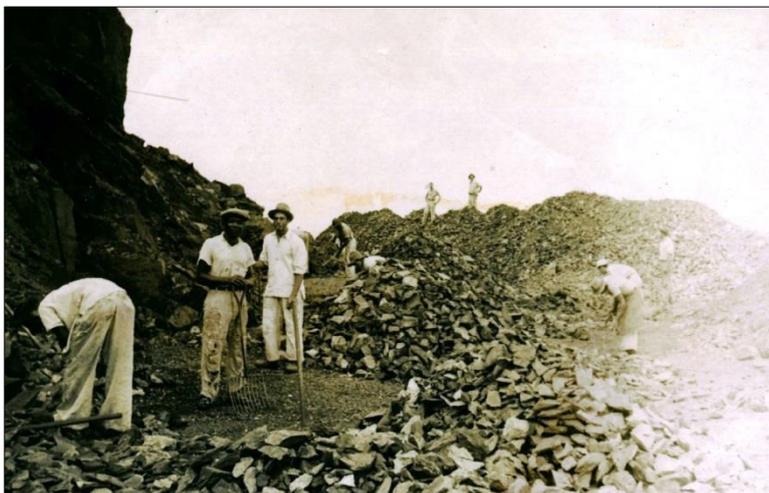
**Figura 12:** Homens quebrando pedra de minério. **Fonte:** Acervo da Vale, 1944. Apud VALE, 2012: 70.

Dados oficiais afirmam que 6.000 trabalhadores foram recrutados nos primeiros anos da Vale para os trabalhos de extração de minério, construção de estradas, ampliação e recuperação da EFVM. Minayo (2004) conjectura que 70% provinham do campo<sup>25</sup>, eram analfabetos, recebiam baixos salários, viviam em moradias precárias,

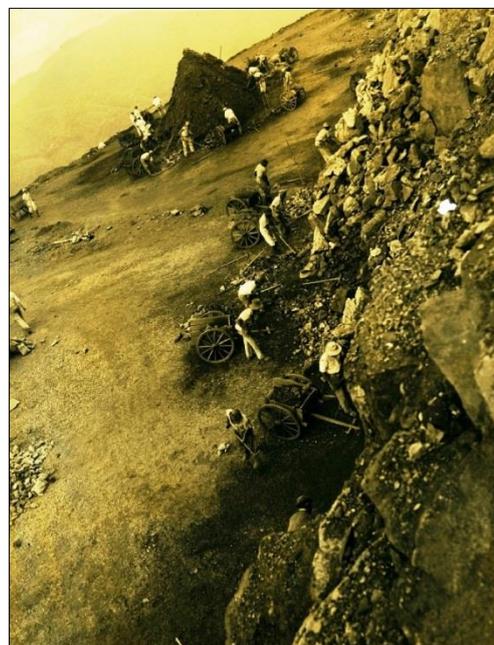
<sup>25</sup> A separação entre campo e cidade em Itabira é a mais arbitrária de todas. Basicamente se considera(va) como área rural os espaços distantes do núcleo inicial formado na primeira colonização. Por exemplo, as

trabalhavam sobre exigência de produtividade em condições adversas – o Cauê tinha 1.353 metros de altitude “era muito frio, ventava demais e chovia, todos os dias”. Na descida da serra a de noite o nevoeiro era grande, faziam tochas com estopa molhada em óleo “para ir iluminando a descida, senão caía mesmo” (MINAYO, 2004:105). Entre os operários a rotatividade era grande, pois não eram fixados e os acidentes de trabalhos eram frequentes. Os trabalhadores com salários fixos, direitos sociais, eram aqueles que se adaptavam ao trabalho duro – “os mais resistentes, produtivos e disciplinados” (MINAYO, 2004:103). Foram hierarquizados em quatro escalões, no primeiro os trabalhadores braçais das minas, da carga e descarga; no segundo os encarregados com papel responsáveis pela produção, instrumentos de trabalho e instrução do primeiro escalão; no terceiro os administradores de campo responsáveis pelas contratações diretas e por meio de empreiteiras; por fim no quarto escalão os engenheiros e dirigentes que respondiam pela Superintendência das Minas. (MINAYO, 2004:89-112).

A gente quebrava o minério, enchia as galeotas [carrinho de mão] e jogava no “chute” [depósito afunilado]. Eram trinta e duas galeotas que um homem tinha que colocar no chute por dia. Um chute dava dez caminhões. Em geral muitos não conseguiam dar a produção. Os que não conseguiam eram considerados fracos e menos produtor. Assim de uma forma critica, como se diz, a pessoa tinha menos cartaz com o encarregado. (MINAYO, 2004:105).



**Figura 19:** Trabalhadores da lavra manual. Fotografia de 1946. Fonte: Arquivo Público Mineiro.



**Figura 20:** Trabalhadores carregando as galeotas com pedras de ferro. Fotografia de 1946. Fonte: Arquivo Público Mineiro.

---

fábricas têxteis Gabiroba e Pedreira são consideradas como pertencentes à área rural e que teriam se urbanizado na década de 1970. Na categoria “campo” utilizada por Minayo estão incluídos as pessoas que migraram para Itabira dos então distritos de Santa Maria, Ipoema e Senhora do Carmo além das cidades da região central de Minas.

Com dificuldades para cumprir com o volume de exportação prometido aos Estados Unidos e a Inglaterra, necessitando de quitar as dívidas com as empresas estadunidenses, incumbidas pelo Acordo de Washington a oferecer parceria técnica a CVRD, a Companhia inicia intensa contenção de gastos e consequente pressão sobre os trabalhadores. Neste contexto quatro encarregados organizam a “revolta surda dos mineradores” (MINAYO, 2004:115), comparando suas condições de trabalho e salários<sup>26</sup> – que passaram a receber de quatro em quatro meses – aos trabalhadores das empreiteiras teriam inflamado um grupo de trabalhadores a utilizar as ferramentas de trabalho como armas contra os engenheiros e dirigentes, a quebrar os alojamentos e oficinas, e ameaçar outros trabalhadores a se juntar a eles. A revolta toma grandes proporções, tendo engenheiros e trabalhadores agredidos, e é duramente reprimida pela polícia local e um destacamento de 60 policiais vindos de Belo Horizonte para reforçar a repressão. Minayo (2004) conjectura que a revolta tenha durado uma semana. Os quatro encarregados foram demitidos, e teriam desaparecidos da cidade sem deixar rastros, “banidos fisicamente e do convívio social” (MINAYO, 2004:120). Convencidos que a greve/revolta teria sido imatura, pois a Vale passava por dificuldades financeiras os trabalhadores relatam a Minayo, quarenta anos depois dos fatos: “a Companhia queria nos ajudar, mas ela não podia, naquele momento. A gente comia e bebia minério, mas ele era pouco e a Companhia não estava exportando. Então não tinha condição.”; “a Companhia era pobre igual ou pior que nós, então não dava.” (MINAYO, 2004:115-121).

Para Minayo (2004) a revolta de 1945 funciona como um “mito de origem”, uma ligação com o passado fundador que não permite a elaboração da diferença temporal. Desta forma, a “greve-mito” teria se tornado “greve-tabu” e criado “marcas indelévels e invisíveis, na institucionalização das relações entre os mineradores e a empresa prontas a reaparecer nos momentos de crise”. (MINAYO, 2004:126). A repressão de 60 policiais a uma greve é uma representação negativa e de interdição contra qualquer nova tentativa de greve. Os funcionários da Vale, de modo atemporal, teriam transformado a greve como “símbolo do mal”, pois as consequências da “greve-mito” foram negativas aos trabalhadores sem nenhum efeito sobre a Vale. Getúlio Vargas antes de concluir seu mandato em 1945, cria o Sindicato Metabase, a pedido do então presidente da Vale, Israel Pinheiro. Representantes do Ministério do Trabalho intermediaram a negociação

---

<sup>26</sup> “Os operários só recebiam de 4 em 4 meses, para compensar o não pagamento dos salários a Companhia dava-lhes vale-saldo a juros de 10% a 30% ao mês. (OLIVEIRA, C. 1992:36).

dos trabalhadores com a Companhia, e elegeu o primeiro presidente do Metabase, José Porciani Filho. Somada a simbologia criada sobre a greve o sindicato passou a ser um amortecedor entre as reivindicações dos trabalhadores e os interesses da Vale. (OLIVEIRA, C. 1992:36; MINAYO, 2004:121-126)

Na década de 1950 a siderurgia passa a utilizar minério granulado de 6,35mm a 50,8 mm, em razão dos minérios de menor granulometria afetarem a durabilidade dos reatores. Tal fato levou as mineradoras a implementar os processos de aglomeração a quente: a sintetização e a pelotização. A partir de 1956 a Vale inaugurou usinas de pelotização as integrando a estrutura mina-ferrovia-porto, aumentando sua produção e consequente exportação viabilizada também pela mudança no cenário internacional, mais favorável à commodity. Os investimentos voltados à nova estrutura do processo minerário e a decisão da estatal de diversificar os mercados, abrindo negociações com o Japão, e Europa Oriental fizeram a mineradora alcançar pela primeira vez a exportação de pouco mais de 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro em 1954, cinco anos depois a exportação da Vale alcançou quase o triplo, 4.269.613 milhões de toneladas. Os constantes investimentos no processo minerário da estatal se intensificaram no governo de Juscelino Kubitschek com seu famoso plano de metas 50 anos em 5. (VALE, 2012:39-47).

- Domingo: O Getúlio Vargas foi quem acabou com a sopa da companhia inglesa.

- Luiz da Luz: É, a sopa da companhia inglesa é que era fogo. Exploravam. A Vale é que tomou conta.

- Domingo: Como diz o Zé Cirino, ficou para a pátria.

- Luiz Drummond: A pátria do Japão.

(GONZALES CRUZ, 1980:62)

A presença de falantes da língua inglesa em Itabira se intensificou com a instalação da Vale, em razão do já mencionado acordo de cooperação técnica, engenheiros ingleses e estadunidenses faziam parte do quarto escalão da mineradora. Por volta da década de 1950 em oposição à língua de seus dirigentes que pouco, ou nada compreendiam alguns trabalhadores, e depois seus familiares e amigos, passaram a falar a linguagem Camaco<sup>27</sup>, assim podiam conversar em liberdade em meio aos dirigentes estrangeiros, sem perigo ao emprego. Na década de 1970 intelectuais boêmios se

---

27 A linguagem Camaco consiste em trocar a primeira consoante ou grupo consonantal da segunda sílaba pela primeira letra da primeira sílaba. Assim, "linguagem" vira "guinlagem" (ou "guilagem") e macaco vira "camaco". Os monossílabos são adaptados. "Não", por exemplo, vira "ônis". Há outras adaptações e constantes atualizações que complexificam a gramática da língua.

apropriaram da linguagem dos trabalhadores diluindo seu caráter de resistência. Minha avó materna, que viveu no Explosivo era falante do Camaco, quando criança ela tentou me ensinar, mas não dei conta de aprender a complexa “gramática”. A Secretária de Patrimônio Histórico da Prefeitura de Itabira pleiteia o tombamento do Camaco como patrimônio imaterial, que segue sendo difundida pela boêmia como brincadeira.

Os trabalhadores de Itabira chegaram a criar um dialeto próprio, a *guinlagem de camaco* (ou linguagem de macaco) para driblar as ordens dos estrangeiros. (VALE, 2012:17).

A década de 1950 trouxe outras mudanças a Itabira, a intensificação da produção da Vale atraiu nova onda de migração. Os serviços de água, luz e saneamento não suportavam a demanda, a infraestrutura urbana era insuficiente para abrigar tantas pessoas. Os alojamentos dos trabalhadores da EFVM, marcados pela precariedade, geraram doenças como tuberculose, desnutrição, malária, tifo e alcoolismo. “Visando fixar a mão-de-obra, para dar aos trabalhadores condições sociais mais favoráveis e assim exigir o aumento da produtividade, a Vale iniciou a construção de novos núcleos residenciais.” (OLIVEIRA, C. 1992:43). O desenvolvimento urbano foi desencadeado pela expansão das atividades minerárias de forma direta e urbanizada pela Vale, e de forma espontânea, sem infraestrutura, pelos excluídos da mineração que contavam com a ajuda uns dos outros para construir seus barracos em mutirão, em alguns casos, como no Machado e João XXIII com o auxílio de congregações religiosas financiadas pela Misereor<sup>28</sup>.

Silva (2004) inspirada num questionamento feito por Drummond em *A rosa do povo* (1933) divide em três fases os processos de territorialização da mineração em Itabira. Os processos espaciais que produziram o território de Itabira no período compreendido entre os anos de 1705 a 1908 seriam o tempo da *primeira Itabira*. As transformações socioespaciais ensejadas pelos interesses políticos e econômicos, advindos do estudo da Escola de Minas sobre as jazidas em Itabira, teriam gerado a *segunda Itabira* que abarca o período de 1908 a 1990. As tentativas de reorganização e diversificação econômica representariam a *terceira Itabira* fruto do processo de desestatização da Vale e da ambientalização dos conflitos ambientais a partir de 1990.

---

<sup>28</sup> Agência episcopal da igreja católica na Alemanha que financia projetos de desenvolvimento e combate a pobreza na América Latina, África e Ásia.

Haverá uma terceira e diversa Itabira? Meu Deus, como me doeria responder sim à pergunta, e confessar que em 1933 o antigo menino da Rua Municipal foi encontrar a sua cidade habitada por um pelotão de velhos, que nada poderiam dizer, e por um exército de rapazes e meninas, para os quais não tinha nenhuma mensagem. (ANDRADE, 2002:574).

Pertence a primeira Itabira os bairros: Penha – local das primeiras explorações no córrego de mesmo nome, Pará e Centro histórico – local de residências da elite – e, a Vila Chacrinha, a Vila Sr<sup>a</sup> de Fátima, Vila Piedade, Caminho Novo, Moinho Velho, e Periquito – local das residências dos pobres. Além da área rural com os bairros Bateas, Candidópolis, Bom Jardim, Cordeiros, Abóboras, Balsamos, Bonito, Capão, Conceição, Gatos, Itabiruçu, Morro, Palmital, Rio de Peixe, Chapada, Ribeirão São José, Rocinha, Santana, Tombos Gabiroba e Pedreira – os dois últimos passaram a ser considerados como parte do perímetro urbano na década de 1970.

Surgiram assim na década de 1950 os bairros funcionais: dos operários, próximos à mina do Cauê, a Vila do Campestre, e dos engenheiros e outros funcionários do alto escalão distantes dos empregados subalternos com infraestrutura diferenciada por áreas de lazer e de serviços o Pará – a Vale adquiriu as terras da prefeitura para construção desta Vila Técnica em troca do abastecimento de água para a cidade (OLIVEIRA, C. 1992:44). Surgiram também os bairros dos excluídos da mineração: a Vila Amélia próximo à mina da Chacrinha e Vila Santa Isabel próximo ao Centro histórico.



**Figura 15:** Alojamento dos trabalhadores nas encostas do Cauê. Ao fundo, do lado esquerdo, o pavilhão da sede da Vale, ao fundo a Vila operária do Campestre. Do lado direito a nucleação da primeira colonização. Fotografia de 1951. Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Na década de 1960 o número de habitantes dobrou – de 7.572 em 1950 para 15.539 em 1960. A Vale criou os bairros funcionais: dos operários próximo à mina do Cauê, a Vila Sagrado Coração de Jesus e a Vila Conceição, próximo à mina de Conceição. Para o alto escalão foi criada a Vila Técnica da Conceição e Vila Técnica Areão. A Vale criou também uma escola primária e outra técnica, e o hospital Carlos Chagas no bairro Campestre. Na década de 1960 surgiram os bairros dos excluídos da mineração: Vila Santa Rosa, Vila Santa Isabel, Vila Luísa Martins (atual João XXIII), Machado, e Praia.



**Figura 16:** À frente a Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo), ao centro os pavilhões da sede da Vale, atrás deles, a Vila Santana e ao fundo o bairro Campestre. No declive à direita a primeira Itabira e no horizonte as áreas povoadas nas décadas de 1970 e 1980

As construções modernas e dos bairros funcionais dotados de infraestrutura (saneamento, abastecimento de água, escolas, armazém, quadras de esporte e parquinho, além do hospital no bairro Campestre) se contrastavam com os bairros da primeira colonização, ou primeira Itabira como nomeia Silva (2004). As ruas do centro eram calçadas com pedras de mineiro de ferro, mas as construções coloniais careciam de saneamento e abastecimento de água. As escolas eram frequentadas apenas pelos filhos da elite itabirana (fazendeiros, comerciantes, médicos, advogados, e coronéis). E o atendimento médico era realizado no hospital Nossa Senhora das Dores, criado pelo padre José Felicíssimo, em 1854, na casa do Major Paulo José, em frente à Matriz do

Rosário, oferecia atendimento dos médicos e farmacêuticos da cidade sendo mantido pela igreja católica, com auxílio da prefeitura – como é até hoje, embora tenha mudado suas instalações na década de 1960.

Os bairros operários situavam-se próximos às minas de Conceição e do pico Cauê, obedecendo a uma lógica empresarial que disponibilizava e deixava em prontidão aqueles operários, trabalhadores essenciais ao funcionamento dos equipamentos industriais como: mecânicos, escavadeiras, tratoristas, entre outros. Outros bairros funcionais destinados aos empregados de categoria funcional média e superior localizavam-se longe das instalações industriais. A estratégia, nesse caso, era manter esses funcionários distantes dos subalternos, garantir-lhes sossego e melhores condições de vida. (SOUZA, M. 2003:42).

Em 1970 a Vale faz nova ampliação na estrutura mina-ferrovia-porto, duplica 548 km da linha-tronco da EFVME, expandiu o Porto de Tubarão construindo um novo cais com capacidade para receber navios graneleiros de mais de 250 TPB, e constrói na mina do Cauê uma usina para recuperar os depósitos de itabirito da mina. Calculado o esgotamento das jazidas de Itabira para o ano 2000 a Vale elaborou projetos de pesquisa e prospecção das jazidas minerais em Itamarandiba (Projeto Guanhães), Rio Pardo (Projeto Porteirinha), Nova Era (Projeto Piçarrão). A Vale também adquiriu as ações de mineradores menores em Minas, entre elas a Acesita – Aços Especiais de Itabira e passou a explorar as jazidas de Periquito e Chacrinha.

Em 7 de novembro de 1975 a Fundação João Pinheiro elaborou o primeiro Planejamento de Desenvolvimento Urbano de Itabira, a pedido do convênio estabelecido entre a CVRD e a Prefeitura de Itabira. O plano estabeleceu a organização administrativa, descrevendo a competência de cada órgão: dos conselhos, departamentos ao gabinete do prefeito. Estabeleceu a Lei Orgânica e o Regimento Interno da Prefeitura. (FJP, 1977).

Pelo Decreto Expropriatório 29/06/1975, a Vale desapropriou os moradores dos bairros: Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo) sem que os moradores pudessem oferecer resistência, pois residiam em moradias cedidas pela mineradora. Todas as casas e a escola primária foram destruídas para dar lugar à implantação da usina Cauê. Na década de 1980 foram extintas a Vila Cento e Cinco, o Aglomerado da Camarinha, e Vila Paciência de Cima sendo destruídas casas, os armazéns, as escolas, as igrejas e as praças para dar lugar a expansão da mina Chacrinha e mina do meio. Na década de 1990 foi extinta a última Vila operária Conceição de Cima, assim com nas outras desapropriações tudo fora destruído para atender o projeto de expansão da mina, desta

vez da Conceição. (SOUZA, 2003:47-51). As falas dos moradores, colhidas por Souza (2003), expressa a segregação gestada pela criação da “cidade operária”, e, os dolorosos processos de desterritorialização da mineração:

Fomos crescendo num bairro tipicamente operário, aonde todos os moradores tinham a mesma função profissional, as mesmas opções de lazer e praticamente o mesmo número de filhos. O relacionamento foi construído com valores próximos interligando as relações interpessoais. Havia, porém uma separação social, apesar de ser um bairro operário, quem morava no acampamento novo tinha um poder aquisitivo melhor do que os do velho e do Capim. (ex-moradora do bairro Vila S. Coração de Jesus apud SOUZA, 2003:43).

Foi tudo muito rápido. Quando as pessoas assustavam, eles já estavam chegando com a indenização, com o policial e com o exército. Não dava tempo das pessoas se organizarem. Foi a estratégia que eles usaram. Foi uma rapidez tremenda. Tiravam as pessoas, pagavam-lhes e falavam: você pode arrancar a casa e levar. Dava o prazo, e, a partir do momento em que eles depositavam o dinheiro e o prazo acabava, se não tirou a casa, eles não tinham mais compromisso, chegavam com as máquinas para passar sobre elas e aí, perdia-se o material; não dava para aproveitar nada. (ex-moradora da Vila Conceição de Cima apud SOUZA, 2003:59).

Os expropriados se dirigiram para os bairros formados pelos excluídos da mineração e outras áreas da cidade forçando a urbanização de novos bairros. Ao todo foram urbanizados vinte dois bairros, entre eles Pedreira, Gabiroba, Santa Ruth, Água Fresca, Colina da Praia, Clóvis Alvim. O salto de urbanização se explica pela expansão da territorialização da mineração, o novo aumento de ofertas de emprego na mineradora para as obras de expansão e instalação de mais uma usina, e, pelo providenciado Plano de Desenvolvimento Urbano. Ainda na década de 1970 a barragem de rejeito da mina Conceição se rompeu atingindo a comunidade rural Rio de Peixe. Alguns sobreviventes migraram para a Chapada, outros se dirigiram para os bairros Machado e Vila Paciência de Baixo na área urbana. A Vale vendeu as casas das vilas técnicas a seus funcionários pondo fim aos bairros funcionais. Entretanto o pertencimento a Vale continua sendo signo de distinção em Itabira, mesmo após a privatização e redução dos benefícios.

Na década de 1990 foi construído pela prefeitura o bairro Fênix, para alocar os moradores da extinta Vila Conceição de Cima. Na dissertação de Souza, apresentada em 2003, afirma-se que uma viúva resistiu a desapropriação e manteve-se como única moradora na extinta vila. O fornecimento de água da sua casa vinha de uma mangueira ligada as instalações da mina, para evitar que a mangueira estourasse foi orientada a manter as torneiras abertas, pois não haveria registro de água. O fluxo contínuo de água provocava pingueiras no telhado e alagamento no terreiro a baixo da casa. Por vezes a água chegava suja, quando a viúva reclamava três dias depois a água ficava limpa, mas

depois tornava a ficar suja. A senhora relatou também que temia proliferação de pernilongos da dengue, o aparecimento de cobras, pois o restante da vila tornou-se um matagal, e que todos estes constrangimentos se tratavam de pressão para que ela deixasse a casa. Conforme Souza a viúva se recusava a sair, porque as condições da casa no bairro Fênix eram inferiores. (SOUZA, 2003:51-52).

Estão fazendo pressão comigo, para eu cansar e sair; mas eu não vou sentir cansada. A ameaça deles é essa – não faço, deixo tudo sujo, não limpo e aí ela vai cansar. Mas quem vai ficar cansado são eles. Enquanto eles não decidirem eu não saio daqui. Eles estão fazendo uma injustiça. Eu não disse que não vou sair. Eu apenas estou pedindo condições iguais às que eu tenho aqui, porque o meu marido era escavadeirista da Vale e o que eu recebo. (Relato da viúva da Vila Conceição de Cima apud SOUZA, 2003:59).

As jazidas de ferro estendem-se do pico do Cauê à Serra da Conceição e estão imbricadas nos espaços onde a cidade cresceu. Dado que a Vale trabalha sob a lógica capitalista de dominação da natureza – de infinita produção para o atendimento das infinitas demandas de mercadorias – é possível que em longo prazo outros reordenamentos espaciais aconteçam para se esgotar as jazidas de minério, mediante negociação de compensações e indenizações. Como informado pelo Trabalhador da Vale e pelo Aposentado da Vale, em entrevistas gravadas no dia 26/11/11.

Trabalhador da Vale: O que mais impede dessa mina durar muito é a cidade que foi construída encostada na mina.

Ana: Mas tem projetos de remanejar este pessoal, de indenizar e tirara-los?

Trabalhador da Vale: Está tirando ali no Pará só. Mas é muito pouco. Muito pouca gente. [...] O erro maior desse trem aqui foi deixar que a cidade fosse construída. Lá o Campestre, parece que a Pousada dos Pinheiros ali por baixo é tudo minério. Aonde que é o campo do Valério ali é tudo minério. O bairro Campestre, a Penha ali é tudo minério. Ali no Moinho Velho você saindo naquele lugar que tem um tope, depois da rodoviária pra cá assim, ali mesmo tem minério ali, itabirito. Então deixaram a cidade crescer pro lado de lá e como se diz. Se fosse um bairro mais simples era mais fácil de indenizar, porque as casas eram baratinhas. Numa área igual aquela ali com pessoal de melhor renda fica muito caro indenizar.

Ana: O que você acha que vai acontecer a Itabira com o esgotamento do minério de ferro?

Aposentado da Vale: Segundo o antigo gerente da Vale a mineração vai dar tanta safra quanto à tecnologia permitir. Hoje de um material você já consegue extrair 25% de teor de ferro. E consegue trabalhar com isso. Às vezes amanhã aparece outra tecnologia que consegue transformar uma pedra de canga em ferro. Agora quando exaurir o minério de Itabira. Quando exaurir esse minério aqui, porque, o que que acontece? A exaustão desse minério não vai ser total porque [...] Itabira está por cima da mineração. E não é só na Vila Paciência onde se está hoje indenizado, é toda a cidade. Então, o que que acontece? O minério vai ficar inviável a produção dele, por uma questão econômica é que essa exaustão não vai ser possível, por uma questão econômica. Vai ficar inviável a produção desse minério. E ai ninguém sabe o que vai acontecer.

Desestatizada a Vale não tem o poder de desapropriar por decreto, necessita fazer negociações com moradores para viabilizar a sempre famigerada expansão de sua produção. Os moradores do que resta, da Vila Paciência e Cisne e os moradores do Pará, têm sido consultados sobre a venda de seus imóveis, sentindo a ameaça de novas desterritorializações. A pressão maior tem sido sobre os moradores da Vila Paciência e Vila Cisne que desde 2006 tem sofrido com a expansão das minas Chacrinha e Periquito.

Segundo um dos moradores, em entrevista ao jornal De Fato On Line, as comunidades vizinhas da Vila Paciência (o que havia restado das remoções na década de 1980) e Vila Cisne, há cerca de 3 anos, estão tendo de lidar com a ameaça de serem removidas. A Vale vem realizando estudos de avaliação de 117 imóveis na área, que deverá adquirir para criar a zona de amortecimento da área da mineração (definida em 2006 pelo Plano Diretor do município) e para expansão da atividade de duas de suas minas. (DE FATO ON LINE, 2010; ALMG, 2009) Todavia, os moradores têm feito diversas denúncias sobre a forma como o processo vem sendo conduzido pela empresa. (Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, Ficha Técnica: Mineração em Itabira. GESTA/UFMG).

Os moradores da Vila Paciência entraram com uma ação coletiva em 2009, entretanto a mineradora começou a negociar com moradores individualmente e em 2013 já havia comprado 77 imóveis, dos 117 existentes na Vila, cerca de 66%. Alguns moradores investiram na valorização dos imóveis e chegaram a vendê-los por 600 mil reais. Alguns empresários têm utilizados a mesma estratégia instalando pizzarias e salão de festas na Vila. Em contraste os moradores mais pobres que residem próximo à linha férrea, e a 50 metros da mina Chacrinha, na chamada Vila Cisne, pleiteiam indenizações pelos danos provocadas nas estruturas de suas casas pela ação das dinamitações nas minas da Chacrinha e Periquito. Em 26 de julho de 2013 os moradores fizeram um protesto reivindicando resposta definitiva da parte da Vale sobre a situação de risco de suas moradias. Atearam fogo na linha férrea e com cartazes crianças diziam: “Até quando nossas casas vão aguentar?”; “Queremos o mínimo de respeito, já que temos de comer minério.” “Compraram [casas] do bairro e querem acabar com o resto [Vila Cisne]”.

Os moradores também reclamaram que as demolições dos imóveis já adquiridos pela Vale, se tornaram foco de insetos e animais venenosos, pois a mineradora não recolheu os destroços. E que as rachaduras de suas casas desvalorizaram os imóveis, de modo que a oferta da mineradora não é suficiente para aquisição de nova moradia. A mineradora alegava que primeiro iria finalizar a negociação com os moradores da parte baixa, da Vila Paciência, mas depois do protesto dos moradores Vila Cisne, iniciou a

negociação das indenizações. Em reunião no dia 31 de julho representantes da Vale garantiram aos moradores que a Vale iria reduzir as detonações na mina. Iria inspecionar as residências para avaliar as rachaduras. A reunião foi registrada em ata pelos moradores e assinada pelos engenheiros da Vale. (SITE ÁTILA LEMOS, 2013). Contudo muitos moradores ainda aguardam a proposta de indenizações que lhes assegure nova moradia em condições dignas.

Elizabeth Gomes da Silva, de 78 anos, disse que sofre muito com os barulhos das detonações da mineradora e das locomotivas passando tão perto das casas. Segundo ela, às vezes está dormindo, quando acorda com os estrondos e que a casa aonde mora chega a estremecer. Dona Elizabeth teme que o telhado caia em sua cabeça. A aposentada, que mora há mais de 50 anos no local, mandou um recado para os dirigentes da Vale, para que eles parem a detonação ou tirem os moradores de lá. (Relato de reportagem do site ÁTILA LEMOS, 2013).

Sou moradora deste local há sete anos e comprei a minha casa porque tinha condições de comprar aqui e não em outro lugar. O que eu peço a Vale é o respeito por nós moradores, porque nossas casas estão trincando e nem sempre temos dinheiro para comprar saco de cimento para repará-las. Todos aqui somos pais e mães de família, temos crianças dentro de casa e dá medo, quando há detonação na área da mineradora. Quantas vezes coloquei roupa no varal e tive que voltar com elas para água, por estarem pretas de minério de ferro. Isto não foi somente eu, mas, sim todas as donas de casa que aqui estão. Tenho que submeter minha filha a tratamento respiratório devido a poluição, mas também isto não é só aqui, é toda a cidade de Itabira. O que eu peço é só um pouco de respeito da empresa com todos os moradores. Antes era só poeira, agora estão derrubando nossas casas aos poucos. Somos seres humanos e precisamos de respeito. (Relato de reportagem do site ÁTILA LEMOS, 2013).



**Figura 17:** Crianças da Vila Cisne colocam fogo na linha férrea em protesto contra a Vale. Fonte: Site ÁTILA LEMOS, 2003.



**Figura 18:** Crianças da Vila Cisne protestando contra as dinamitações da Vale que colocaram em risco suas casas. Fonte: Site ÁTILA LEMOS, 2003.

Conversei com uma moradora da Vila Paciência, que reside a 40 metros da linha férrea, a 500 metros da mina Chacrinha, e a 1,6 km do complexo de usinas do Cauê. A vaidosa senhora de 71 anos me concedeu entrevista por intermédio de um de seus nove filhos, que agendou nossa conversa para o dia 31 de outubro de 2015 às 15 horas. Dona Júlia, como irei chamá-la neste trabalho, me recebeu maquiada, com os cabelos presos em coque, de vestido, colares e brincos. Bem humorada me contou que sofreu um AVC com 32 anos, articula a fala de forma lenta, mas se expressa com clareza e lucidez. Nasceu em Brejauda, distrito de Conceição do Mato Dentro a 73 km de Itabira. Veio ainda mocinha para Itabira acompanhando a família sendo sua primeira residência na mina Santana – área rural próxima a mina ao Cauê, depois se mudou para o Explosivo onde pagou aluguel por onze anos. Com o processo de desapropriação da Vila Operária, em 1975, se mudou para a Vila Paciência de Baixo em terreno cedido pela prefeitura, onde reside há 40 anos.

Relata que a vida na mina Santana era muito difícil. Seu pai trabalhava na Fábrica da Pedreira. E ela pegava carona no caminhão de trabalhadores da Vale até a cidade, chegando oferecia aos trabalhadores de empreiteiras seus serviços de costureira, lavadeira e passadeira, pegava as roupas e voltava para casa a pé. Serviço feito devolvia as roupas nas casas dos clientes. Após o derrame, em 1976, uma de suas irmãs se ofereceu para criar uma de suas filhas, mas Dona Júlia recusou: “Meus filhos não dou para outros não, só se eu morrer.” Queria os nove filhos próximos a ela, cinco mulheres

e quatro homens. Seguiu a vida de forma independente como costureira, lavadeira, passadeira e após se mudar para Vila Paciência também trabalhou como catadora de lixo. Com muito trabalho, enfrentando as dificuldades impostas pela sociedade patriarcal e classista manteve a si e aos nove filhos, abrigados, alimentados e vestidos. Dona Júlia me contou ainda que separa o dinheiro da previdência e contribuía como autônoma para o INSS, hoje recebe a aposentadoria de um salário mínimo. Recentemente passou por uma cirurgia no intestino, mas apresenta boa disposição, em bora caminhe com dificuldades. Dona Júlia tem diabetes e com carinho suas filhas e filhos, netas e netos recusam seus pedidos por doce.

Ao falar da ajuda que recebe hoje dos filhos adultos, e das lutas pela qual passou para provê-los se emociona. E mareja meus olhos! Relata com orgulho que todos os nove filhos são casados, tem moradia própria e juntos garantem a ela plano de saúde, telefone fixo, a compra dos remédios e auxílio em quaisquer dificuldades. Ao contar como com muito trabalho e determinação o filho pintor construiu para ela a casa de dois andares onde mora na parte de baixo, sendo a parte de cima a casa de outro filho, chora. Mas de pronto volta à posição de altivez com a qual conversava comigo, e sorri, ao dizer que foi com o trabalho de pintor que o filho construiu duas casas na Vila Paciência – de dois andares para a mãe, e de três andares para sua família – e, recentemente comprou um sítio no distrito de Senhora do Carmo.

Nenhum dos nove filhos quis trabalhar na Vale. A filha mais velha é cozinheira, duas filhas são auxiliares de serviços gerais, uma é professora de educação infantil e a outra copeira. Dos filhos homens três são autônomos, um pintor, outro motorista, e outro lanterneiro. O filho caçula é servidor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, trabalha como Auxiliar de Apoio Administrativo, e gradua-se em pedagogia. Todas as filhas e filhos de Dona Júlia resistiram a trabalhar na Vale. Todos têm casa própria, vivem em boas condições, e com alegria auxiliam a mãe guerreira que os criou com amor e muito trabalho. Quando perguntei para Dona Júlia do porque da resistência ela diz que os filhos preferiram o trabalho autônomo. Ela faz uma pausa e diz, que ela poderia ter trabalhado na Vale, com carteira assinada, mas o trabalho de horário fixo a impediria de cuidar dos filhos e, estes ficariam jogados. O trabalho autônomo que fazia lhe permitia cuidar dos filhos pequenos, e lhe rendia um dinheirinho que dava para sobreviver. Não lhe faltava nada. “Tinha onde morar, o que comer e o que vestir”. Após desligar o gravador Dona Júlia me contou dos muitos acidentes fatais que aconteceram

nas minas. Dos salários baixos e muitas exigências. Fatos que a fizeram resistir a trabalhar na Vale.

Dona Júlia me relatou ainda que duas semanas antes da nossa conversa representantes da Vale foram até a Vila tentar fazer a negociação das indenizações para a desapropriação. Sorrindo, ela se lembra da conversa e diz: “Ah! Só se for por um dinheiro muito bom. Para construir outra casa em um lugar bom.” Recorda que a casa tem dois andares e me diz: “Eu vou é mandar colocar cerâmica nessa casa, as paredes já pinte e não estou nem ai!”.

A conversa de pouco mais de uma hora na casa simples da Dona Júlia me remeteu as minhas lembranças de infância, que passavam como um filme em minha cabeça, enquanto a ouvia e imaginava as cenas de luta e resistência que ela me contava ter travado junto com sua família na “cidade de ferro”. Rememorei da corcunda do meu avô materno, causada por um acidente na mina Cauê enquanto perfurava pedra para dinamitação. Houve desmoronamento e ele foi atingido por pedras de ferro que rolaram sobre seu corpo. Lembrei-me do seu olhar sempre triste e cabeça baixa. Das cenas de embriagues que ele protagonizava. Também me recordei da minha avó materna lavadeira, passadeira, costureira, cozinheira da escola do bairro – que proveu a casa com seu trabalho. E, com simplicidade, alegria e amor criou cinco filhas e três filhos. Lembrei-me das histórias que eu ouvia de pessoas que entravam nas barragens de rejeito a procura de ouro e eram surpreendidas pelos tiros da segurança privada da mineradora. Recordei-me dos garimpeiros desaparecidos. E do medo que tomava sempre que um tio materno ia até a represa do Itabiruçu pescar. Angustiada eu sempre rezei para que ele não fosse surpreendido pelos seguranças da Vale.

Para mim é certo que os excluídos da mineração têm muitas histórias de luta, resistência e sofrimento para contar. Mas infelizmente, não encontrei condições emocionais e metais para ouvi-los. As pessoas que nunca trabalharam na Vale e sempre viveram em territórios de pobreza. Que criaram alternativas econômicas para viver na cidade mineradora. As pessoas que guardam memória sobre o vale de silêncios entorno da flor carnívora. São as pessoas que nomeio como excluídas da mineração. Pessoas que construíram sua subjetividade na subalternidade, sendo altivas como Dona Júlia e minha avó materna, ou cabisbaixas e tristes como meu avô materno. Poderia encerra dizendo que são pessoas fortes e de ferro, assumindo o discurso hegemônico sobre Itabira, mas em respeito à história de vida dessas pessoas vou chama-las de combativas e resistentes.

## **A Produção de Subjetividades**

Kathryn Woodward (2003) discute a produção de subjetividades como efeito da linguagem e dos sistemas simbólicos por ela produzidos. Os processos de subjetivação envolvem a associação da identidade de uma pessoa/grupo com diacríticos pessoais reivindicando uma pertinência essencialista a grupos, ou a alguma visão essencialista da história e do passado. (WOODWARD, 2003:12). Assim as identidades são relacionais, constituídas por marcações de diferenças relativas a outras identidades, que adquirem sentido por meio de símbolos. As identidades são diversas e cambiantes tanto nos contextos sociais em que são produzidas, quanto nos sistemas simbólicos que as atribui sentido. As marcações de diferenças ocorrem tanto por meio de sistemas simbólicos de representação, quanto por formas de exclusão social dentro de sistemas classificatórios, estes podem ser sociais, culturais e econômicos. A negação-exclusão sustentada pelas marcações de diferença têm efeitos reais e materiais para os grupos negados ou excluídos. (WOODWARD, 2003:39-40).

As representações culturais, os sistemas simbólicos e de significação produzem posições de sujeito por meio do discurso que constrói lugares a partir dos quais os sujeitos podem se posicionar e se enunciar. Sustentando-se em Ernesto Laclau, Woodward (2003) afirma que na modernidade há uma multiplicidade de discursos criadores de sujeitos, resultando em arenas de conflito baseadas no gênero, na raça, na etnia ou sexualidade. Estas arenas possibilitam outras formas de emancipação social além da classe defendida pelo paradigma marxista. Desta forma os sujeitos são diferencialmente posicionados, e se posicionam de forma diferenciada em todas as diferentes interações sociais – pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada situação. (WOODWARD, 2003:29-33).

Os processos de subjetivação envolvem os sentimentos e pensamentos mais pessoais dos sujeitos, mas são elaborados e vividos em contextos sociais no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência e a identidade adotada. “Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos” (WOODWARD, 2003:55). Os discursos promovem o assujeitamento dos sujeitos, mas estes só têm efeito na medida em que os sujeitos os afirmam para si.

As narrativas sobre Itabira são unívocas ao marcar a dominação econômica, social, e cognitiva realizada pela hegemonia da Vale na cidade há 73 anos. As autoras e autores (OLIVEIRA, C. 1992; SOUZA, M. 2003; SILVA, 2004; MINAYO, 2004; MELLO, 2004; LIMA, G. 2005 & ALVARENGA, 2012;) defendem que a realidade da cidade é de um enclave político-econômico estando às bases para a reprodução material e simbólica de sua população aprisionada pela dependência econômica. Dependência forjada no ideal de economia para exportação, que invisibilizam outras atividades econômicas hierarquizadas sob a hegemonia da economia extrativista mineral. E que condiciona as representações culturais, os sistemas simbólicos e de significação pelos quais as pessoas (re)elaboram sua subjetividade em Itabira. Esta reflexão oferece caminhos para se compreender a influencia da relação Itabira-Vale sobre a identidade política da “cidade de ferro”.

No período das vilas operárias (1950-1990) havia dois tipos de prestação de serviços em saúde, educação, habitação, saneamento e previdência um privado para os funcionários e outro público para o restante da população, sendo o primeiro de qualidade e eficiência em comparação ao segundo. Ainda hoje há esta separação excetuando-se os serviços de habitação e saneamento. Os funcionários contavam ainda com hospital, supermercado, clubes e escola exclusivos. Atualmente pertencem a outras empresas, com exceção dos clubes que continuam com a separação Ativa para os engenheiros e Metabase para os operários. Neste processo os benefícios sociais da mineração retornam de forma segregada a população, produzindo uma *cidade cindida* em escala espacial, social, política e cultural.

Nesse processo de construção de uma cidade funcional às demandas da mineração o poder público municipal – no princípio subjugado ao poder público federal – aliou-se aos interesses econômicos (inter)nacionais na produção de uma cidade cindida, cuja segregação espacial produziu também uma segregação das relações sociais. Divididos entre quem trabalhava na Vale e entre quem não trabalhava os itabiranos foram submetidos a uma potente distinção social que também os dividiu na alma. Como bem descreveu Newton Baiandeira, em entrevista por e-mail respondido no dia 03/12/11:

Ana: Fale-me sobre os “conflitos humanos”<sup>29</sup> que a diferenciação entre quem trabalhava na Vale e quem não trabalhava gerava a cidade de Itabira.

Newton Baiandeira: É uma expressão poética sobre a quase obrigação de o itabirano trabalhar na Vale e receber do comércio um tratamento VIP em detrimento a outros que sonhavam alcançar esse intento. Muitos sofriam de “problemas da alma”, se achavam incompetentes ou incapazes de realizar a proeza. Esses fenômenos me incomodavam muito. Fiz alguns trabalhos poéticos sobre isso. Acho que este poema resume bem esses conflitos:

### **A DÍVIDA**

Vem ver, Senhora, o buraco da terra  
Largo e fundo, é do tamanho do mundo.  
Vem ver, Senhora, o buraco das almas  
Do sonho que sem medir fomentastes  
O pesadelo que, sem razão, ignoras  
É do tamanho da vida.  
Vem ver, Senhora, o buraco dos homens  
A sociedade que dividistes  
Duas lâminas em constante combate  
Uma, que de bom grado construístes, é vida  
Outra, que ignorastes, sem rumo, insana, suicida.  
Vem Senhora, ver pelo avesso  
(embora não tenha culpa)  
Que vossa dívida não tem preço

Baiandeira me apresentou o poema *A Dívida* logo após responder sobre os conflitos gerados pela marcação de diferença entre trabalhar ou não na Vale. Conforme o músico, quem trabalha para mineradora “tem tratamento VIP” no comércio, enquanto os demais sofrem “os problemas da alma” resultados do sentimento de incapacidade para trabalhar na mineradora e receber o mesmo tratamento. Baiandeira trabalhou na Vale um ano (1978-1979), afirmou que se demitiu para seguir a carreira artística. E que na greve de 1989 fez “um show de madrugada no Valério, lotado de trabalhadores grevistas da CVRD”<sup>30</sup>.

No poema há uma crítica aos efeitos da mineração em Itabira, mas em nenhum momento o agente dominador que abre um buraco “do tamanho do mundo” é nomeado. A palavra “buraco” pode ser substituída, sem perda semântica, por “vazio” porque remete a ideia de ausência. A noção de falta auxilia na compreensão da palavra “buraco” repetida no poema. Para Lacan a falta é a condição de possibilidade do desejo, e também a delimitação do vazio que não pode ser representado por outra coisa a não ser

<sup>29</sup> Expressão utilizada por Newton Baiandeira na entrevista por e-mail respondida em 28/11/11.

<sup>30</sup> Frase extraída da entrevista por e-mail respondido no dia 03/12/11.

pela *falta* (DARRIBA, 2005). De tal modo, “o buraco da terra” refere-se à ausência, à falta, à perda do Cauê. “O buraco das almas” remete à falta como condição do desejo fomentado pelo ideal de ego social, que no contexto de Itabira relaciona-se a vida de classe média urbana. Por fim, “o buraco dos homens” representa a delimitação do vazio, a falta de vida. Vida que é ofertada “de bom grado” a uma parte da cidade, e negada a outra. O vazio ignorado remete a morte.

A “Senhora” convidada a ver o buraco da terra, das almas e dos homens é uma metáfora que pode representar tanto a Vale quanto a mineração. Entretanto, na segunda estrofe o “buraco das almas” é simultaneamente o “sonho fomentado” e o “pesadelo ignorado”. Já na terceira estrofe o “buraco dos homens” é a sociedade dividida pela “Senhora”. Um combate de duas laminas. Em uma a “Senhora” constrói a vida, na outra a ignora, e está “sem rumo, insana, suicida”. Na última estrofe a “Senhora” é convidada a ver as coisas que ignora pelo revés. O eu-lírico isenta de culpa a “Senhora”, mas atribuí a ela a “dívida sem preço”. Embora o eu-lírico, a voz que expressa à subjetividade do poeta, não faça nomeação direta outros elementos do poema dão a conhecer quem é a “Senhora” convidada a ver o “buraco largo e fundo, do tamanho do mundo”, possivelmente o Cauê transformado em cava. A “Senhora” responsabilizada pela sociedade dividida, e por sua metade excluída que ruma insana e suicida, é a Vale.

Em relação aos conflitos ensejados em Itabira pela distinção social que refletia a cidade cindida, Newton Baiandeira, em e-mail respondido no dia 28/11/11, afirmou que hoje a distinção de quem trabalha na Vale em relação aos demais é mais amena, o que teria reduzido os conflitos:

Ana: Há em Itabira algum “esquerdista perdido sonhando conflitos<sup>31</sup>”?

Newton Baiandeira: O esquerdista sempre haverá. Os conflitos daquela geração é que vão se tornando cada vez mais amenos. Ainda é sonho maior de parte dos itabiranos “Entrar na Vale”, contudo, os salários da empresa hoje não tornam seus funcionários diferenciados dos demais como naqueles tempos, isso reduziu os conflitos humanos que essa diferença causava na alma da sociedade itabirana. O crescimento da imagem do poeta CDA e a realidade da UNIFEI<sup>32</sup> também contribuíram para novas alternativas de desenvolvimento econômico, isso fez inibir o suposto poder supremo da Vale.

Colaborando para o entendimento destes “problemas da alma” Minayo apresenta um relato no qual é descrito o “combate de duas laminas” mencionados no poema. A autora afirma que numa sociedade de “pobres” aqueles que trabalhavam na Vale

---

<sup>31</sup> Expressão extraída da música: Um cassino chamado Brasil de Newton Baiandeira.

<sup>32</sup> A Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) inaugurou o Campus Itabira em julho de 2008. Por meio de uma Parceria Público Privado entre a Prefeitura Municipal de Itabira e a Vale.

ostentavam seu “bom ordenado” como quem exibia um bilhete de loteria premiado, na exibição de seu status quo:

Tinha gente que botava nota na frente do carro para os outros verem. Enfiando na botina bem a vista. Tem uns que ainda hoje, quando dá fê, eles ainda estão com a nota na botina mostrando. Eles abriam assim na banca da oficina, só para onda, né? Só Cabralia, nota de mil. Para mostrar que a gente nunca ia chegar lá. Uns passavam fazendo leque com a nota. Tudo é verdade. (Relato colhido por MINAYO, 2004:199).

Cresci nas ruas do João XXIII ouvindo meus vizinhos e parentes cujos pais não trabalhavam na Vale me dizer que eu era “a filha da mamãe doce”. Esta assertiva sempre soou para mim como uma acusação. Ouvia sempre que ia à escola com uma nota de mil cruzeiros e comprava doces para mim e para meus colegas. Ouvia quando retirava da minha mochila a caixa de lápis de cor Faber Castell com 36 cores, que mais ninguém tinha. Ouvia quando saía na rua com meu brinquedo da Estrela que havia recebido de natal da Vale. Eram aqueles que não tinham as regalias, os privilégios, as vantagens, os benefícios econômicos e sociais de quem estava ligado diretamente a Vale me dizendo da divisão social do trabalho que operava a segregação social das relações entre os sujeitos. Havia os profissionais do setor de serviços (médicos, professores, políticos, etc.) que também desfrutavam de benesses sem serem funcionários da empresa. Nunca me senti confortável com esta filiação, mas não posso negar que o fato de meu pai ter sido eletricitista da Vale me trouxe capitais, pelos quais colho benefícios até hoje.

Os conceitos de qualificação, de diferenciação interna dos trabalhadores e de processo de trabalho contínuo começam a se afigurar como centrais na construção do coletivo operário. Sua identidade é forjada no ferro de emoções, de conflitos e de orgulho pela pertença à família da Vale-Mãe, essa criatura-criadora de uma cultura institucional urdida na ética, na disciplina do trabalho e do empreendedorismo obediente, assim como no autoritarismo, no clientelismo e no corporativismo, marcas indelévels da cultura política nacional-desenvolvimentista. (MINAYO, 2004:81).

São estes benefícios que até os dias atuais agem como um feitiço a atrair pessoas para trabalhar na Vale. Atraídos pelo sonho de desfrutar das benesses de ser um empregado da mineradora, ainda que na atualidade ela não seja mais a mãe-doce e seus funcionários não tenham mais os muitos benefícios de outrora: bolsa de estudos para os filhos nas escolas privadas da cidade, festa de fim de ano com direito a brinquedo Estrela para todos os filhos, subsídio para compra de medicamentos e material escolar, etc. Ser empregado da Vale continua sendo signo de distinção social na medida em que seus funcionários têm “melhor tratamento” que os funcionários das empreiteiras e do setor de serviços no comércio. E desfrutam de benefícios adicionais, tais como, plano de

saúde e previdência da Vale – Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale (PASA) e Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (VALIA) respectivamente, subsídio à educação de nível superior com 85% da mensalidade sendo reembolsado, cartão cultura com crédito mensal de R\$50,00 para compra de livros e ingressos em atividades culturais, e cartão alimentação com crédito mensal de R\$620,00. Este poder atrativo pode ser verificado na fala das entrevistas gravadas no dia 26/11/11 com um funcionário da Vale e outro de empresa terceirizada:

Ana: Você acha que trabalhar na Vale não seria um bom negócio para eles [jovens]?

Trabalhador da Vale: Olha, para eles trabalharem e estudar hoje é um bom negócio, para os jovens que estão começando hoje. Porque a empresa paga 85% da escola, do curso da escola. E como está fácil hoje estudar e formar doutor eles não podem perder a oportunidade. Todos que estão chegando lá eu falo, com as pessoas mais jovens, pra estudar e formar doutor. Porque pra quem vive em Itabira a mina vai ter um fim um dia, não é? E eles não podem perder está oportunidade de estudar.

Ana: Que vantagem você vê em ser funcionário da Vale em desvantagem de ser funcionário de empreiteira?

Trabalhador Terceirizado: A questão salarial não é muito diferenciada hoje em dia não. Porque o piso salarial da Vale difere muito pouco. O diferencial são os convênios que a Vale têm. Ela possibilita o funcionário estudar, ela dá ajuda de custo com a faculdade, tem os convênios médicos melhores. Além dos incentivos da PR<sup>33</sup> de fim de ano. É um dinheirinho bom.

Ana: Essas são suas expectativas de trabalhar na Vale?

Trabalhador Terceirizado: São grandes. E hoje em dia do jeito que o mercado está aquecido a possibilidade de entrar e efetivar agora é mais fácil. [...] Que eles vão fazer uma outra usina. Ela vai fazer mineração em 50 anos do próprio rejeito, que já era lixo pra Vale, vai voltar e fazer tudo de novo o processo. Então a Vale vai contratar muito nos próximos dois, três anos.

Há que se ressaltar que os benefícios que a Vale oferece a seus funcionários na educação, saúde, e moradia é parte do salário indireto pago pela mineradora. Além da política de desenvolvimento regional instituída pela CVRD, no período estatal, em seu estatuto, como a publicação comemorativa dos 50 anos admite. Outra informação pertinente é que a Vale negocia com o sindicato METABASE o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2015/2016) e acena com a possibilidade de manter apenas o cartão alimentação e os planos de saúde e previdência aumentando o percentual abatido nos salários para o pagamento dos mesmos. (DEFATONLINE 04/11/2015).

Conforme consta de seus estatutos, a Vale do Rio Doce deve aplicar até 8% de seu lucro líquido anual em investimentos voltados para o desenvolvimento socio-econômico das áreas em que opera nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. (CVRD, 1992: 271).

---

<sup>33</sup> Participação nos Resultados (PR) da produção da mineração no ano anterior ao pagamento da PR.

A política de distribuição de benefícios aos funcionários do período estatal, rendeu a Vale o nome e a condição de mãe-doce. Mesmo na atual gestão austera e parcimoniosa de benefícios, pós-privatização, esta alcunha não se desvencilhou do imaginário coletivo da cidade, que tem com a mineradora “uma relação de amor e ódio”, conforme Silva (2004). A geógrafa referindo-se a esta relação registra:

“Itabira, como um todo, continua ligada a CVRD como uma árvore a suas raízes. Isso fica evidente na forma de sua participação em várias entidades e instituições locais, nos depoimentos dos atores sociais e nas outras pesquisas realizadas. Não se pode negar a relação de amor e ódio entre Itabira e CVRD e entre itabiranos e CVRD”. (SILVA, 2004:245).

Minayo (2004) ao analisar a cultura organizacional dos trabalhadores da Vale aponta alguns mecanismos de poder que inviabilizam a formação de uma classe operária mobilizada, ao mesmo tempo em que controlam as possibilidades de mobilização incorrendo em reverberações desta “cultura operária” na “cultura da cidade de ferro”. Os mecanismos descritos são o período de experiência através do qual a disciplina e adesão às normas da mineradora é requisito para a efetivação do contrato de trabalho. As repressões policiais a greve de 1945 e 1989, com demissão sumária dos envolvidos na mobilização, além do desconhecimento sobre o paradeiro dos envolvidos na greve de 1945, que juntamente com o sindicato criado pelo Estado para amortecer as queixas e reivindicações. O poder de gerir a produção do espaço em função da expansão da extração mineral, e determinar às áreas interditas a vida social.

Em Gonzales Cruz encontrei o relato do jornalista José Francisco de Brito que descrevem esses mecanismos de poder sobre a produção do espaço e da subjetividade em Itabira.

A Vale atualmente [1980], depois que ela formou esse patrimônio que ela tem, que ela é, pratica abusos tremendos aqui na cidade. [...] a Vale tirou de casa uma família, pai, mãe, filhos e tal, aqui de um bairro perto, 9 horas da noite. Empregados dela, armados de metralhadoras botaram o pessoal no olho da rua. A Vale na cidade exerce uma pressão de dois modos: uma pressão latente, escondida, em que ela acena coisas, oferece empregos, vantagens, e não sei mais o quê, isso e aquilo para o indivíduo entrar no esquema; ou então, se o indivíduo não participa ela exerce o poder. Além disso, outro caso que eu tenho arquivado, de uma senhora que foi desapropriada aqui numa área entre o bairro Água Fresca e o bairro Amazonas. A mulher tinha acabado de ter um filho, estava ainda no período de resguardo, dormindo, sete horas da manhã no barracão dela, com papéis que ela mesma pagou. Impostos, luz, que ela pagava em nome dela; água não tinha. A Vale resolveu que o terreno era dela, era da Vale. Chegaram lá derrubaram direto o barracão com a mulher lá dentro, filho e tudo. Acontece que a mulher entrou num choque emocional, passou três dias no hospital. Saiu do hospital, tinha perdido a visão do olho direito. E como ouvi um grito – eu documentei o fato, também um advogado

assumiu a causa pra ela a troco de nada, então ela continua morando lá ainda. Não sei quem reconstruiu a parede lá do barraco. E a coisa continua. A Vale comprou dois jornais que existem aqui na cidade, afora o Jornal de Itabira. Até por um dinheiro muito pequeno, por sinal. Essa opressão é feita de mil maneiras. Todo mundo sabe que poder é sempre poder. O poder econômico, principalmente, é o que funciona na nossa época, no nosso tempo. (GONZALES CRUZ, 1980:75-76).

De que formas as pessoas em Itabira elaboram os símbolos, as representações e os significados discursivamente produzidos sobre a relação assimétrica de poder entre Vale e Itabira? Como as expressões: “cidade do ferro”, “itabirano acomodado”, “cidade subserviente”, “relação de amor e ódio”, e tantas outras, presentes no imaginário coletivo, além das histórias de exercício explícito de violência, organizam a consciência individual e a experiência social das e dos itabiranos. Influenciam a maneira pela qual as pessoas vivenciam e significam suas experiências em Itabira? Nas entrevistas que realizei em 2011 há elementos que permitem compreender como essas elaborações acontecem.

Três horas depois de responder o segundo roteiro de perguntas enviado em 01/12/11, Newton Baiandeira me pediu para trocar o nome Vale de suas respostas por outra referência. Tranquilei o músico, que muitas vezes se apresentou em atividades culturais financiadas pela Vale, dizendo que preservaria o nome dele, creditaria referência apenas a música *O trem que leva mina* cuja autoria é pública notória. O receio do músico poeta de ser identificado como um opositor a Vale é sintomático da dominação exercida pela mineradora sobre a subjetividade das pessoas na cidade. Para está monografia solicitei a sua esposa autorização para identifica-lo.

Na entrevista por e-mail com outro músico itabirano, respondido no dia 01/12/11, o mesmo descreveu como percebe o ideal de ego social existente em Itabira: trabalhar na Vale. E relatou sobre seu posicionamento em relação a este ideal. E sua conjectura sobre o fim das atividades de mineração em Itabira.

Ana: O que é Itabira com a Vale?

Músico Itabirano: A Vale é hoje, o ideal para muitos e muitos jovens na cidade, pois acreditam que a empresa vai lhes dar um futuro melhor ao futuro que teriam trabalhando em outras empresas, mas acredito que a representatividade da Vale mais marcante é a destruição dos recursos naturais da cidade.[...] Isso significa que desde pequeno(a) a criança aprende que trabalhar na Vale lhes garantirá uma vida de estabilidade financeira, pois a empresa oferece salários que são bastante tentadores, mas isso apenas na visão de quem sonha em se criar sem muita estrutura de estudo e conhecimento que vai muito além do horizonte que é proporcionado pela Vale.

Ana: O que representa para você trabalhar na Vale?

Músico Itabirano: Representa estar sendo complacente com a empresa que acabou e ainda acaba com todos os recursos naturais da cidade, representa estar em conformidade com a degradação que a Vale propõe.

Ana: O que você acha que vai acontecer a Itabira com o esgotamento do minério de ferro?

Músico Itabirano: É meio estranho pensar sobre isso, mesmo sendo uma pessoa que não compactua com as atividades da empresa eu compreendo o que ela representa na vida de grande parte da população, e essa pergunta ela tem um peso muito grande. Eu acredito que a cidade venha a se tornar um fantasma, pois terá se esgotado a natureza, a população, as condições de vida, os sonhos, será uma cadeia de acontecimentos e fatos que poderão acontecer, é algo meio utópico diante da proporção que a Vale é aqui na cidade.

Questionei os entrevistados sobre a presença da Vale em Itabira e a possibilidade de sua ausência. As respostas variaram entorno da dependência econômica e da dominação da mineradora sobre a cidade, para a pergunta Itabira com a Vale? Já sobre a ausência da mineradora as respostas variaram entorno do fim do mercado de trabalho, a morte da cidade, e há possibilidade do polo educacional se tornar a principal atividade econômica da cidade.

Ana: O que é Itabira sem a Vale?

Trabalhador Terceirizado: Só como uma cidade histórica, nada mais. Porque quando isso acontecer ninguém fica aqui mais pra estudar, pra trabalhar todo mundo vai ter que sair. Porque sem Vale Itabira não tem mercado não.

Ana: O que é Itabira com a Vale?

Aposentado da Vale: Já ia falar que é uma merda. (risos) Itabira com a Vale é isso que você está vendo aí. Não tem nada. Não faz nada. Não consegue andar com as próprias pernas. É uma cidade que depende da Vale em tudo. A Vale manda e desmanda. Então é isso é uma cidade dependente.

Ana: O que é Itabira sem a Vale?

Aposentado da Vale: É uma cidade morta!

Ana: O que é Itabira com a Vale?

Newton Baiandeira: Uma sociedade dividida entre quem manda e quem faz e todos curvados à pura e única mineração. E olha que melhoramos muito! Éramos uma sociedade dividida entre escravos - na essência da palavra- e escravos muito bem remunerados da Rainha do Vale do Rio Doce.

Ana: O que é Itabira sem a Vale?

Newton Baiandeira: A meu ver, um município lindíssimo, cheio de belezas naturais e culturais e com forte tendência a polo educacional. Uma gente talentosa e boa que se rendeu ao tudo pronto e à mão pelas mãos da Vale sem pesar a qualidade desse suposto investimento. Servil, quase perdeu o trem da história. Com certeza, com a educação que vem aí, somos um próspero e independente município com um futuro orgulhoso a se construir. Já não ando sonhando conflitos, mas ainda sou um esquerdista perdido entre as armas de Hitler e ideias de Marx! Solta o Trem que Leva Minas!

Ressalta-se que apenas o Newton Baiandeira enxerga um futuro para a cidade sem a mineradora. O que está implícito na perspectiva trágica dos outros entrevistados e da maioria dos(as) itabiranos(as) é a potência cognitiva da aceção de desenvolvimento

que temos arraigado em nosso modo de pensar e agir socialmente. É, também a ressonância do ideal de desenvolvimento brasileiro pautado na economia para exportação que tem com principal produtor de divisas o extrativismo mineral. Uma economia colonial que atravessou o tempo se mantendo no Estado Democrático com o mesmo papel. O credo no desenvolvimento é tão forte que não vislumbramos nada fora dele, e não conseguimos sonhar nada sem ele, haja vista que o Newton Baiandeira recusa o desenvolvimento gerado pela Vale, mas anseia por outro desenvolvimento possível através da criação de um polo educacional em Itabira – que Souza (2003) nomeou como terceira Itabira.

Silva (2004) designa como terceira Itabira a projeção de “diversificação econômica” para a cidade. Motivada pela mobilização ensejada com o Licenciamento Ambiental Corretivo (LOC/1996-2004) e pelo anúncio (não cumprido) da desativação da mina do Cauê, Silva aposta em planejamentos de desenvolvimento: para instalação de indústrias, turismo rural e histórico, piscicultura, fruticultura, e adjetiva como promissora a expansão do ensino de nível superior para um “polo educacional.” (SILVA, 2004:186). A proposta da terceira Itabira é a elaboração de planejamentos técnicos de urbanização e desenvolvimento econômico acompanhados de implementação de políticas públicas eficientes. (SILVA, 2004:244-245).

Hall (2013) ao falar dos processos de subjetivação afirma que os sujeitos são discursivamente construídos, e essa construção se dá em relações de poder, logo, os modos de subjetivação estão ligados a experiência social através da qual os sujeitos dotam o mundo de sentido, e elaboram significações a partir do sistema de poder em que estão submetidos. A soma das significações dos sujeitos forma a cultura, desta forma ela é sempre compartilhada nas “descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem suas experiências comuns” (HALL, 2013:147). A significação de cultura como domínio das ideias ligadas a prática social é elaboração de Williams (1977) que, por esta fórmula definiu a teoria da cultura como “a análise das interrelações, concebidas como parte de um processo social e material total e conectado”. (WILLIAMS, 1977:161).

A definição de cultura de Williams estabelece que a experiência dos sujeitos se dá em condições não determinadas por eles, mas em estruturas que condicionam suas experiências. E condicionar é diferente de determinar. A maneira como os sujeitos elaboram suas experiências, refletem suas vivências, dentro das estruturas sociais,

Williams nomeou de *estrutura de sentimento*. Hall auxilia no entendimento deste conceito: as estruturas de sentimento são “categorias que simultaneamente organizam a consciência empírica de um grupo social específico e o mundo imaginativo criado pelo escritor. Por definição, essas estruturas não são individualmente criadas, mas sim coletivamente.” (HALL, 2013:151). Para compreender a cultura de uma sociedade é preciso ler as estruturas das relações pela forma como são vividas, experimentadas, pelos sujeitos.

Em Itabira, assim como no Brasil e no mundo, o imaginário social se constituiu condicionado por discursos eurocentrados, alimentados pela colonialidade do saber-poder. O horizonte circunscrito foi, e, é o ideário de desenvolvimento. E a apropriação predatória da natureza para alcançar tal horizonte é legitimada em nome do bem maior, em nome do desenvolvimento. Legalizada a apropriação predatória, os sujeitos são condicionados por ela, são também emudecidos ante as grandes assimetrias de poder. Grandes assimetrias de poder conforme Foucault (1990) levam a formas de resistências na mesma proporção e intensidade. Da mesma maneira que as redes das relações de poder formam um tecido espesso que atravessa as instituições, sem se localizar neles, também a “resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais”. (FOUCAULT, 1990:92).

Diferentes autoras e autores recuperaram e reescreveram a história afirmando a suposta vocação de Itabira como cidade mineradora. Grande parte das narrativas contextualiza Itabira afirmando que sua história se confunde com a história da Vale. Os sistemas simbólicos e de representação que vocacionam itabiranos a serem mineradores, e interpelam os sujeitos a nível consciente e inconsciente a assumir posições dentro desta ideologia. A marcação da identidade pelo diacrítico trabalhar na Vale estabeleceu como identidade positiva ser trabalhador da Vale, positividade reiterada pela relação de tal posição a conquista de bens materiais e culturais associados à melhoria de condições de vida, acesso a modernidade e suas tecnologias.

Assim a identidade negativa é não ser trabalhador da Vale, sendo a negatividade reiterada nas situações em que estes sujeitos são despossuídos dos bens materiais e culturais, localizam-se nas periferias, marcadas pela carência de infraestrutura urbana, serviços públicos de qualidade e áreas de risco ambiental. É neste discurso constitutivo e performativo de subjetividades generalizadas e de práticas sociais desiguais que as pessoas em Itabira são interpeladas a se inscrever no simbólico e elaborar suas possibilidades de subjetivação, construindo estratégias para alcançar o ideal de ego

social, ou para resistir e subverter este ideal em atos de liberdade.

O território de Itabira tem sido reordenado, com algumas áreas sendo interdidas de forma permanente, como nas áreas a jusante e a vazante das barragens de rejeito do Pontal, da Conceição, do Dois Córregos e Santana. A territorialização da mineração em Itabira faz do território uma “mera plataforma territorial econômica” produtora de commodities, “máquina de exclusão, esterilização de excedente social, depredação cultural, desfiliação, degradação ambiental e predação de pessoas e espaços geográficos” (BRANDÃO, 2010:39). Num processo de *reiteração do capitalismo dependente* brasileiro a economia de exportação (PAULA, 2010) via *apropriação territorial espoliativa* que transforma o território em mera plataforma econômica (BRANDÃO, 2010).

A violência dos processos de desterritorialização pela mineração em Itabira se evidencia nas mudanças forçadas pelas quais as pessoas foram sujeitadas. Pela imposição de novas condições sociais e subjetivas de existência. Condições que ao longo do tempo sofreram novas alterações em atendimento aos imperativos de produção da economia extrativista mineral. A ocorrência contínua destes processos de desapropriação leva as pessoas que moram nas áreas reconhecidas como áreas de mineração, por possuírem no subsolo jazidas de minério, a uma insegurança quanto à permanência das mesmas no território. Uma vez que o discurso hegemônico inverteu os fatos históricos e inscreveu no imaginário social que a cidade cresceu por sobre as áreas de mineração, quando na realidade a mineração vem crescendo, a comando da Vale há 73 anos, sobre a cidade.

A expansão das minas foi acompanhada da criação de barragens de rejeito, com consequente assoreamento de córregos e rios – o que inviabilizou a prática da pesca, lazer, dessedentação de animais e cultivos agrícolas. A sistemática extração mineral incorreu no rebaixamento dos lençóis freáticos, com graves consequências para o abastecimento de água autônomo da cidade. Ademais realizou extrema supressão da vegetação. As constantes dinamitações nas minas provocam, com regularidade, tempestades de poeira que cobrem todo o perímetro urbano. Há intensa poluição sonora sentida com maior intensidade nos bairros próximos a mina. Em suma, todos os danos ambientais que uma extração mineral, a céu aberto, numa extensão de cerca de 15 km pode provocar, sobretudo à população mais pobre que não participa da distribuição direta das riquezas produzidas pela mineração, ficando refém de serviços públicos inadequados e insuficientes – em expressiva situação de injustiça ambiental.

Destarte a mineração em Itabira mantém o monopólio do uso e controle da produção do território por práticas espaciais de acumulação por desapropriação, associadas a exercício autoritário de poder, aliada a uma leitura particular do passado da cidade que projeta sobre o imaginário coletivo que a cidade está vocacionada a mineração. Tal dominação sobre a apropriação do território é assegurada pelo que Ribeiro (20012) nomeia como “ideologia e utopia do desenvolvimento” (RIBEIRO, 2012:212). Trata-se do “sistema de crenças sempre envolvido com leituras particulares do passado e formulações sobre o futuro em escala global” (RIBEIRO, 2012:212). Os sistemas simbólicos e discursivos da ideologia do desenvolvimento estabelecem classificações para os povos, sociedade, e regiões. E estas classificações “produzem estereótipos úteis para sujeitar pessoas por meio de simplificações que justificam a indiferença à heterogeneidade” (RIBEIRO, 2012:215). Entre as pretensões universalistas da ideologia do desenvolvimento esta a alegação de sua inevitabilidade. Entretanto, o desenvolvimento não é mais que um discurso globalizante, carregado de elementos iluministas, que interligam “ideias, termos e imagens, incluindo ‘liberdade’, ‘bem-estar’, ‘direitos’, ‘soberania’, ‘representação’ e o termo chave ‘democracia’” (RIBEIRO, 2012:217).

Em Itabira este complexo sistema de dominação foi exercido dialogando com os apelos por desenvolvimento em diferentes épocas, associadas às mudanças sociais que foram lidas pelo imaginário social como progresso. Assim, há de se compreender porque as narrativas marcam a implantação da Vale como decisiva para o desenvolvimento econômico da cidade. A *cidadezinha qualquer* assiste a um aumento populacional, seguido da construção de infraestrutura para a mineração e para os operários da mineração. Embora processos de desapropriação ocorram e elimine as Vilas operárias, tais processos são seguidos de expansão urbana regulada pelo poder público. Ademais as desapropriações dolorosas são justificadas como necessidade de maior produção e está associada a mais desenvolvimento, associação que ganha sentido na prática, pois nos períodos de modernização do processo minerário se promove a oferta de empregos e consequente aumento da circulação monetária, aquisição de bens materiais e culturais pela população. Contudo isto ocorre sempre de maneira desigual, e na conclusão das obras de expansão resulta em altas taxas de desemprego justificadas por crises na venda do minério, como a que ocorreu entre abril e agosto de 2015.

Esta situação sempre recorrente, ao longo de 73 anos gerou um perverso e sistemático sistema de “descaso planejado” (SCOTT, P. 2009). Este termo reconhece que em projetos de desenvolvimento como a mineração, “tudo é cuidadosamente planejado e permanentemente negociado” até sua concretização, mas por sujeitos em

posições desiguais, e “via de regra, mais cedo ou mais tarde as populações que se encontram no caminho dos projetos terão que ceder a eles, por mais que consigam impor certas condições para, como dizem os planejadores ‘mitigarem’ os impactos.” (SCOTT, P. 2009:10). Este *descaso planejado* em Itabira resultou num quadro de “insegurança estrutural” (SCOTT, P. 2009:187). A crença do trabalho na Vale como única forma de alcançar mobilidade social, atrelada a uma intensa desigualdade de renda e oferta de serviços públicos inadequados e insuficientes coloca à população mais pobre impedimentos sociais e subjetivos a superação de suas vulnerabilidades, que num contexto de mineração são agravadas pela degradação ambiental reconhecidamente geradora de doenças respiratórias e cardiovasculares (BRAGA *et all*, 2007).

E também “insegurança administrada” (SCOTT, P. 2009:188) na medida em que o sistema de regulação ambiental, por meio do Instituto Mineiro de Gestão de Água (IGAM) concedeu a partir de 2004 seguidas outorgas de uso e captação de água a Vale, em contra partida seria realizado um convênio de cooperação técnica entre a prefeitura e a Vale “com o objetivo de equacionar a oferta de água em Itabira” (ALTÍSSIMO, 2010:92). Passados onze anos o desabastecimento da cidade se agravou. Há total ingerência do poder público sobre os recursos hídricos. Desde 2002 os bairros de periferia da cidade passam por racionamentos de água nos períodos de pouca chuva, mas nos últimos dois anos este racionamento foi estendido a quase toda a cidade, excetuando os bairros tidos como área nobre. Há bairros em topografia mais elevada como Santa Ruth, Fênix, Praia, Jardim das Oliveiras, entre outros, que as residências chegam a ficar até cinco dias sem abastecimento de água. Não se trata propriamente de algo inusitado, no sentido de inesperado, pois a preocupação com este desabastecimento ocorre desde 2002 (OLIVEIRA, C. 2002), entretanto é claramente uma insegurança gerada por uma ação específica, uma política do Estado, uma omissão que afeta diretamente a população, “um quadro de ‘insegurança administrada’, em função das condições de vulnerabilidade e dependência a que vão sendo submetidas as famílias, o que se associa à experiência e ao sentimento de privação predominante.” (ZHOURI *et all*, 2012:190). Outro exemplo no mesmo sentido é a barragem de rejeitos do pontal, que iniciasse as margens do bairro Nova Vista e se estende por pouco mais de 12 km em direção a Santa Maria de Itabira, em períodos chuvosos a barragem requer constante monitoramento, pois corre o risco que a mistura de rejeito e água transborde o dique como aconteceu em 2010.

## **PARA ALÉM DO DESENVOLVIMENTO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS**

### **As Narrativas Sobre Itabira**

As autoras e autores que enunciaram sobre a presença da Vale em Itabira podem ser divididos em três grupos de discursos: os *críticos complacentes*, os *acríticos convenientes* e os *críticos rigorosos*. Os primeiros são as narrativas que destacam as consequências socioambientais do extrativismo mineral, mas defendem que os males ambientais, sociais, políticos, econômicos e culturais podem ser mitigados. O segundo grupo são das narrativas que relativizam a gravidade dos efeitos socioambientais do extrativismo mineral e defendem o desenvolvimento sustentável. O terceiro grupo são as narrativas poéticas que em verso, prosa ou murmúrio bradam contra a mineração em razão das consequências socioambientais. As linhas que se seguem tem o intento de apresentar estes discursos, arbitrariamente agrupados, mas que permaneceram entrelaçados como na colcha de retalhos em que foram encontrados.

As autoras Cecília Oliveira (1992), e as Marias (SOUZA, 2003; SILVA, 2004 & MINAYO, 2004), principais referências às obras sobre Itabira trazem similitudes em seus discursos, e por vezes dialogam entre si trazendo citações umas das outras. Asseveram que o processo de urbanização organizado pela Vale dualizou a cidade, em Itabira da Vale e a Itabira histórica. Uma divisão econômica, social, política, e cultural. E este discurso é reforçado pelo diálogo entre as obras.

**No município passou a existir uma clara distinção entre a população que trabalhava na Vale e os que não exerciam cargos na empresa.** A política adotada pela Companhia em relação à cidade e a população foi de responsabilizar-se, em parte, pelos serviços de saúde, educação, alimentação e habitação. Entretanto, despreparada para a expansão urbana **a cidade centenária não teve condições de planejar seu próprio crescimento que se deu desordenadamente em função do crescimento da CVRD.** (OLIVEIRA, C. 1992:46 *grifos meus*)

Dessa forma, **a configuração da antiga Itabira torna-se dual, diferenciada hierarquizada e segregada de maneira imposta pela mineradora.** Os processos de segregação e hierarquização, comuns em outras cidades (mono)

industriais, traduzem, no nível da estrutura urbana, a hierarquia existente no interior da grande empresa mineradora. Passam a existir duas cidades diferenciadas: a “cidade pública” anterior a CVRD, constituída pelos bairros de formação “espontânea” e os que surgiram em paralelo aos da “cidade privada”, planejada e construída pela empresa para abrigar parte de seus empregados. (SOUZA, M. 2003:41-42 *grifos meus*).

De um lado vem o “progresso” sintetizado no aumento da população, no dinamismo do mercado de trabalho, na intensificação do comércio, na melhoria dos meios de consumo coletivo (transportes, escolas, assistência médica, infra-estrutura básica), de outro a sensação de que **a CVRD penetra em todos os recantos da sociedade local, “cidade invadida”, revolucionando suas relações e atingindo sua concepção de mundo.** (MINAYO, 2004: *grifos meus*).

As autoras fazem parte do *discurso crítico complacente* à economia extrativista. Oliveira (1992) ao analisar a dependência econômica de Itabira a mineração, resume o grande mal feito pela Vale a Itabira a não criação de uma siderúrgica: “a industrialização do minério de ferro, junto às jazidas minerais, geraria emprego para milhares de pessoas, permitiriam a instalação de fábricas subsidiárias, melhorariam o padrão de vida da população local; e, promoveria o desenvolvimento econômico e social da região onde instaladas” (OLIVEIRA, C. 1992:20) Itabira teria fugido ao enclave econômico e político, “diversificado” a economia, e não estaria sob o domínio da mineradora. Quanto à questão ambiental aponta a necessidade de reflexão sobre as agressões ao meio ambiente, e traz a voz de sua irmã mais velha Maria Alice de Oliveira Lage para alertar “administradores e políticos a cerca dos graves erros cometidos devido à exclusão, à omissão e à ignorância das leis que regem os processos naturais sobre os quais se assenta o equilíbrio da natureza” (OLIVEIRA, C. 1992:59).

Souza (2003) ao analisar a produção do espaço em Itabira a partir da mineração, se debruçando sobre os processos de desterritorialização das décadas de 1960, 1970 e 1980 afirma a segregação socioespacial da cidade funcional com a qual se configurou Itabira de 1940 a 1980. Quarenta anos de relação tutelar com a Vale, marcada pela ideologia da gratidão a mineradora que trouxe o emprego e o desenvolvimento. E estabeleceu uma relação de débito entre a Vale benevolente e os recebedores. Uma relação de dominação na qual direitos são significados como favores e benevolência, e em troca a Vale recebe lealdade e obediência. Para Souza (2003) a produção do espaço pela Vale produziu um território de consumo para produção e acumulação da mineração. Consumo do espaço voltado à reprodução da força de trabalho e suporte das relações sociais e de produção.

Enquanto foram rentáveis os bairros dos operários de baixa qualificação ficavam

quase dentro das minas. Quando a rentabilidade passou a significar intensificação do processo minerário os operários foram desterritorializados de forma invasiva, conflituosa, e com prejuízo para os moradores. O município teve de arcar com os reassentamentos e ao espaço urbano foi construído por, pelo e para o minério e não para a vida das pessoas.

Para as autoras do discurso crítico sobre Itabira o extrativismo mineral ao se tornar a principal atividade econômica da cidade teria paulatinamente inviabilizado a mão de obra para as atividades de agricultura e pecuária, pela atração dos pobres ao trabalho na mineração que lhes rendia melhores condições de vida, pelo fim das fábricas têxteis – Gabiroba em 1964 e Pedreira em 1950 – em razão da concorrência com os produtos de outras fábricas de Minas, além das dificuldades econômicas e de mão de obra. As divisões social e cultural foram ensejadas pelas novas condições de moradias, os salários fixos e direitos sociais dos trabalhadores da Vale que passaram a ser tratados com distinção social e econômica em relação a grande maioria da população. Também pelo aumento populacional e insuficiente em serviços de saúde, educação, habitação e lazer que acirrou as divisões sociais, e criou guetos culturais hierarquizados pela classe. Gerou uma potente simbologia que equivalia à dignidade humana ao pertencimento a Vale ou a pequena elite de linhagem colonial – formada pelas entrelaçadas consanguinidades das “principais” famílias colonizadoras.

Entendo que sob os excluídos da mineração há o imperativo da filiação a “mãe-Vale”. Através da incorporação a seu quadro de funcionários, ou pela ligação indireta nos quadros de funcionários das empreiteiras, mesmo que com “estigma de filho bastardo”. Aos funcionários das empresas terceirizadas nomeia-se “trabalhador da área da Vale” em distinção aos funcionários diretos da mineradora. As empresas empreiteiras/terceirizadas fazem parte do processo produtivo da Vale desde 1942. Há ainda a filiação afetiva aquela promovida pela ideologia do progresso, que apregoa e atribui a mineradora as transformações urbanas da cidade lidas como desenvolvimento. Esta filiação afetiva se dá na não contestação, ou não reconhecimento, dos males provocados pela economia extrativista ao ambiente, a política e a economia de Itabira. E do mesmo modo, pela gratidão aos programas de responsabilidade social da mineradora que financia projetos culturais e de educação social em Itabira. Também pelo reconhecimento de que é graças aos impostos sobre a economia extrativista que bem ou mal a prefeitura oferece os serviços de saúde, saneamento, segurança, habitação

e educação básica. Gratidão e reconhecimento que são reiterados ante os inúmeros anúncios de convênios entre a Vale e a Prefeitura que resultam em praças, shows, festivais de inverso, estudos sobre os recursos hídricos, construção de obras públicas, que em grande parte, são em verdade cumprimento de condicionantes ambientais, mas que não são informadas a população como tais.

A divisão política se liga a divisão socio-econômica-cultural retratada acima, e é também um enclave político ante a disputa administrativa entre o governo municipal e o governo federal representado pela Vale, até maio de 1997. Desde a instalação da mineradora em Itabira, tem vencido os candidatos à prefeitura apoiados por ela. Exceção foram os governos de Daniel Jardim de Grisolia (1959-1962) e Jackson de Pinho Tavares (1997-2000). Apoio recebido os prefeitos tem garantido as concessões administrativas aos interesses da economia extrativista, como a expansão da atividade minerária sobre a área urbana e rural resultando em processos de territorialização, desterritorialização, e reterritorialização da mineração – a nova desterritorialização sobre a Vila Paciência está prevista no Plano Diretor do município de 2006. Estas alianças têm facilitado os processos de licenciamentos ambientais e outorgas de uso e captação dos recursos hídricos, sem consulta a população, implicando no desabastecimento da cidade – que há mais de vinte anos passa por sistema de racionamento de água, sobretudo nas periferias – racionamento agravado a partir de 2013. Além da conivência do poder municipal com as infrações ambientais como tempestades de poeira, rompimento de barragens de rejeitos (Rio de Peixe 1970, Lagoa do Pontal 2010) que são invisibilizadas como crime ambiental, sem nenhuma fiscalização ou cobrança por punições pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, criada em 2002.

O enclave político em Itabira se dá nessas complexas relações de poder que vão produzindo o espaço e territorializando a mineração. Poder econômico que se confunde com o poder público nas três esferas, mesmo depois da desestatização, uma vez que desde o período imperial o governo brasileiro legisla e administra a favor da economia extrativista mineral para atender o mercado externo, interferindo na autonomia da instância local. Sequestrando a autonomia do município para gerenciar o espaço e administração pública, tanto pela sobreposição das decisões federais e estaduais sobre as municipais, quanto pela desconsideração à legislação ambiental, aos direitos sociais e políticos, e interesses dos sujeitos.

A expansão e produtividade das minas, os lucros com a exportação de minério de ferro, a movimentação de divisas estão acima dos interesses da população, das necessidades e dos direitos das pessoas a um ambiente sadio, a preservação das matas, das serras e seus córregos e rios. Do desejo de cultivar seus alimentos e jardins. De criar abelhas. De pescar nos córregos e rios. Do direito a cultura, lazer e educação livres das limitações e imposições do desenvolvimentismo. Do direito a informação sobre os complexos processos que levam a cidade a estar sob o domínio político da mineradora, mesmo depois da desestatização. A economia extrativista mineral por estratégias complexas, e relações de poder assimétricas e violentas tem assegurado o processo de subalternização das pessoas.

Processos estruturados nos sistemas de educação e produção de sociabilidades, por mecanismos de poder que cerceiam das pessoas a livre escolha, sobretudo o direito das pessoas a dizer não a sistemas que geram sobrevida. Quando aparecem pessoas combativas e resistentes, que impedidas de dizer não ao desenvolvimentismo o fazem por outras formas elas não são retratadas como resistentes. As autoras descrevem o *não a mineração*, descrevem as formas de resistência dos sujeitos de suas narrativas, mas representam esses sujeitos como “um povo amorfo, sofredor, e sem direitos” (MINAYO, 2004:93). Concluem a “acomodação” do “povo sofredor” como efeito da “complexidade das relações entre poderes desiguais e [...] difícil construção da noção de cidadania por uma população que, ao longo dos anos, acostumou-se a se resignar ante o domínio de uma poderosa empresa” (SOUZA, 2003:103). As autoras usam ferramentas de análise apropriadas, mas as operam como as lentes do eurocentrismo. Sequestram o *não* dessas pessoas e as descrevem como oprimidos subjugados, colocando-as no lugar do “*outro* com precária subje-tividade” (SPIVAK, 2014:60).

É auxiliada por Spivak (2014) que classifiquei os trabalhos de Oliveira (1992) Souza (2003), Silva (2004) e Minayo (2004) como discurso crítico complacente. Apesar de criticarem o desenvolvimentismo, apontarem com lucidez os problemas socioambientais e políticos ensejados pela mineração em Itabira, as autoras não reconhecem seu lócus privilegiado de enunciação. Ignoram a presença da ideologia em seus discursos, a interferência de suas posições e condições de classe em suas análises e conclusões. Em posição social diferente, de modo incomensurável, as posições dos sujeitos de suas narrativas concebem a atração de trabalho à mineradora pela explicação economicista da possibilidade de emprego que garante a sobrevivência. Vêm com

despeito a posição social daqueles cujo horizonte está circunscrito a mineração, sujeitos que elaboram as contradições pertinentes à relação de dominação-resistência ao ponto de criar uma língua secreta para se comunicarem em liberdade.

Não percebem que suas relações de parentesco com a elite colonial de Itabira, e os bens adquiridos nos períodos áureos da exploração do ouro, encabeçadas por seus antepassados é que lhes possibilitou as condições para no presente dizer não a mineração, e, lhes permite enunciar críticas ao extrativismo mineral controlado pela Vale. A evidência da minha colocação está na conclusão de Silva (2004) de que a “terceira Itabira” “libertada da tutela com a privatização”, começa a romper com as teias de dominação e se prepara para um novo desenvolvimento, apontado na proposta cidade educacional e cidade do turismo. Quanto às questões ambientais elas poderiam ser equacionadas com medidas mitigatórias e de desenvolvimento sustentável.

A degradação ambiental na cidade, faz-se presente desde o início da exploração mineral pela CVRD. Porém naquela época, não havia a preocupação de conciliar atividade econômica com qualidade ambiental. Somente na década de 1980 [...] a CVRD começa a instituir programas de controle ambiental em suas minas, em Itabira. [...] A instauração das ações civis e as audiências públicas também contribuíram para que a mineradora tomasse algumas providências com o fim de minimizar os efeitos negativos do processo minerário. (SILVA, 2004:228).

O grupo de autores Gabriela Duarte (2003); Ediméia Mello (2004); Fernando Lima (2004); Gustavo Lima (2005); Cristiano Alvarenga (2006); Flávia Reis (2008); Marcos Costa (2008); e, Shayra Altíssimo (2010), apresentam narrativas, cujo discurso classifico como *acrítico conveniente*. Discursos da engenharia e economia claramente posicionados a favor do extrativismo mineral. Faço uma breve nota sobre os trabalhos, porque o andar da carruagem exige brevidade, e ademais se tratam de obras com pouco peso a discussão central deste trabalho.

Este grupo de autores retoma, em parte, o discurso das autoras críticas para contextualização do objeto de seus trabalhos, mas desenvolvem seu discurso de modo a defender a viabilidade da economia extrativista por meio do desenvolvimento sustentável. Os autores que analisam a questão ambiental (DUARTE, 2003; LIMA, F. 2004; REIS, 2008; ALTÍSSIMO, 2010) tratam os impactos ensejados pela mineração em Itabira com soluções fáceis e de certo modo ingênuas. Defendem a sustentabilidade da mineração com base em indicadores econômicos e nas ações e programas de adequação a legislação ambiental da Vale após a Licença Corretiva de Operação (LOC)

de 1998, tais como cursos de educação ambiental para os funcionários e comunidade, implementação de coleta seletiva, reaproveitamento de água do processo minerário, entre outros.

Significam as medidas de mitigação dos impactos ambientais, quais seja, poluição atmosférica, poluição das águas, barragem de rejeitos, tempestades de poeira, poluição sonora, e outras; como suficientes pois são soluções técnicas em constante atualização tecnológica que amortecem os impactos ambientais. Desta forma ignoram que: as modernas dinamitações não inibem a poluição sonora, tão pouco a do ar; o monitoramento do ar não impede a ocorrência de tempestades de poeira, e tão pouco amedronta a mineradora que recorre das multas ambientais; e o mais impressionante, acreditam que o processo de encher a cava do Cauê com canga de minério, ou até mesmo o seu reaproveitamento no Complexo de Usina do Cauê, é o símbolo máximo da sustentabilidade da mineração. Quando tem que falar das águas, apostam que estudos técnicos podem resolver a poluição dos rios e córregos, e até mesmo trazer sustentabilidade ao abastecimento de água da cidade.

Zhouri define como paradigma de adequação ambiental as medidas de mitigação por meios técnicos dos impactos ambientais. Estas medidas juntamente com os sistemas de regulação ambiental, mecanismos de licenciamento, iniciativas de educação ambiental, e reforço a legislação ambiental são formas de “adequar” o modelo clássico de desenvolvimento as exigências dos movimentos ambientais. Entretanto está adequação ambiental “não se fez acompanhar da redução dos mecanismos de expropriação inerentes aos conflitos ambientais” (ZHOURI, 2014:111-112).

O tratamento dos conflitos ambientais como problema ou impacto pelos adeptos do desenvolvimento sustentável opera o deslocamento da produção dos sentidos sobre os conflitos ensejados pelo desenvolvimentismo. O ambiental enquadrado pelo viés técnico, de pretensa mensuração da degradação ambiental e do ônus produzido encapsula os múltiplos sentidos atribuídos ao território por diferentes grupos sociais em conflito com os projetos de desenvolvimento, promovendo o silenciamento das contestações. A despeito do paradigma de modernização ecológica que “aposta na inesgotabilidade das soluções de caráter técnico e mercantil para a resolução de ‘problemas ambientais’ [...] diversos grupos sociais reivindicam a possibilidade de autodeterminação sobre os territórios que ocupam e a revisão das diretrizes políticas que coordenam o reordenamento espacial das atividades econômicas no Estado” (ZHOURI,

2014:120).

Paira sobre a politização do debate ambiental, descrito acima por Zhouri (2014), a ameaça da desregulação ambiental, uma vez que os instrumentos normativos têm sido vistos por atores ligados a reprimarização da economia como entrave a seus projetos. A flexibilização de direitos é outra ameaça, para Jean Pierre Leroy (2014) esse discurso de desenvolvimento sustentável, via modernização ecológica, “varre da esfera pública as noções de justiça e de direitos socioambientais” (LERROY, 2014:29). Trata-se da ideologia desenvolvimentista flexibilizando direitos em nome do inexorável desejo pela civilização tecnológica - desejo discursivamente produzido no cerne da economia capitalista para viabilizar sua acumulação por despossessão. Em nome do direito ao desenvolvimento econômico e social encontra-se a desculpa para violação dos direitos humanos, políticos, civis e difusos, entre eles o ambiental, “como se esses direitos fossem um luxo que só pudessem ser gozados ao fim de um percurso histórico” (LISBOA, 2014:55).

Os autores de discurso *acrítico conveniente* que examinaram o enclave econômico (MELLO, 2004; LIMA, 2005; ALVARENGA, 2006) afirmam que este só ocorreu devido a economia extrativista mineral em Itabira ter se estruturado sem gerar encadeamentos com outros setores de processamento dos finos de minério, como a siderurgia, e instalação de indústrias de bem de consumo. Os investimentos em infraestrutura do poder público foram para a intensificação da produção minerária na estrutura mina-ferrovia-porto. Houvesse investimentos na malha viária, em planta industrial para aproveitamento da produção de minério Itabira teria experimentado o “desenvolvimento sustentável” com a economia extrativista.

Os autores sustentam seus argumentos em análise de indicadores econômicos e teorias econômicas sobre o desenvolvimento. Sentenciam que a economia minerária em Itabira é caracterizada por exploração depredatória não sustentável do ponto de vista intergeracional. Recomendam que o poder municipal aproveite enquanto tem royalties de mineração – a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CEFEM) – para fazer investimentos à era Itabira pós-mineração. Este discurso tem sido usado pelas pessoas, principalmente os representantes políticos da cidade nas três esferas, na defesa e articulação política para revitalização do distrito industrial, implantação de Parque Tecnológico ligado a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), e consolidação de Itabira como cidade educacional e turística.

Enríquez (2008) analisa uma série de abordagens sobre mineração e desenvolvimento, e ante eles afirma que “o desempenho socioeconômico das economias mineradoras é inferior ao das economias não mineradoras” (ENRÍQUEZ, 2008:92). As abordagens conhecidas como “estudo da maldição dos recursos” e “doença holandesa” retratam que a economia extrativista mineral sabota o desenvolvimento da região explorada. Apontam características específicas do setor, tais como desigualdade de renda, pouca diversidade econômica, evasão de divisas para empresas multinacionais ou para o governo, instabilidade da receita mineral devido às flutuações da commodity no mercado internacional como as principais razões pelas quais “existe um relação negativa entre mineração e desenvolvimento”, “por definição a mineração é insustentável”, e tem “rota para um progressivo subdesenvolvimento” (ENRÍQUEZ, 2008:93).

No escopo de Itabira como cidade turística, com um discurso que apaga as questões socioambientais geradas pela mineração, Costa (2008) propõe o perdão da dívida ambiental e o aproveitamento do passivo ambiental como potencial turístico. Sugere aproveitar os signos da mineração definidos por ele como: a cava do Cauê, a mina a céu aberto, o trem de minério, os caminhos fora da estrada, a estação ferroviária, a Praça do Areão, o Valério Esporte Clube, a lagoa do pontal, a fazenda do pontal, a Rua Santana, as fotografias antigas e o artesanato com minério como símbolos da identidade cultural da cidade de ferro, aproveitados como atração turística. Embora reconheça que “a destruição da paisagem natural também afeta a auto-estima do cidadão itabirano” (COSTA, M. 2008:37), que os processo de desapropriação para criação de zonas estéreis simbolizam mudanças ocorridas pela territorialização da mineração, sugere que “as marcas deixadas” (COSTA, M. 2008:61), sejam utilizadas com orgulho pelos itabiranos em prol da diversificação econômica.

Ao citar o caso da Vila Paciência e da Fazenda do Pontal diz: “Se não pode manter de pé os lugares, que sejam feitos ao menos esforço para a manutenção da memória” (COSTA, M. 2008:89). Chega a ser ofensiva a insensibilidade do autor para com o sofrimento das pessoas que ao longo da história de Itabira tem sido desenraizadas de forma violenta para dar lugar a rejeitos de minério. Ao citar o poema *O maior trem do mundo* faz duas afirmações curiosas, na primeira diz: “Este poema, por si só, já revela um pouco da relação da comunidade com o fato de viver na cidade de ferro” (COSTA, M. 2008:84), na segunda diz: “É bom lembrar que trata-se de uma linguagem

poética e da percepção de uma pessoa” (COSTA, M. 2008:85). Imagino que ao ler o poema Martins tenha percebido a intensidade do sofrimento causado pela mineração, mas para continuar sua argumentação logo se esquivou do sentimento, e concluiu seu trabalho afirmando: “A cidade não tem nada a esconder, e o orgulho do itabirano em ser da ‘cidade do ferro’ poderia tornar-se ponto de apoio para a consolidação da atividade turística com foco na história e cultura da cidade” (COSTA, M. 2008:92).

15 de novembro

[...]

O Pico do Cauê ficou indiferente

(era todo ferro, supunha-se eterno).

Não resta mais testemunha daquela noite

para contar o efeito dos lenços vermelhos

ao suposto luar

das montanhas de Minas.

Não restam sequer as montanhas.

(ANDRADE, 1992:33).

É, assim relacionando a identidade da cidade e dos sujeitos ao Pico do Cauê, e sua mineração que a história e os mitos fundadores reproduzem os discursos e as práticas legitimadoras da exploração mineral. Postulando a atividade como legal, pois é geradora de civilização e desenvolvimento. Criando a *estrutura de sentimentos* cerne das teias de significados construídas em torno da relação Itabira-mineração que permeia o imaginário social, as relações sociais, a política, a cultura, a economia e artes dos itabiranos. A imagem do pico foi imortalizada na bandeira e no brasão da cidade, pelo prefeito de 1959, Daniel Jardim de Grisolia.



**Figura 19:** Bandeira e brasão de Itabira idealizada por Daniel Jardim de Grisolia em 1959 quando foi prefeito. A confecção da primeira bandeira foi feita pela esposa do prefeito, Luiza Machado Grisolia. Fonte: FERREIRA, D. 1999:290.

No poema *Itabira – Pedra Alta que Brilha* de Terezinha Incerti (1995), Ita e Bira são dois curumins de sexo opostos que viviam brincando em meio à fauna e a flora da serra protegida e serpenteada pela Cobra Grande. Com a chegada dos bandeirantes *Ita* e *Bira* fogem para o alto da serra tornando-se o pico mais alto “guardião da terra verde, orgulho do povo” (INCERTI, 1995:15). A descoberta do ouro e do minério de ferro atraiu outros exploradores que espantaram a fauna e mataram a flora derrubando matas, queimando carvão, fundindo ferro atizando a fúria da Cobra Grande que “ainda hoje solta baforadas de pó vermelho-acinzentado”. Ita e Bira se multiplicaram em partículas que recriam os itabiranos “homens de ferro” “de nascimento ou coração” (INCERTI, 1995:15). Há no poema uma romantização do que teria sido o encontro dos bandeirantes com os indígenas, e do que foi a exploração do ouro e do ferro – que devastou as matas e seus não humanos habitantes e humanos, reduzindo, por fim, as três altas serras em pó vermelho acinzentado. Ao mesmo tempo, a responsabilização dos bandeirantes e dos exploradores de ouro e ferro, pela morte de Ita e Bira, que despertou a cobra grande é compartilhada com os homens de ferro de nascimento ou de coração.

### **Pedra Alta que Brilha**

Itabira – Pedra Alta que Brilha  
Ita – curumin, menina índia do Caeté – a terra do mato dentro.  
Ita, pedra; Ita, forte.

Bira – curumim, menino índio que brinca com Ita, pesca mandi, corre do jacaré, subindo no jatobá.  
Bira, alto, Bira, reluzente.

Rolar no capim,  
imitar a juriti,  
banhar-se no Pará,  
cheirar o manacá,  
ouvir o barulho do vento, batendo indaiá.  
Há coisa melhor? Há?  
Cobra grande não dá medo não.  
Pajé – puri contou que a cabeça está no alto.  
Contou que ela desce serpenteando a serra.  
Lá embaixo, bem nas águas do córrego,  
descansa mansa sua calda.  
É só não mexer com ela  
que não incomoda não  
Índio não mexeu, respeitou.  
Índio só bem viveu, só amou.  
Homem branco penetrou mato adentro.  
Ita e Bira fugiram, subiram e subiram,  
transformara-se no pico mais alto.  
guardião da terra verde, orgulho do povo.  
Homem branco encontrou ouro,

revirou córrego, espantou jacutinga e quati,  
matou lambari, capivara, anta,  
cortou jequitibá, sapé.  
Homem branco levou ouro, levou notícias.  
Outros vieram querendo mais.  
Subiram as serras, traçando trilhas.  
Trilhas que hoje são ruas, caminhos, quintais.

Uma serra, outra... todas.  
Derrubaram matas, queimaram, fizeram carvão,  
fundiram ferro, criaram ferramentas.  
E mexeram sabe onde?  
Na cabeça da cobra grande.

Cobra, grande ficou brava.  
Ainda hoje solta baforadas de pó vermelho –  
acinzentado.

Ita + Bira – pedra alta que brilha,  
multiplicaram-se em partículas.  
Partículas de tantas bandas  
Trazidas por ventos de direções diversas.

Partículas que recriaram um novo homem de ferro:  
com pedaços de muitos que já se foram,  
com pedaços de muitos que aqui estão.  
Homens de ferro – itabiranos de nascimento ou  
ITABIRANOS – DE – CORAÇÃO.  
(INCERTI, 1995:15).

## A Resistência Poética em Itabira

[...] a ficção mais recente tem resistido à pressão conjugada da tecnolatria, da massificação e do totalitarismo interno. Uma literatura penetrada de pensamento, uma literatura que faz da autoanálise, da pesquisa do cotidiano (rústico, urbano, suburbano, marginal), do sarcasmo e da paródia o seu apoio para contrastar o sentido das ideologias dominantes; uma literatura que vive em tensão com os discursos da rotina e do poder; e que se faz e se refaz no nível da representação arduamente trabalhada pela linguagem. (BOSI, 1988, p. 125 apud MELO, 2005:2)

Chega a hora de apresentar o grupo de discurso nomeado com *crítico rigoroso*. Trata-se de enunciados poéticos, uma resistência poética. Forjada no terceiro espaço, dos conflitos, elaborada ante os antagonismos, reveladora dos sentimentos e das múltiplas formas de dominação e violência a que Itabira foi submetida pela Vale. A atual “desumanização da sociedade conduz a desumanização da linguagem” (MELO, 2005:2), e neste contexto de barbáries civilizatórias, de crimes ambientais, e da difícil arte de amor em tempos de cólera à resistência poética surgiu na tentativa de “(re)humanizar a sociedade através da literatura” (MELO, 2005:2). No Brasil a resistência poética surge no contexto de repressão política da ditadura militar, da tecnocratização do Estado, e da ideologia desenvolvimentista, e propõe a recuperação do sentido comunitário, a melodia dos afetos e crítica a desordem estabelecida, negando e criticando as mudanças implementadas pela selvageria econômico-política, denotando intensa preocupação social, buscando resistir a desumanização. (MELO, 2005:3). Os escritores de poesia Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Netto, Ferreira Gullar, Murilo Mendes, ao lado com os escritores de prosa Machado de Assis, Lima Barreto, Euclides da Cunha e Graciliano Ramos são apontados como literatura de resistência.

A resistência tem muitas faces. Ora propõe a recuperação do sentido comunitário perdido (*poesia mítica, poesia da natureza*); ora a melodia dos afetos em plena defensiva (*lirismo de confissão, que data, pelo menos, da prosa ardente de Rousseau*); ora a crítica direta ou velada da desordem estabelecida (*vertente da sátira, da paródia, do epos revolucionário, da utopia*). (BOSI, 2000, p. 165 apud MELLO, 2005:3).

Para James Scott (2004) em qualquer contexto de estratificação as posições hierárquicas são bastantes claras sobre quem dá ordens e quem as recebe. Os que ocupam posição desprivilegiada tratam com distinção aos que são considerados superiores. A distinção é uma consequência da estratificação e não sua causa. Pensar a

distinção como causa da estratificação leva a conclusões apressadas sobre as atitudes de quem realiza atos de aparente condescendência, pois elas podem ter sido realizadas para dar impressão de conformidade com as normas. As análises sobre as interações de sujeitos em posições hierárquicas, sobretudo a grupos submetidos à sistemática dominação devem se basear nos elementos externos as ações, nas simbologias e ações ritualizadas. Pois em situações de dominação sistematizada os sujeitos são socializados em rotinas de conformismo. (SCOTT, 2004:48-49).

Os impactos das relações de poder nas ações dos sujeitos, só podem ser avaliados quando o agente do exercício de poder se ausenta da cena. No espaço de relativa liberdade de expressão. “No discurso oculto, o lugar privilegiado para a manifestação de uma linguagem não hegemônica, dissidente, subversiva e de oposição” (SCOTT, 2004:50). As relações de poder são localizadas e diferentes no discurso público e no seu extremo o discurso oculto, mas nunca estão ausentes. Há situações de dominação dentro da dominação, nas quais os sujeitos de mesma posição exercem tirania e exploração tão violentas quanto as que recebem de seus dominadores. Mesmo nas relações que podem ser descritas como de simetria e reciprocidade.

“Se a dominação é particularmente severa, o mais provável é que produza um discurso oculto de uma riqueza equivalente. O discurso oculto dos grupos subordinados, por sua vez, reage frente ao discurso público criando um subcultura e impondo sua própria versão da dominação social à versão da elite dominante. Ambos são espaços de poder e interesses.” (SCOTT, 2004:53).

Os sujeitos dominados conformam sua linguagem e atos ao que é esperado pelo dominador, incluindo a não expressão de gestos e opiniões antagônicas. Em sistemas de sistemática dominação o exercício do poder não age apenas impedindo a manifestação de sentimentos, frases e gestos de oposição, mas também controlam o impulso natural: a cólera, ao insulto, a indignação frente à violência que desencadeia estas emoções. O sentimento de impotência frente a uma grande assimetria de poder, a incapacidade de se defender ou proteger alguém contra os abusos da dominação converte a afirmação da dignidade num perigo mortal. Assim sendo, ante a presença de uma grande dominação frequentemente se suprime o antagonismo em benefício próprio e das pessoas queridas. Contextos de poder de grande assimetria produzem situações de dilemas existenciais. (SCOTT, 2004:63).

Sistemas de dominação se estruturam como duradouros quando colocam a possibilidade de um dominado vier a exercer a posição de dominação, ou os dominados

estejam sobre estreita vigilância impedindo o espaço de relativa liberdade, as condições de produção de um discurso oculto – quando os sujeitos são impedidos de compartilhar com outros em mesma posição seus sentimentos e sua cólera, ou seja, de criar um discurso oculto fora da cena de dominação. Quando possíveis os discursos ocultos podem se manifestar em práticas secretas de catarse nos quais a frustração, a tensão e o autocontrole necessários em público, dão lugar a represálias desenfreadas em um espaço seguro permitindo aos dominados acertar as contas simbolicamente.

Conforme Scott (2004) estas práticas secretas são “artes do disfarce político”. Maneiras encontradas pelos dominados para expressar os pensamentos e sentimentos ocultados dos agentes de dominação no espaço público. Discursos ocultos que podem ser individuais expressados no anonimato (SCOTT, 2004:171), utilizado para proteger a identidade e realizar uma crítica direta as ameaças, os ataques, humilhações e outras formas de dominação. O anonimato pode se manifestar em rumores ou confrontação anônima. Utilizando-se de eufemismo (SCOTT, 2004:183) para disfarçar o discurso de agressão de forma a evitar represálias, trata-se de dissimulações nos discursos que se contestados pelos grupos dominantes podem ser negados. As artes de disfarce político também podem ser elaborações de representações coletivas (SCOTT, 2004:188), tais como a cultura oral, os cantos populares, poesias, sátiras, pícaros, os vissungos. Também ocorrem nos ritos de inversão simbólica como retratada no filme *Os Mestres Loucos* de Jean Rouch, as festas de Congado, e o carnaval. Scott assegura que o discurso oculto não se trata de uma válvula de escape inofensiva, ou idealista. Mas uma linguagem que ilumina e explica o comportamento dos sujeitos contribuindo para a construção de comportamentos subversivos, de manifestação de oposição direta. (SCOTT, 2004:223).

El vínculo entre dominación y apropiación significa que las ideas y el simbolismo de la subordinación no se pueden separar del proceso de explotación material. Exactamente de la misma manera, la resistencia simbólica velada a las ideas de dominación no se puede separar de las luchas concretas para impedir o mitigar la explotación. La resistencia, como la dominación, pelea en dos frentes a la vez. El discurso oculto no es sólo refuufuúos y quejas tras bambalinas: se realiza en un conjunto de estrategias tan concretas como discretas, cuyo fin es minimizar la apropiación. En el caso de los esclavos, por ejemplo, esas estrategias han incluido sobre todo el robo, la sisa, la ignorancia fingida, el ausentismo, la labor descuidada o morosa, el mercado negro y la producción para venta clandestina; también el sabotaje de las cosechas, el ganado y la maquinaria; los incendios deliberados, las fugas, etcétera. (SCOTT, 2004:222).

As narrativas eurocentradas sobre Itabira, o discurso crítico complacente e o discurso acrítico conveniente, registraram a história de Itabira, as suas memórias, insurreições, tradições em perspectiva colonial. A possibilidade de confronto, de explicitação do antagonismo é instaurada pelo discurso crítico rigoroso da resistência poética. No terceiro espaço (BHABHA, 2010), no intervalo da relação do sujeito com a alteridade, “entre a estabilidade do discurso hegemônico e sua contingência, no momento em que se estabelecem as hierarquias de poder. Na abertura gerada entre os sistemas de representação, entre a inércia codificante da linguagem e o seu potencial de renovação, ativado no instante primeiro do conflito” (CARVALHO, 1998:124).

A cada vez que um enunciado de dominação (o que sinteticamente podemos chamar de pretensão hegemônica) é ativado, solicitado por uma instância imprevista – um estado de emergência, ou de exceção, como diria Walter Benjamin – deverá existir necessariamente uma negociação de significado. Quando o poderoso começa a se definir como tal, imediatamente utiliza um significante oriundo do discurso do dominado, justamente para marcar uma polarização a ser lida de uma perspectiva favorável à sua pretensão hierárquica. O dominado tentará então devolver para o dominador uma quantidade desses significantes carregados de tensão demarcadora de territórios. Essa arena aberta de possibilidades configura um terceiro espaço; e sobre essa negociação, não há como estabelecer *a priori* qual será o seu resultado. O que está em jogo, de fato, é a luta pelo controle da narrativa histórica: são as tentativas do dominador de silenciar a versão do subalterno e as estratégias desse para desmascarar a versão dominante que se pretende fixar como verdadeira. (CARVALHO, 1998:125-126).

O terceiro espaço sempre acontece nas situações de antagonismo, nas quais aquele que teve sua subjetividade submetida à subalternização acusa a barbárie do seu colonizador. Pode acontecer em verso, em prosas. Pode acontecer no comentário debochado sobre o representante do colonizador que deseja negociar a cessão do espaço a seu senhor. Pode acontecer no atear o fogo nos trilhos. Em qualquer forma que ela aconteça, a estratégia é devolver a imagem de barbárie ao colonizador, representa-lo como perverso e criminoso.

Assim, a história inteira da humanidade pode ser vista como a constante incorporação, por parte do dominador, de signos, com sinal trocado, oriundos da expressão simbólica do dominado. E por que é importante essa troca de sinal? Porque para o dominado esses signos sequestrados representam valores positivos, como o bem, o belo, o sonho, a esperança, o caminho da redenção. (CARVALHO, 1998:130).

Nem todo conflito se dá pela insurgência coletiva de reivindicações na esfera pública. Dado que há situações de vulnerabilidade e opressão em que os dominados, na falta de possibilidade real de transformar sua situação diretamente e coletivamente, ajustam-se as circunstâncias estabelecendo *formas cotidianas de resistência*, na medida em que não há confrontação direta com o agente repressor. (SCOTT, 2002:).

Uma das questões chaves que devem ser colocadas sobre qualquer sistema de dominação é em que medida ele é eficaz em reduzir a ação dos indivíduos das classes subordinadas a estratégias puramente auto-referentes, destinadas a garantir sua sobrevivência. (SCOTT, 2002:30).

As formas cotidianas de resistência são aquelas em que qualquer ato dos membros de uma classe tem como intenção mitigar ou negar obrigações a classe dominante, ou avançar suas próprias reivindicações. Numa resistência simbólica e ideológica. Estes atos podem produzir consequências imprevistas, como a manifestação dos itabiranos em murmúrios pelas esquinas, conversas de sala de jantar, em poesias e protestos em jornais levaram aos poucos exemplos de mobilização social da cidade na década de 1980 e 1990. No cotidiano dos itabiranos(as) é possível identificar formas cotidianas de resistência à dominação da Vale. Na ignorância fingida aos problemas trazidos pela mineração, nos murmúrios das esquinas, nos desabafo/debates em mesa de bar, no protesto poético dos artistas, nas críticas dos jornais locais e na recusa de alguns em atender o ideal de ego social, opondo-se a ser mais um trabalhador da Vale.

Como apresenta Foucault (1999), os pontos de resistência são, na maioria das vezes, transitórios e introduzem na sociedade “clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis” (FOUCAULT, 1999, p. 92 apud SANTIAGO, 2015:145).

A territorialização da mineração, mais que o tempo, é responsável por profundas alterações na Itabira das poesias de Drummond, cujas impressões são compartilhadas pelas itabiranas e itabiranos que fazem sua história em condições que não escolheram. Pelas poesias de Drummond o Pico do Cauê que as gerações pós 1942 não conheceram, se dá a conhecer, e o eu-lírico socializa seu sentimento de perda. Itabiranos de ontem, hoje e amanhã se enraízam no tempo, quase mítico, de Itabira representada na obra do poeta, e são condicionados por suas imagens, mas cada um elabora como vive estas memórias e sentimentos alheios. A visão dolorida com a qual Drummond retrata a destruição do Cauê passa a fazer parte das estruturas de sentimento das leitoras e leitores, e fazemos com Drummond as mesmas interrogações e rememorações. Organizamos nossa experiência social, refletimos sobre como vivemos estas experiências, significamos Itabira e o Cauê por estas elaborações a partir das memórias reelaboradas de Drummond.

O poema *O maior trem do mundo* foi enviado por Drummond aos colegas do jornal *O Cometa*, em 18 de junho de 1984, e foi publicado juntamente com a notícia do

Encontro Nacional das Cidades Mineradoras (ROSA, 2000:122). Este encontro foi deflagrador da ambientalização dos conflitos ambientais em Itabira abrindo espaço na esfera pública para a discussão sobre a atuação das mineradoras no país e as degradações ambientais que elas geram. No ensejo cria-se uma comissão para levantar e discutir os problemas de Itabira o que dá origem ao *Conselho Municipal de Meio Ambiente* CODEMA. As publicações do jornal Cometa criticando a postura autoritária, paternalista e clientelista da Vale, denunciando os problemas socioambientais gerados pela mineração, publicando escritos de Drummond, que do Rio de Janeiro observava Itabira. As reuniões das associações de bairro e dos sindicatos vão arregimentando as pessoas a dizer os murmúrios em voz alta, a trazer as contestações da sala de jantar, da esquina e do boteco para a praça pública.

Lopes (2004) assevera que a interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais das diferentes facetas que o “meio ambiente” adquire na esfera pública gestou nas décadas finais do século XX a ambientalização dos conflitos sociais. Trata-se do aparecimento de uma nova questão pública emancipatória, a mobilização por direitos ambientais. O movimento surgiu ligado à consternação pública a “acidentes industriais ampliados, de grandes riscos e de sua internacionalização”. (LOPES, 2004:18). Para Lopes no Brasil a contestação da racionalidade instrumental ganha importância na esfera pública em razão de três fatores: a mobilização entorno da “descoberta da poluição” nas cidades; a educação ambiental que instaurou um novo código de conduta individual e coletivo; e a democratização do Estado com estímulo a maior participação política através da Constituição de 1988. Tal transformação ocorreu quando os movimentos sociais perceberam seus problemas também como questões ambientais. E incorporaram a suas demandas os argumentos ambientais, ressignificando os problemas como socioambientais. Paulatinamente constrangeram o Estado a criação de um marco regulatório ambiental. Neste processo o meio ambiente tornou-se mecanismo de legitimação de demandas nos conflitos sociais urbanos e rurais.

Itabira e seu símbolo, o Cauê são presenças constantes nas obras de Drummond, estando presente em poesias de todas as fases: lírica, engajada e filosófica. Itabira é assim como que a pedra angular da poética drummondiana. Pelas poesias de Drummond Itabira, sua construção e a destruição, se universalizaram. O Cauê é transformado em signo de Itabira, a parte que representa o todo. A Casa de Drummond no centro histórico de Itabira foi transformada em museu no ano 2013. Neide, a guia da casa, uma

apaixonada por Drummond, como ela se descreve, e uma crítica literária autodidata que me iniciou na paixão drummondiana, me revelou que Drummond menino no seu quintal observava o Cauê e o Pico do Amor ao som do sino da Igrejinha do Rosário, sendo estas cenas bucólicas a inspiração confessada de suas poesias. Em *Confissões de Minas Drummond* rememora esse bucolismo inspirador.

O pico do Cauê, nossa primeira visão do mundo, também era inconsciente, calmo. Na nossa rua apenas passavam as pessoas que iam assistir à chegada das malas no Correio, espetáculo diário e maravilhoso, pelo humorismo que nele sabia pôr o velho agente Fernando Terceiro: as pessoas que iam reconhecer firmas no tabelião Barnabé; e algum vago transeunte, em demanda da Rua Santana, algum vago moleque, que ia atirar pedras na casa de Didina Guerra (às vezes de catarata doméstica, submetida aos nossos desejos. Como foi que a infância passou e nós não vimos? Até hoje interrogo aquele menino que durante quatro anos foi aluno deploravelmente bom do grupo escolar, e não sinto nem aprumar-se, nem enriquecer-se de experiências vitais, nem desprender-se do cenário familiar. No entanto, o menino existiu, sofreu, brigou, amou, desesperou, cresceu. (“Vila de utopia”. *Confissões de Minas*) (CRUZ, 2000, p. 53).



**Figura 20:** Fotografia do Cauê a partir do quintal da casa de Drummond. Fonte: PENNA, 2011



**Figura 21:** Fotografia da ausência Cauê a partir do quintal da casa de Drummond. Fonte: Arquivo pessoal.

Em depoimento a Gonzalez Cruz (1980), Julieta Drummond, sobrinha do poeta explicou a indisposição de alguns itabiranos ao poeta, como desconhecimento sobre as obras e a pessoa sensível do tio. Julieta também comentou sobre a presença de Itabira na obra de Drummond e sua ausência em Itabira:

O Drummond tem o grito de revolta pela Itabira. Pela Itabira dele, do tempo dele. Aquela Itabira antiga, com aquelas casas antigas, com aquela paisagem. Foi totalmente deformada. A Vale do Rio Doce se estabeleceu aqui e se apoderou da cidade. A cidade do Drummond, então o Drummond, aqui, é quase um forasteiro. Porque o Drummond quer a cidade dele. Mas não encontra. Ele encontra a cidade deformada. A Vale é uma flor carnívora. Está devorando o povo de Itabira, sem o povo perceber. O povo acha a Vale muito boa. É uma instituição muito segura, muito solida. Mas vai aos poucos devorando Itabira. Quase nada resta de Itabira. Então, isso revolta Drummond, porque ele é uma pessoa só, não pode gritar. Porque Itabira está subjugada ao poder da Vale do Rio Doce. E isso descontenta Drummond. Não porque a Companhia seja má. Mas porque está destruindo Itabira. Aquela Itabira antiga. Os valores antigos estão destruídos. Só resta o que? Apenas pó. Poluição. Mais nada. Então Drummond é um revoltado. Itabira para Drummond está agonizando. Não é uma pessoa viva. Pra ele, viva apenas a lembrança que ele tem de Itabira antiga. A Itabira moderna para ele está agonizando. (GONZALES CRUZ, 1980:74).

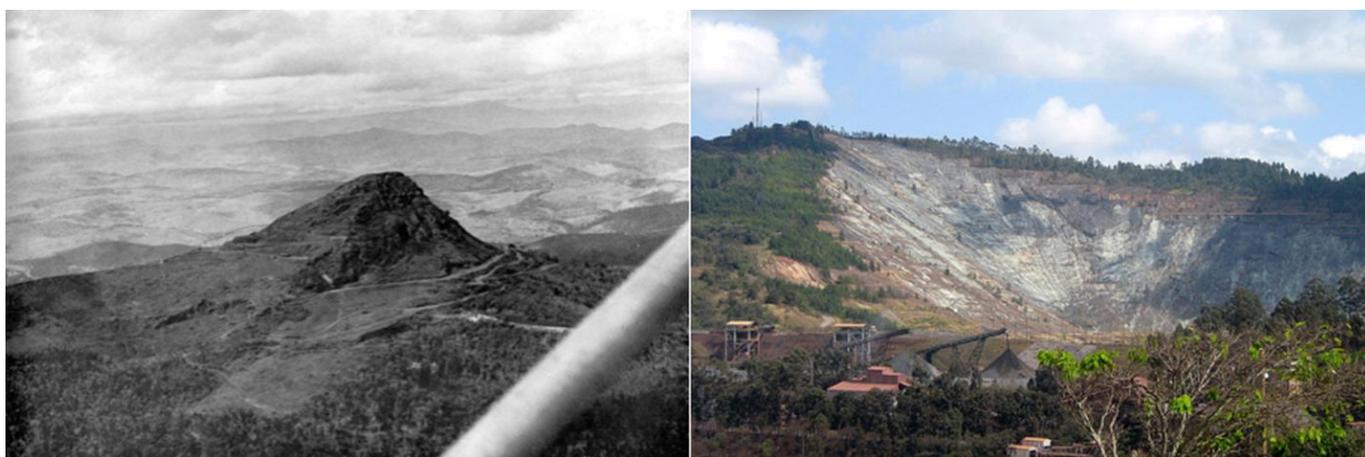
Gonzales Cruz afirma que um dos filhos de Alfredo Durval, amigo adulto do Drummond menino, compartilhava da revolta do poeta. Conforme descreve Cruz, Alfredo Durval, o pedreiro que se tornou artista plástico, esculpindo em madeira imagens sacras para as igrejas e casas de Itabira, entre outras obras para Câmara

Municipal, compartilhava com o poeta revistas e livros anarquistas, os empréstimos se faziam a pedido do próprio Drummond. A criatividade do ágil escultor ante a sensibilidade do menino, as conversas de amizade entre o adulto e a criança “criaria raízes no homem que mais tarde deixara a cidade natal”. (GONZALES CRUZ, 1980: 48).

Em Belo Horizonte, soube que um pintor itabirano está descontente com o que fazem da sua terra natal. Ele não a desama, mas não pode comungar as mesmas ideias com quem apoia a destruição, o desfiguramento crescente, a poluição do meio ambiente, o desnivelamento social, entre outras crises. Ora, esse clima que o progresso em nome de interesses econômicos (às vezes mais do que obscuros nas intenções) cria sem medidas preventivas, destrói mais do que um reduto ecológico, ou monumentos arquitetônicos da memória nacional. Deixa a população sem identidade. (GONZALES CRUZ, 1980:16).

Em *Passeios da Ilha*, Drummond nos informa mais detalhes sobre as transformações pelas quais passou Itabira e o Cauê:

Mas posso assinalar que aquela doce encosta de vale, que é a Penha, não mudou muito, embora tudo em torno mudasse. A estrada para o Pico do Cauê, por onde desfilam caminhões, abriu um sulco vermelho entre as folhas. A água que escorria trêfega e ia formar um delicioso banheiro de meninos está agora cativa de um rego de cimento; mas sua frescura, afirmo-o convicto, e meu irmão José, igualmente nostálgico e forasteiro, o afirma também, é a mesma de 1924, de 1914, pois que, sorvida sobre a relva, operou em nós aquele brusco sortilégio da memória sensual, que um romancista descobriu no fundo de uma xícara e de um bolo de Madalena. (ANDRADE, “Antigo”. *Passeios na Ilha*).



**Figura 22:** Montagem de autoria desconhecida mostra a destruição do Cauê. Fonte: Blog Revista Dois Pontos

No poema *O maior trem do mundo* o Cauê é representado como coração do poeta que dilacerado, particulado pela “exploração redentora”, leva Itabira para a Alemanha, para o Canadá, para o Japão, e em Itabira “nem terra nem coração existem mais”.

### **O maior trem do mundo**

Leva minha terra

Para a Alemanha

Leva minha terra

Para o Canadá

Leva minha terra

Para o Japão

O maior trem do mundo

Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel

Engatadas geminadas desembestadas

Leva meu tempo, minha infância, minha vida

Triturada em 163 vagões de minério e destruição

O maior trem do mundo

Transporta a coisa mínima do mundo

Meu coração itabirano

Lá vai o trem maior do mundo

Vai serpenteando, vai sumindo

E um dia, eu sei não voltará

Pois nem terra nem coração existem mais.

(Publicado em 1984 – Jornal “O Cometa Itabirano”)



**Figura 2923:** Trem sendo carregado de minério de ferro. Fonte: Arquivo Público Mineiro

A música *O trem que leva Minas* do artista itabirano de coração Newton Baiandeira é uma expressão de resistência poética inspirada por Drummond. Na canção “um que desritmado” nos acorda à realidade da economia extrativista.

O trem que leva minas,  
tem fogo na caldeira,  
fumaça no cangote  
tem lenha na fogueira,  
tem gosto de ferrugem,  
tem cheiro de ciranda  
de moças na janela,  
por todas "quinze bandas"  
Sonhar não tem limite nem placa proibido  
lá vai o trem mineiro audaz e atrevido  
tinha um vale do aço,  
um vale do rio doce,  
como se a vida fosse um viajar.

E sai de Itabira,  
passou Antônio Dias  
Drummond e Nova Era  
na era da alegria  
na barra de Ipatinga, Acesita e Coronel  
lá vai o trem de minas, fumaça pelo céu  
O trem parou de novo, tenho três corações  
um de Belo Oriente, um de Cachoeirões,  
o outro representa o topo da montanha  
e onde o olho arranha os chapadões.

Lá vai o maquinista passou em Valadares  
lá vai o trem de minas, fumaça pelo ares  
um quê desritmado no coração da gente  
acorda a realidade a coisa é diferente  
Tão triste a gente fica ao ver o chão de agora  
lá vai o trem mineiro, vai por ai a fora  
e vai pelo império, lotado de minério, e leva tudo pro exterior.

As coisas do passado têm gosto de saudades  
me lembro de Itabira, quando era de verdade  
usando calças verdes, camisas amarelas  
as matas e tesouros que eu via da janela.  
O trem que leva minas mudou nossa cidade,  
levou nosso poeta, Carlos Drummond de Andrade  
comprou a nossa alma, usou a nossa calma, e nos batemos palma sem saber.

Também em 1984 Drummond envia ao Cometa o poema Lira Itabirana no qual faz crítica aberta a Vale. E assim o poeta compartilha de longe suas opiniões e sentimentos sobre a territorialização da mineração em Itabira. E estes “sentimentos do mundo” compartilhados pelo poeta com sua cidade tornam-se categorias, que junto aos demais discursos sobre Itabira, organizam a experiência social e oferecem possibilidades de subjetivação. Sendo poemas de resistência representam possibilidades de subversão e confrontação.

#### **Lira Itabirana**

O Rio? É doce.  
A Vale? Amarga.  
Ai, antes fosse  
Mais leve a carga.

Entre estatais  
E multinacionais,  
Quantos ais!

A dívida interna.  
A dívida externa  
A dívida eterna.

Quantas toneladas exportamos  
De ferro?  
Quantas lágrimas disfarçamos  
Sem berro?

(Poesia de Drummond publicada no Jornal O Cometa em 1984).

#### **Confidência do itabirano**

Alguns anos vivi em Itabira  
Principalmente, nasci em Itabira.  
Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro.  
Noventa por cento de ferro nas calçadas.  
Oitenta por cento de ferro nas almas.  
E esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação.

A vontade de amar, que me paralisa o trabalho  
vem de Itabira, de suas noites brancas, sem mulheres e sem horizontes.  
E o hábito de sofrer, que tanto me diverte,  
É doce herança itabirana.

De Itabira trouxe prendas diversas que ora te ofereço:  
esta pedra de ferro, futuro aço do Brasil  
este São Benedito do velho santeiro Alfredo Duval  
este couro de anta, estendido no sofá da sala de visitas;  
este orgulho, esta cabeça baixa...  
Tive ouro, tive gado, tive fazendas.  
Hoje sou funcionário público.  
Itabira é apenas uma fotografia na parede.  
Mas como dói!  
(ANDRADE, 2002:181)



**Figura 250:** Fazenda do Pontal ou dos Doze Vinténs propriedade da família Drummond Andrade. Fonte: PENNA, 2011.



**Figura 24:** Barragem de rejeitos do Pontal sobre a antiga Fazenda do Pontal. Fonte: Arquivo Pessoal

### **A montanha pulverizada**

Chego à sacada e vejo a minha serra,  
a serra de meu pai e meu avô,  
de todos os Andrades que passaram  
e passarão, a serra que não passa.

Era coisa dos índios e a tomamos  
para enfeitar e presidir a vida  
neste vale soturno onde a riqueza  
maior é a sua vista a cotemplá-la.

De longe nos revela o perfil grave.  
A cada volta de caminho aponta  
uma forma de ser, em ferro, eterna,  
e sopra eternidade na fluência.

Esta manhã acordo e não a encontro.  
Britada em bilhões de lascas  
deslizando em correia transportadora  
entupindo 150 vagões  
no trem-monstro de 5 locomotivas  
- trem maior do mundo, tomem nota -  
foge minha serra, vai  
deixando no meu corpo a paisagem  
mísero pó de ferro, e este não passa.  
(ANDRADE, 1974:42).



**Figura 262:** Vista do Pico do Amor para a degradação das montanhas pulverizadas.

Os poemas e reflexões enviados por Drummond ao Cometa nos anos finais de sua vida foram republicados nos anos de 1990 e 2000 nos jornais de Itabira. Essas publicações provocavam um reboliço muito grande na cidade, alguns refletindo os poemas, produziam outros e também iconografias.

### Meu Cauê

Meu Cauê, se eu pudesse  
Se algum poder tivesse  
Não te veria a sofrer.  
O teu cume desabando  
Ferro em lágrimas rolando  
Nas escarpas a correr.  
Teu sofrer resignado,  
Teu silêncio abnegado,  
Dão-nos bem uma lição.  
Tua vida se acabando,  
E as indústrias aumentando  
Para o mundo és redenção.

Itabira! eu me alegro, mas padeço.  
Itabira! sou feliz, mas não esqueço,  
Itabira! que o Cauê é tua glória  
Teu passado, tua história,  
E sofro ao vê-lo ruir.

(Amarílio apud FERREIRA, D. 1999:332).

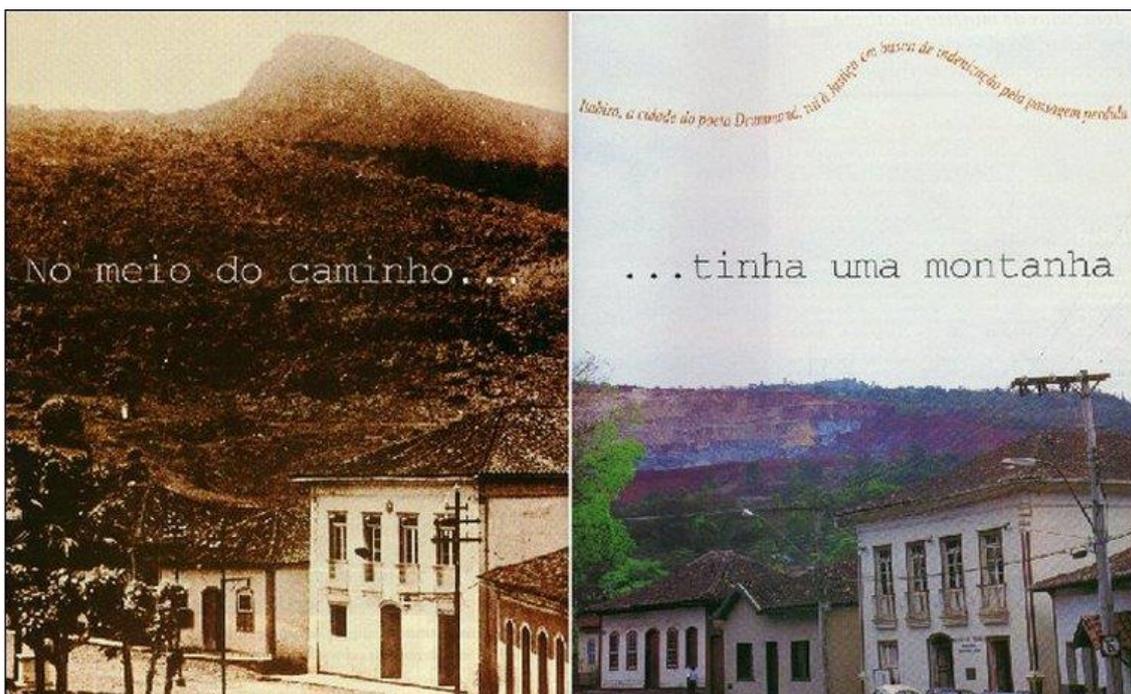


Figura 33: Autoria Desconhecida. Fonte: Grupo Opinião de Itabirano

## VALE

Vale transformar a paisagem do seu berço natal em crateras. Vale detonar as residências próximas às minas. Vale sufocar com a poeira mortal a garganta dos itabiranos. Vale arrancar as nossas riquezas. Vale destruir as nossas nascentes. Vale comprar a alma e a dignidade de um povo de ferro.

## DO RIO

Do rio onde existem peixes em abundância. Dos pássaros que já não existem mais. Dos animais que habitavam Itabiruçu. Da natureza dinamitada. Da qualidade ambiental que um dia existiu. Do ser humano relegado a segundo plano. Do eco-sistema agredido e extinto.

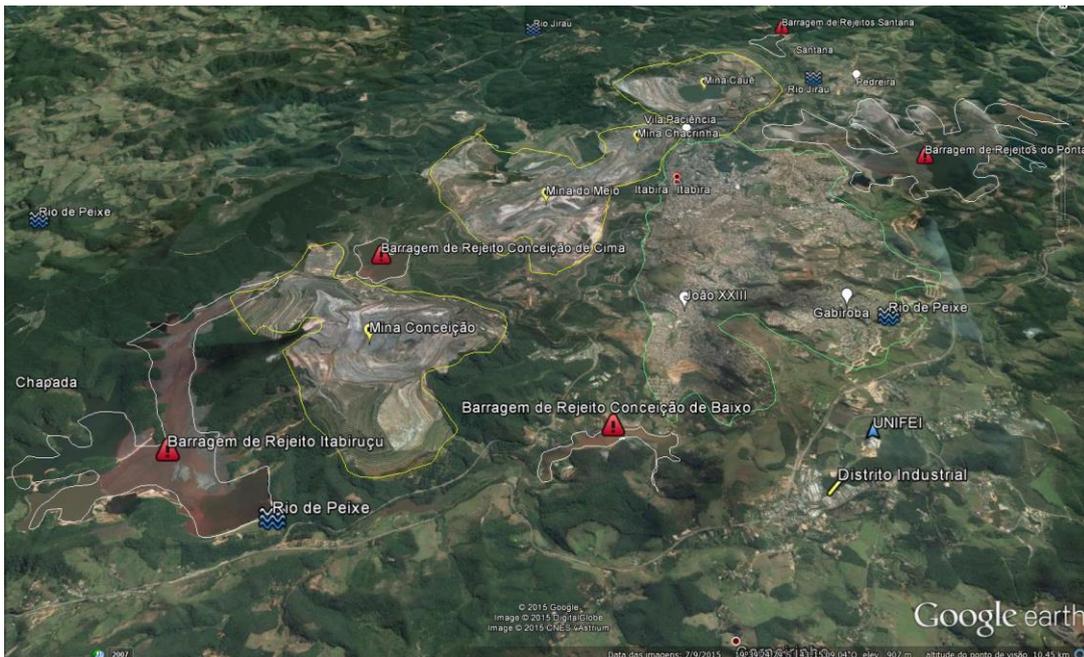
## DOCE

Doce que ficou amargo na boca de cada pai de família demitido. Doce ilusão de trabalhar na maior mineradora do mundo. Doce sabor da derrota durante acordos coletivos. Doce mentira da parceria produtiva. Vale do Rio Doce, 60 anos explorando, massacrando e poluindo Itabira.

(Jornal Itabira & Espinhaço, nº VIII, ed 196, jun 2002 *apud* SOUZA, 2003:34).



**Figura 34:** Fotografia da tempestade de poeira ocorrida em setembro de 2013. Fonte: DefatoOnline



**Figura 35:** Área de mineração. Perímetro urbano. Barragens de rejeito. Elaborado pelo Google Earth.

## Considerações Finais

Que ela tenha a sorte que merecer, mas que possa também, amanhã ou daqui a séculos, despertar um escritor mais hábil que a refaça e que diga o que não pude nem soube dizer. (BARRETO, 1984, p.57 *apud* LIMA, 2013:16).

A territorialização da mineração se mantém dominante e atualizada sobre Itabira, e exprime assimetricamente seu poder de decisão sobre a vida das itabiranas e itabiranos, mesmo após a desestatização. Ela gera assim uma força de repulsão nos sujeitos atingidos pelos violentos processos de desterritorialização. Seja na explicitação da resistência, seja por ações intersubjetivas de negação da ordem prescrita e apresentada como normalidade. A Dona Júlia desde que chegou em Itabira, a pouco mais de 60 anos, esteve as margens da mineração, tanto pelos locais de residência quanto na recusa em se afiliar a Vale. E hoje quando os representante da mineradora chegam à Vila Paciência a Dona Júlia debocha da oferta de compra de sua casa.

A casa de dois andares de Dona Júlia tem uma representação afetiva muito forte para ela, e de igual maneira a casa de três andares de um dos seus filhos na mesma Vila. Elas foram construídas a poucos metros da linha férrea divisória do espaço da mina e do espaço da cidade. E construídas com trabalho independente da senhora do progresso de Itabira. Enquanto muitos em Itabira exibem belas casas e carros do ano, adquiridos com o Pagamento da Participação nos Resultados (PR) da produção da mineração, Dona Júlia exhibe sua casa de dois andares, bem como a casa de três andares e o sítio do filho, bem no nariz da Vale. Quando Dona Júlia recusa e debocha da proposta de compra da Vale ela contesta a forma de valorização dos bens e da vida, presentes nas cognitivas dos representantes e na ideologia da mineradora.

Dona Júlia apresenta outra racionalidade sobre os sentidos da vida e do bem viver. Não é que ela ignore os ônus de viverem tão próximo às atividades de mineração. Dona Júlia relata que come ferro junto a sua comida, a casa necessita constantemente de limpeza na tentativa de eliminar os finos de minério. As tempestades de poeira eclodem bem a porta de sua casa. Além da poluição sonora das dinamitações e passar dos trens monstros carregados de minério. Dona Júlia resiste reivindicando o direito a morar em seu lugar de afeto. Na casa construída com o suor e trabalho de um dos filhos, que reúne os demais filhos juntamente com os netos, bisnetos e afins. Dona Júlia reivindica a

autodeterminação sobre seu território, e se opõe a mais uma desterritorialização ambicionada pela fome de ferro da política econômica desenvolvimentista em tempos de ajuste fiscal e superávits comerciais. Em tempos da insustentável reprimarização da economia. Dona Júlia junto a sua família reivindica o direito a dizer não a mineração.

Meu ensejo com este trabalho foi demonstrar como a gestão do espaço pela territorialização da mineração em Itabira, se valeu dos sistemas de valor e significações do mundo ensejadas pela prática imperial em roupagens de Estado democrático. Projetou sobre o espaço a “cidade do ferro”, sequestrando da cidade a livre escolha. O poder hegemônico, com as constantes atualizações promovidas pelo encapsulamento dos antagonismos, enunciou e manteve como dominante a apropriação ambiental do território pela mineração. Reiteradamente apregoando o extrativismo como caminho racional e único em direção a um horizonte inalcançável de desenvolvimento, nos termos do capitalismo. Entretanto as formas de resistência a este poder foram apagadas por narrativas cujas perspectivas coloniais só enxergaram sujeitos acomodados e subservientes, pois estes não se enquadravam nos tipos ideias de resistência.

Alvitro a necessidade produções acadêmicas busquem compreender como os processos de poder que ligam os sistemas de poder em escala local-global, influenciam sistemas culturais e por meio deles interferem nos processos de subjetivação. É público e notório que os projetos desenvolvimentistas são antagonônicos ao ambiente e produzem uma miríade de conflitos ambientais, afetando vidas e condições de reprodução e permanência. Mas há que se começar a pensar nos processos de sofrimento social que são desencadeados pelos conflitos ambientais – compreender e explicar como eles afetam as vidas de pessoas reais que fazem história em condições que não escolheram. Averiguações de *como*, *por que* e *contra quem* sistemas de poder perversos e desumanizadores estruturam a vida social, e se perpetuam ao longo do tempo. É preciso analisar esses processos de sofrimento para poder nomeá-los, e quem sabe uma vez nomeados possamos devolver as esses projetos de morte, tais como, barragens hidrelétricas, mineração, expansão do agronegócio sobre terras indígenas, quilombolas e de preservação ambiental, toda a sua barbárie.

Esta monografia está longe de representar este tipo de produção acadêmica, mas seu intento foi utilizar deste espaço de enunciação para apontar para investigações que expliquem como pessoas reais, vivendo em sistemas sociais de intensa dominação, são afetadas de modo sociambiental e subjetivo pelas assimétricas relações de poder, e

afetam a realidade no mundo em que vivem. No contexto de Itabira se faz necessárias pesquisas sobre os processos de licenciamento ambiental com avaliação das condicionantes não cumpridas e seus efeitos sobre a regulação ambiental, mas principalmente sobre o desabastecimento de água da cidade. No escopo dos processos de subjetivação tem-se a necessidade de uma investigação da possível influência das crises da economia extrativista sobre as flutuações dos índices de suicídio, considerados elevados para uma cidade do porte de Itabira.

Em Itabira sou reconhecida com uma opositora a mineração, uma ingrata opositora a Vale. Sempre que começo conversas sobre a questão ambiental da cidade com familiares, e amigos, sinto o esquivar das pessoas as minha contundentes colocações. Em algumas vezes a conversa caminha para um entendimento comum sobre os males provocados pela mineração o desabastecimento de água, as doenças respiratórias, o empecilho a pesca e a cultivos agrícolas... e são seguidos por momentos de pausa, em que as pessoas chegam a contorcer o corpo, então se faz o silêncio. Não nomeiam a Vale como a responsável pela destruição da diversidade de formas de vida em Itabira há um poder a espreita, e ele promove represálias violentas a seus confrontadores.

Por todo o dito, permanece a importância de se oferecer outra versão da história, não para propor a mudança da história, mas para mudar a origem do olhar e acusar a barbárie, a perversidade da economia extrativista mineral. Predadora do ambiente e todas as suas formas de vida e bem viver.

Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com "em segundo lugar". Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente. Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente. (ADICHIE, 2009).

Espero ter conseguido colocar neste espaço de enunciação as vozes daqueles com os quais convivi durante a infância e adolescência, cujos dilemas e sofrimentos sociais me levaram desde a tenra infância a fazer coro com os berros dos poetas e poetisas que consternados sangravam em versos ao ver as três altas serras ruírem na fome de ferro e ouro do padrão mundial de poder. Minha enunciação neste trabalho desde o início foi posicionada, localizada, e, na medida do possível transparente, pois deixei explícita meu posicionamento no jogo geopolítico do saber, invertendo assim a

origem do olhar sobre Itabira e a Vale. Desejei articular as vozes sobre Itabira e mineração. Em alguns momentos interroguei estas vozes, em outros instaurei espaço para que elas fossem ouvidas, e em outros as articulei a minha voz.

Dissertei sobre os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização a partir da minha experiência pessoal, com base nas significações que venho elaborando ao longo da vida sobre a minha vivência na “cidade do ferro”, mas que eu gostaria que fosse a cidade da livre enunciação. Quisera eu, poder bradar em alta voz “Maldita Seja a Mineração”, mas apesar de toda coragem expressa aqui, tenho tanto, ou mais, medo da Vale que minhas e meus conterrâneos. Meu desejo realizado foi o de me apropriar deste pequeno espaço de enunciação e proferir o que não pode ser dito a outros públicos, porque devo proteger aquelas e aqueles a quem devo reconhecimento: gratidão e respeito. O que não foi dito neste trabalho, ou dito parcialmente espera por pessoas com poder maior que “meu kit de ferramentas”, para fazer-se enunciável – ganhar sentido em contextos sensíveis o bastante para romper com as estruturas de sentimento que neste mundo tem servido a diferentes formas de morrer de muitos para a manutenção da vida de uns poucos.

Encerro com alguns versos escritos pela consternação ante o crime ambiental que feriu de morte a Bacia do Rio Doce, em 05 de novembro de 2015, quando se rompeu o dique da barragem de rejeito Fundão, da mineradora Samarco S.A., cujo controle acionário é dividido igualmente pelas duas maiores mineradoras do mundo a Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil Ltda.

Ah, Vale do Rio Doce!  
Aquele que se apropriou do seu nome  
Aquele que se apropriou de seus vales e serras  
Aquele que se apropriou de seu esplendor  
Aquele que te ameaçou com a redução hídrica  
Aquele que poluiu suas águas  
Aquele que te objetificou  
Aquele...  
Ah, Vale do Rio Doce!  
O que fizemos com você?  
Eras vida e fonte de vida  
Te sangramos...  
Em nome do desenvolvimento  
E, alguns insistem em chamar sua morte  
de Ordem e Progresso.

## Referências Bibliográficas

ALTÍSSIMO, Shayra Pinheiro do. **Itabira e a Vale: relatos históricos a partir do licenciamento ambiental corretivo do distrito Ferrífero (1996 - 2010)**. (2010, 114p.) (Dissertação). Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010. Disponível em: [http://www.tede.ufop.br/tde\\_arquivos/10/TDE-2011-05-03T123401Z-588/Publico/diss%20shayra%20pinheiro%20do%20altissimo%20%20%20iceb%20%20%20prot.pdf](http://www.tede.ufop.br/tde_arquivos/10/TDE-2011-05-03T123401Z-588/Publico/diss%20shayra%20pinheiro%20do%20altissimo%20%20%20iceb%20%20%20prot.pdf) Acesso em: 22/08/2011.

ALVARENGA, Cristiano Penido de. **A vulnerabilidade Econômica do Município de Itabira, Minas Gerais, em Relação à Atividade Mineral**. (Dissertação) Ouro Preto: Escola de Minas, Pós-graduação em Engenharia Mineral, 2006.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Boitempo I**. Rio de Janeiro: Record, 3ª. ed.; 1992.

ANDRADE, Carlos Drummond de, **1902-1987. Claro enigma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Menino antigo: Boitempo-II**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma poesia**. Belo Horizonte: Pindorama, 1930.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Poesias completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia. “Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades os limites do poder nacional e do poder local”. IN: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura (ORG). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998. Disponível em: <http://porumaeducacaopublicaedequalidade.blogspot.com.br/2012/07/livro-santos-milton-territorio.html> Acessado em 13/07/2015.

APM. **Itabira - Acervo Iconografico**. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/search.php?query=Itabira&and=AND&funcao=0&dtini=&dtfim=&tipo=0&local=0&ordenar=10&asc\\_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id\\_REQUEST=d6b159421731349446cef1bf96afc532](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/search.php?query=Itabira&and=AND&funcao=0&dtini=&dtfim=&tipo=0&local=0&ordenar=10&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=d6b159421731349446cef1bf96afc532) Acesso em 20/10/2015.

ASSY, Bethânia; FERES JÚNIOR, João. “Reconhecimento.” In: BARRETTO, Vicente de Paulo (coord.). **Dicionário de filosofia do direito**. São Leopoldo: Unisinos; Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

ÁTILALEMOS. Vale reúne com moradores da Vila Cisne que prometem fechar linha férrea e 105. 31/07/13. Disponível em: <http://www.atilalemos.com.br/2013/07/vale-reune-com-moradores-da-vila-cisne-que-prometem-fechar-linha-ferrea-e-105/> Consultado em 15/06/2014.

BARROS, Altamir José de; REIS, Robinson Damasceno dos. **Retratos na parede**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BOTELHO, Jorge Florentino. **A formação do trabalhador do campo em Minas Gerais: O Instituto Agrônomo de Itabira (1880 – 1898)**. (Dissertação) Minas Gerais: Centro Federal de Educação Tecnológica. 2009.

BRAGA, Alfésio Luís Ferreira; PEREIRA, Luiz Alberto Amador; PROCÓPIO, Marly; ANDRÉ, Paulo de; SALDIVA, Paulo Hilário do Nascimento. **Associação entre poluição atmosférica e doenças respiratórias e cardiovasculares na cidade de Itabira, Minas Gerais, Brasil.** Rio de Janeiro: Caderno Saúde Pública, 2007.

BRANDÃO, Carlos. “Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo.” In. ALMEIDA, A. *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais.** Rio de Janeiro: Lamparina 2010.

CARA, Roberto Bustos. “Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires.” IN. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura (ORG). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1998. Disponível em: <http://porumaeducacaopublicaedequalidade.blogspot.com.br/2012/07/livro-santos-milton-territorio.html> Acessado em 13/07/2015.

CARVALHO, José Jorge de. **O olhar etnográfico e a voz subalterna.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182 - 198, junho de 1998.

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica.” In. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. “Territorialidades e corporação: um exemplo.” IN. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura (ORG). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1998. Disponível em: <http://porumaeducacaopublicaedequalidade.blogspot.com.br/2012/07/livro-santos-milton-territorio.html> Acessado em 13/07/2015.

COSTA, Bras Martins da. **No tempo do Mato Dentro.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1988.

COSTA, Marcos Henrique da. **Signos da mineração na paisagem de Itabira-MG como potencialidades para o turismo.** (Dissertação) Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

DARRIBA, Vinicius. **A falta conceituada por Lacan: da coisa ao objeto a.** *Ágora.* Rio de Janeiro, 2005. vol.8, n.1, pp. 63-76. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-14982005000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982005000100005). Consultado em: 20/10/2015.

DEFATOONLINE. Sindicato **Metabase manifesta na portaria do Cauê.** Disponível em: <http://www.defatoonline.com.br/noticias/ultimas/04-11-2015/sindicato-metabase-manifesta-na-portaria-do-caue> Consultado em: 04/11/2015.

DNIT. **DNIT – Ferroviário.** Portal do DNIT Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Disponível em <http://www1.dnit.gov.br/ferrovias/historico.asp> Consultado em 01/11/2015.

DUARTE, Gabriela de Souza; BRAGA, Tânia Moreira. **A questão ambiental no município de Itabira: uma aplicação do Índice de Sustentabilidade Urbana para avaliar a performance ambiental deste município.** (Monografia) Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

ENGRÁCIA, Júlio Pe. Chorografia Mineira; **Município e Comarca de Itabira.** In: *Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano III.* Ouro Preto, 1898. pp. 329/354.

Disponível em:  
[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/search.php?query=&andor=AND&autor=45&titulo=&subtitulo=&local\\_edicao=0&dtini=&dtf=&ordenar=10&asc\\_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id\\_REQUEST=63a1f57bc27dbc9d66e1a8ef2c9f0c5e](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/search.php?query=&andor=AND&autor=45&titulo=&subtitulo=&local_edicao=0&dtini=&dtf=&ordenar=10&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=63a1f57bc27dbc9d66e1a8ef2c9f0c5e). Consultado em 02/11/2015.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Mineração maldição ou dádiva?** São Paulo: Editora Signus, 2008.

FERREIRA, Diva. **Memórias – Itabira – Minas Gerais.** Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 1999.

FIP. **Plano Diretor Participativo do Município de Itabira. (2013-2016).** Belo Horizonte: Fundação Israel Pinheiro, 20- Disponível em:  
[http://www.itabira.mg.gov.br/portal/wp-content/uploads/2014/10/PDM\\_ITA\\_leitura-tecnica\\_R00.compressed.pdf](http://www.itabira.mg.gov.br/portal/wp-content/uploads/2014/10/PDM_ITA_leitura-tecnica_R00.compressed.pdf). Consultado em 09/11/2015.

FISCHER, Georg. **Minério de ferro, geologia econômica e redes de expertsentre Wisconsin e Minas Gerais, 1881-1914.** *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2014, vol.21, n.1, pp. 247-262. Epub Jan 01, 2014.

FOUCAULT, M.. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Centro de Desenvolvimento Urbano. **Plano de Desenvolvimento Urbano: Itabira: programa de modernização administrativa, lei de organização e regulamento interno.** Belo Horizonte: 1977. 124 p: il. v. 8. Disponível em:  
<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=66971> Consultado em: 21/10/2015.

GEIGER, Pedro P. “Des-territorialização e espacialização.” IN. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura (ORG). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo: Editora HUCITEC, 1998. Disponível em:  
<http://porumaeducacaopublicaedequalidade.blogspot.com.br/2012/07/livro-santos-milton-territorio.html> Acesso em 13/07/2015. Acessado em 13/07/2015.

GONZALEZ CRUZ, Domingo. **No meio do caminho tinha: a presença de Itabira na obra de Carlos Drummond de Andrade.** Rio de Janeiro: Achiame: Calunga, 1980.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, volume XXV, 1959. Itabira Histórico.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1959. Disponível em:  
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/itabira.pdf> Consultado em: 12/11/2011.

IBGE. **Mapas.** Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo/estaduais.html> Consultado em: 30/10/2015.

INCERTI, Terezinha Farjado. **Itabira – Pedra Alta que Brilha.** Itabira: mimeo. 1995.

LEROY, Jean Pierre. “Flexibilização de direitos e justiça ambiental”. In. ZHOURI, Andréa; & VALENCIO, Norma. **Formas de matar, de morrer e de resistir.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988. pp. 13-14.

LIMA, Ari. **O método é heterodoxo, o sujeito é posicionado. A pesquisa é possível?** A Cor das Letras (UEFS), v. 14, p. 15-27, 2013.

LIMA, Carlos Alberto M. **Padrões de Sociabilidades Interétnicas nas Confrarias.** In: Revista do Mestrado de História. v. 3 (2000) – Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2000: p. 117-160.

LIMA, Fernando de Carvalho. **A mineração do ferro pela CVRD em Itabira: as marcas de uma transformação anunciada no meio ambiente e no panorama socioeconômico do município.** (Monografia). Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG, 2004.

LIMA, Gustavo Simão. **O processo de diversificação da estrutura produtiva em municípios mono-industriais: um estudo de caso do município de Itabira.** (Monografia) Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

LISBOA, Marijane. “Em nome do desenvolvimento. Um fundamento pouco sólido para resolução de conflitos”. IN. ZHOURI, Andréa & VALENCIO, Norma. **Formas de matar, de morrer e de resistir.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia 322. Brasília: 2002.

MAGALHAES, Belmira; MARIANI, Bethania. **Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente.** Ling. (dis)curso (Impr.) [online]. 2010, vol.10, n.2, pp. 391-408.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. **Mundos do capital e do trabalho: a construção da paisagem fabril itabirana (1874-1930).** (Dissertação) Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-graduação em História, UFMG, 2006.

MARTINS, Marcelo Pinheiro. **Atlas de Itabira.** Itabira: Prefeitura Municipal de Itabira, 2006.

MELLO, Ediméia R. P.; SERMANO M. 2004. **Mineração de ferro e enclave estudo de caso da Companhia Vale do Rio Doce.** (Dissertação) Economia – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2004.

MELO, Cimara Valim. **A resistência poética de Ferreira Gullar.** Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas Dossiê: a literatura em tempos de repressão PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 01 N. 01 – jul/dez 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/4829> Consultado em: 16/10/2015.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.** Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: [www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo18.pdf](http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo18.pdf) Acessado em: 15/06/2014.

MIGNOLO, Walter D. **Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento. Sobre (de) colonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica.** Revista de filosofía. Vol. 74, Nº. 2, 2013. Pág. 7-23. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4520938> Acessado em 19/08/2015.

- MIGNOLO, Walter. **Posoccidentalismo: el argumento desde América Latina.** *Cuadernos Americanos, Nueva Época*, México, v, 1, n. 67, , p. 143-165, enero/feb. 1998. Disponível em: [http://www.perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/mignolo\\_postoccidentalismo.pdf](http://www.perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/mignolo_postoccidentalismo.pdf) Consultado em: 15/10/2015.
- MINAS GERAIS, Secretaria da Agricultura. **Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1927. Disponível em: <http://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/itabira> Consultado em 24/10/2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **De ferro e flexíveis: marcas do estado empresário e da privatização na subjetividade operária.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- MONTEIRO, John M. 1994. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- OBSERVATÓRIO NACIONAL. **Mapa do Brasil, 1894.** Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObNacional&pesq=A018> Consultado em: 24/10/2015.
- OLIVEIRA, Cecília Maria Viana Camilo de. & FROTA, Maria Guiomar da Cunha. **Itabira: Desenvolvimento e dependência. (Uma abordagem histórica 1910-1958).** Itabira: Gráfica Dom Bosco. 1992.
- OLIVEIRA, Clodomiro de. **A concessão Itabira Iron.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1934.
- OLIVEIRA, J. Pacheco de. 1999. “Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: \_\_\_\_\_. (org). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 20.
- PENNA, João Camillo. **Drummond: testemunho da experiência humana.** Brasília: Abravídeo, 2011.
- PIMENTA, Dermeval José. **A Vale do rio Doce e sua história.** Belo Horizonte: Ed. Vega, 1981.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.” In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. pp.227-278. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Consultado em 15/10/2011.
- QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. “Max Weber – Os tipos ideais.” In. QUITANEIRO, et all. **Um toque de clássicos. Marx, Durkheim e Weber.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003 p 101-103.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993[1980]. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/186062170/Por-Uma-Geografia-Do-Poder-Claude-Raffestin-1993-1980> Acessado em: 19/07/2015.
- REIS, Flávia Lage. **Avaliação da qualidade do ar sobre a ética da deliberação normativa no município de Itabira (MG), quanto ao material particulado.** (Monografia) Especialização em Tecnologia Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

REVISTA DOIS PONTOS. **O que resta da montanha**. Disponível em: <http://revistadoisPontos.com/trilha-do-minerio/o-que-resta-da-montanha/> Consultador em: 20/08/2014.

RIBEIRO, Gustavo Lins & FELDMAN-BIANCO, Bela. “Introdução” In. RIBEIRO, Gustavo Lins & FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). **Antropologia e poder. Contribuições de Eric R. Wolf**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003. Pág 11-55.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento”. In. ZHOURI, Andréa. (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília – DF: ABA, 2012.

RODRIGUES, Geraldo Roberto. **Uma viagem pela poética de Carlos Drummond de Andrade, (re)tratando a marcante presença de Itabira em sua obra**. (Dissertação) Letras, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2011.

ROSA, Angela Maria Vaz Sampaio. **Palavra e terra de Carlos Drummond de Andrade em O Cometa Itabirano**. (Dissertação) Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2000.

SAINT-HILAIRE, A. “Itabira do Mato Dentro, jornada de Itabira a Vila do Príncipe”. In: **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1>. Acesso em: 22/09/2015.

SANTIAGO, Flávio. **Gritos sem palavras: resistências das crianças Pequenininhas negras frente ao racismo**. Educação em Revista Belo Horizonte v.31 n.02 p. 129-153 Abril-Junho 2015.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita & COSTA, Adilson Rodrigues da. **A Escola de Minas de Ouro Preto, a "Sociedade de Geographia Economica de Minas Geraes" e as Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX**. *Rem: Rev. Esc. Minas* [online]. 2005, vol.58, n.3, pp. 279-285

SARAIVA, Luiz Alex Silva. & CARRIERI, Alexandre de Pádua. **Uma vida, uma cidade: um estudo discursivo de uma metonímia**. Revista Interdisciplinar de Gestão Social. Jan/Abr 2014 v.3 n.1 p.143-157

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Campina Grande: Raízes, vol 21, nº01, jan/ju, 2002. p.10-31

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia. Discursos ocultos**. México: Ediciones Era, 2004.

SILVA, Maria das Graças Souza e. **A "terceira Itabira": os espaços políticos, econômico, socioespacial e a questão ambiental**. São Paulo: Hucitec, 2004.

SOUZA, André Henrique Macieira de. **O traçado urbano colonial de Itabira, sua evolução até a conformação atual e o que resta do original a ser preservado**. (Monografia). Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix: Arquitetura e urbanismo, 2002.

SOUZA, Maria do Rosário Guimarães de. **Urbanização e produção social de conflitos em Itabira: Dominação e exploração na e pela (des)construção do espaço urbano – o caso da Vila Paciência**. (Dissertação). UFMG: Instituto de Geociências, 2003.

STEPAN, Nancy Leys. **"A hora da eugenia": raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TRINDADE, Raimundo, cônego. **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1945. Disponível em: <https://archive.org/details/instituicoesdeig00trin> Consultado em: 21/10/2015.

VALE. **Nossa História**. Vale S.A. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/book-our-history/Paginas/default.aspx> Consultado em 21/10/2015.

VALE. Política de desenvolvimento sustentável. Disponível em: < <http://www.vale.com/pt-br/sustentabilidade/politica-de-desenvolvimento-sustentavel/paginas/default.aspx>>. Acesso em 12/11/2011.

VIVA. **Igreja do Rosário dos Pretos**. Portal Viva Itabira. Disponível em: <http://vivaitabira.com.br/2014/index.php/igreja-do-rosario/> Consultado em 20/10/2015.

WILLIAMS, Raymond. "Estructuras del sentir". In. WILLIAMS, R. **Marxismo y literatura**. Barcelona: Edições Península, 1988[1977]. Pág. 150-158.

WILLIAMS, Raymond. "La hegemonía". In. WILLIAMS, R. **Marxismo y literatura**. Barcelona: Edições Península, 1988[1977]. Pág. 129-136.

WILLIAMS, Raymond. "La sociología de la cultura". In. WILLIAMS, R. **Marxismo y literatura**. Barcelona: Edições Península, 1988[1977]. Pág. 159-164.

WOLF, Eric Robert. "Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In. RIBEIRO, Gustavo Lins & FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). **Antropologia e poder. Contribuições de Eric R. Wolf**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003. Pág. 325-340.

ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens. "Introdução" In ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens. (Org.) **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa. "Mapeando desigualdades ambientais. Mineração e desregulação ambiental." ZHOURI, Andréa & VALENCIO, Norma. **Formas de matar, de morrer e de resistir**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel & LASCHEFKI, Klemens. "Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento" In. ZHOURI, Andréa. (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília – DF: ABA, 2012.